

Diário do Legislativo de 17/03/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 3ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "A Participação da Mulher nos Espaços de Poder", em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher

1.3 - Evento Realizado na 15ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destina-se esta parte da Reunião ao Lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e à Realização de Homenagem às Mulheres, Dentro da Comemoração do Dia Internacional da Mulher

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/3/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana, José Henrique e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 10/2007 - Projetos de Lei nºs 387 a 407/2007 - Requerimentos nºs 90 a 135/2007 - Requerimentos dos Deputados Domingos Sávio e outros (2), Doutor Rinaldo, Paulo Cesar e outros, Adalclever Lopes e outros, Carlos Pimenta, Padre João, Dinis Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva e outros, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues - Comunicações: Comunicação do Deputado Sávio Souza Cruz - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Wander Borges, Elmiro Nascimento, Luiz Tadeu Leite, Deiró Marra e Doutor Viana - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares, Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e outros e Padre João, Dinis Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva e outros; deferimento - Requerimento do Deputado Ademir Lucas; deferimento; discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2007

(Ex-Projeto de Lei Complementar nº 53/2004)

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescido à Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, o seguinte dispositivo:

"Art. 67A - O benefício devido a pessoa civilmente incapaz será pago, em ordem de preferência, ao:

I - tutor ou curador;

II - cônjuge;

III - pai ou mãe;

IV - herdeiro necessário, pelo prazo de até seis meses, mediante termo de compromisso.".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto é permitir que os benefícios previdenciários do IPSEMG possam ser pagos ao herdeiro do beneficiário no caso de incapacidade civil. Não raras vezes o titular de uma aposentadoria ou pensão torna-se incapaz para os atos da vida civil e passa a necessitar de um curador. Como a nomeação de curador depende de um processo judicial, o que leva tempo, o INSS adotou a sistemática de permitir que o benefício seja pago a algum herdeiro necessário (em geral, um filho) mediante termo de compromisso, pelo prazo de seis meses, período suficiente para que a família obtenha uma decisão judicial sobre a curatela.

A regra do INSS é a seguinte:

"Art. 110 - O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento". (Lei nº 8.213, de 1991).

Neste projeto, alteramos a redação para tornar claro que o tutor ou curador nomeado pelo Juiz tem preferência sobre qualquer outra classe. O resultado é que, no caso de incapacidade, o benefício será pago ao tutor ou curador, na falta deste, ao cônjuge, e assim sucessivamente, segundo a ordem estabelecida. Caso o benefício seja pago a herdeiro necessário, este terá o prazo de seis meses para obter judicialmente a tutela ou curatela, sob risco de cessar o pagamento do benefício.

Tive a oportunidade de conhecer, em meu gabinete, o caso de uma família em que a mãe, com 90 anos de idade e precário estado de saúde, não recebe a pensão que lhe é devida por causa da incapacidade.

Certo da sensibilidade dos colegas Deputados em relação aos problemas aqui expostos, submeto este projeto ao douto juízo desta Casa Legislativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 387/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 669/2003)

Altera dispositivo da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O inciso II do § 20 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 -

§ 20 -

II - de calçados em geral , inclusive os destinados ao uso de profissionais de segurança, bem como bolsas, cintos e carteiras.".

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Paulo Cesar

Justificação: Este projeto de lei pretende estabelecer isonomia tributária no tratamento diferenciado dado aos produtos das indústrias de calçados, estendendo o mesmo benefício de redução da carga tributária do ICMS nas operações internas aos calçados de um modo geral, inclusive aqueles utilizados por seguradoras, bem como a bolsas, cintos e carteiras, que normalmente são fabricados por indústrias que atuam no ramo do setor calçadista. Importa salientar que o projeto visa apenas a cumprir o disposto no art. 5º da Constituição Federal, conferindo igualdade de tratamento a esses produtos, sendo certo que por ocasião de vigência da Lei nº 14.094, de 7/12/2001, já foram cumpridos os requisitos previstos no art. 14, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 2000 - quanto ao estudo de impacto financeiro-orçamentário da perda de receita tributária correspondente à redução da alíquota interna do ICMS de 18% para 12%. Importa salientar que o art. 155, inciso VI, da Constituição Federal permite, independentemente do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ -, que se reduza a alíquota interna do ICMS até o limite da alíquota interestadual, que na Região Sudeste é de 12%, conforme a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal. A extensão do benefício possibilitará que os produtos da indústria calçadista mineira, de um modo geral, tenham maior competitividade, bem como incrementará os negócios, o que, em médio e longo prazos, contribuirá para agregar mais receita tributária para o Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 388/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.562/2006)

Dá a denominação de Raul Belém à rodovia que liga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Raul Belém a rodovia que liga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Zé Maia

Justificação: De acordo com a Lei nº 13.408, de 1999, a denominação de estabelecimentos, instituições e próprios do Estado deve recair em nome de pessoas falecidas que se tenham destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade.

Propomos dar à rodovia que interliga os Municípios de Estrela do Sul e Grupiara o nome de Raul Belém, como tributo e reconhecimento ao destacado trabalho que essa personalidade desenvolveu em prol do comunidade.

Nascido em 1938, no Município de Araguari, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte. Eleito pela primeira vez Deputado Estadual pelo extinto MDB, em 1967, teve o mandato cassado por força do Ato Institucional nº 5. Contudo, já em 1987 retorna à atividade política, exercendo o cargo de Deputado Federal por três mandatos, durante os quais se destacou como líder partidário e membro de diversas comissões parlamentares.

Também atuou no Poder Executivo, quando exerceu o cargo de Secretário de Estado de Fazenda.

Por sua atuação, recebeu diversas honrarias, das quais destacamos: Medalhas da Inconfidência, da Ordem do Mérito Legislativo, da Justiça do Trabalho, do Bicentenário da Morte do Alferes Tiradentes, da Ordem do Mérito de Dom Bosco, Grande-Oficial, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no Distrito Federal, da Ordem do Mérito Juiz Classista, concedida pela Associação Nacional dos Juizes Classistas, e Comenda do Mérito Público, alusiva ao Centenário de Belo Horizonte.

O seu falecimento, ocorrido em 2001, deixa uma lacuna; ficaram, entretanto, boas lembranças e admiração por seu exemplar modo de vida.

Em vista disso, contamos com o apoio dos nobres pares para a homenagem pública que ora pretendemos prestar-lhe.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de lei nº 389/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 829/2003)

Torna obrigatório o oferecimento de cardápios em braile nos restaurantes e bares do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os bares e restaurantes estabelecidos no Estado ficam obrigados a oferecer cardápios em braile para o atendimento dos portadores de deficiência visual.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: Este projeto visa obrigar bares e restaurantes a manter cardápios em braile para atendimento a deficientes visuais. Trata-se de medida necessária, uma vez que frequentar bares e restaurantes não constitui apenas uma opção de lazer, mas uma necessidade da vida moderna, em que o hábito de tomar refeições ou fazer lanches fora de casa se torna cada vez mais comum.

A oferta de cardápio em braile possibilitaria aos deficientes visuais a autonomia necessária no dia-a-dia, pois poderiam frequentar tais ambientes sem necessidade de acompanhante.

Para eliminar a discriminação que incide sobre a população economicamente ativa com deficiência visual, solicitamos aos nobres pares a aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de lei nº 390/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 1.240/2003)

Declara de utilidade pública a Associação Nazareno de Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede no Município de Nepomuceno.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Nazareno de Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede no Município de Nepomuceno.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: A Associação Nazareno de Proteção à Criança e ao Adolescente, com sede no Município de Nepomuceno, encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, no que concerne às atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas.

Por atender a entidade os requisitos legais para a concessão do título declaratório de utilidade pública, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 391/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.018/2006)

Autoriza o Poder Executivo a conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - na operação que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições que dispuser o regulamento, a conceder crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - de até 50% (cinquenta por cento) do valor investido pelas operadoras de telefonia celular na instalação de

equipamentos para transmissão de telefonia celular móvel, nos Municípios, localidades e comunidades rurais onde não houver disponibilidade do serviço de telefonia celular móvel no Estado.

Parágrafo único - O prazo para concessão do benefício a que se refere o "caput" deste artigo será de no máximo doze meses contados da data da publicação desta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: O serviço de telefonia celular móvel tem um custo de implantação inferior ao de telefonia fixa e representa em muitas localidades a única opção de comunicação disponível. O projeto que apresentamos visa a estender a prestação de serviço de telefonia celular móvel aos Municípios, às localidades e às comunidades rurais onde o serviço ainda não está disponível. Como forma de atração das operadoras que atuam em nosso Estado, estamos sugerindo uma compensação de até 50% do valor a ser investido com a instalação dos equipamentos necessários a serem deduzidos do ICMS que a operadora tem a recolher ao Estado, na forma de um crédito presumido.

Acreditamos que a receita de ICMS das operações com telefonia celular irá aumentar, em médio e longo prazos, com o crescimento da venda de aparelhos e da prestação do serviço.

A aprovação deste projeto de lei criará a possibilidade de levarmos a telefonia celular às comunidades mais longínquas e trará um grande benefício aos moradores dessas localidades praticamente isoladas do resto do Estado, no que se refere ao serviço de comunicação.

Pelas razões acima expostas esperamos a aprovação dos nobres pares desta Casa deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 392/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.363/2006)

Dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Poder Executivo poderá permitir a quitação de créditos tributários do Estado com precatórios judiciais estaduais.

Art. 2º - A quitação a que se refere o artigo anterior se aplica aos créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, ajuizada ou não sua cobrança, vencidos há mais de doze meses.

Art. 3º - O valor dos precatórios para fins da quitação de que trata esta lei será aquele homologado judicialmente e formalmente requisitado pelo Tribunal competente.

Art. 4º - O titular de precatórios judiciais estaduais poderá transferir seu direito a outras pessoas físicas ou jurídicas, mediante documento legal de transferência, para fins da quitação de crédito tributário de que trata esta lei.

§ 1º - Para fins do disposto no "caput" deste artigo, a substituição processual por terceiro detentor da cessão de direito do precatório far-se-á nos termos do art. 42 do Código de Processo Civil.

§ 2º - O documento de transferência do direito será definido pela Advocacia-Geral do Estado.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: Sabe-se que é enorme o volume de precatórios judiciais no Estado que não têm sido liquidados. Por outro lado, o Estado encontra dificuldades no recebimento dos créditos tributários de contribuintes inadimplentes. Este projeto de lei visa resolver estes dois graves problemas enfrentados pelo Estado: a quitação de débitos constituídos por precatórios judiciais e o recebimento de créditos tributários. Esta proposição apresenta como alternativa a permissão para quitação de créditos tributários com precatórios judiciais, de modo a que o Executivo quite estas dívidas sem ter, contudo, que recorrer ao caixa estadual. Solicito o apoio dos demais parlamentares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 393/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.519/2006)

Dispõe sobre a comprovação do registro na respectiva entidade de fiscalização profissional, para investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo de Minas Gerais e dá outras

providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo de Minas Gerais, bem como a nomeação para cargos em comissão de livre provimento, para os quais é exigida habilitação profissional de nível superior, serão precedidas de comprovação de registro no Conselho Regional de fiscalização profissional.

§ 1º - Os atuais ocupantes de cargos, empregos ou funções, mencionados neste artigo, terão o prazo de noventa dias para efetuar a comprovação nos termos do que dispõe esta lei.

§ 2º - Os profissionais a que se refere o "caput" deste artigo deverão manter a regularidade de seus registros enquanto ocuparem os cargos para os quais é exigida habilitação profissional de nível superior.

§ 3º - Os órgãos de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo de Minas Gerais deverão enviar anualmente, no mês de junho, a relação nominal dos ocupantes de cargos, empregos e funções, referidos neste artigo, aos respectivos Conselhos Regionais de fiscalização profissional.

Art. 2º - Ficam ressalvados dos dispositivos desta lei os servidores que por força de lei estejam incompatibilizados ou impedidos de inscreverem-se nos respectivos Conselhos Regionais de fiscalização profissional.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: A proposição apresentada tem por finalidade garantir o aprimoramento dos servidores profissionais de nível superior por meio do estabelecimento do registro e o pleno gozo de todos os direitos e prerrogativas explicitados pelos Conselhos Fiscalizadores do exercício das profissões regulamentadas em leis específicas, como requisitos para investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado, bem como a nomeação para cargos em comissão de livre provimento, para os quais é exigida habilitação profissional de nível superior.

É inquestionável a relevância da proposta em tela, uma vez que a proposição em comento busca assegurar a aplicação eficaz das legislações que regulam o pleno exercício das atividades profissionais e garantir o aperfeiçoamento e a qualificação do servidor, no exercício de suas atividades profissionais desempenhadas na administração pública.

Importante ressaltar que o projeto de lei não versa, direta ou indiretamente, sobre a criação de cargos, funções ou empregos, nem sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública, respeitando integralmente os limites de iniciativa legislativa conferida privativamente ao Chefe do Poder Executivo Estadual pelo art. 66 da Constituição mineira. As referências à atuação dos Conselhos dizem respeito tão-somente às competências e atribuições que tais entidades já detêm pela legislação vigente, não lhes atribuindo novas prerrogativas nem lhes alterando qualquer atributo ou característica jurídica.

Do ponto de vista da adequação orçamentária e financeira, a matéria em questão não apresenta custo adicional aos cofres públicos, não existindo, portanto, nada que obste a sua aprovação sob esse aspecto.

A medida apresentada é indiscutivelmente oportuna, exercendo uma dupla função: a de proteção ao servidor e ao serviço público. A obrigatoriedade de comprovação de pleno exercício profissional, para preenchimento de cargos públicos, que sejam condicionados à exigência de habilitação profissional estabelecida em lei, vem resguardar os servidores no desempenho de suas funções, bem como assegurar a regularidade e boa execução dos serviços prestados à sociedade.

As ações das autarquias constituídas por meio de Conselhos de Fiscalização Profissional têm por finalidade a defesa dos interesses da sociedade e do próprio Estado, de tal modo que profissionais especialmente habilitados atuem na condução dessas atividades nos órgãos públicos, tudo em cumprimento com os exatos termos da lei.

A fiscalização profissional é finalidade essencial, a própria razão de existir dos Conselhos Regionais de Fiscalização Profissional; é um dos aspectos mais importantes do trabalho dos Conselhos e por isso deve ser incentivada pelos órgãos públicos, uma vez que visam a proteção da sociedade, através do aprimoramento contínuo das profissões que representam e do impedimento do exercício por profissionais leigos, não habilitados e sem ética.

A comprovação do pleno exercício profissional para investidura em cargos, empregos ou funções na administração pública estadual encontra-se amparada na competência do Estado para organização legal do serviço público, seu pessoal e dos serviços a seu cargo.

Portanto, a proposição em análise vem atender aos princípios da moderna administração pública, proporcionando prestação de serviços com maior segurança e qualidade à população, resultando em eficácia e economia.

Pela importância deste projeto, peço o apoio dos ilustres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 394/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.699/2006)

Altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26 dezembro de 1975, acrescidos pela Lei nº 14.938, de 29 de dezembro de 2003, e dispõe sobre leilão de veículos automotores apreendidos ou removidos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os itens 5.7 e 5.8 da Tabela D da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, alterados pela Lei nº 14.938, de 29 de dezembro de 2003, ficam acrescidos dos seguintes subitens:

"Tabela D

(a que se refere o art. 115 da Lei 6.763, de 26 de dezembro de 1975)

Lançamento e cobrança da Taxa de Segurança Pública decorrente de atos de autoridades policiais

Item	Discriminação	Quantidade (Ufemg)		
		Por vez unidade	Por dia	Por ano
5	Para outros atos da Administração de trânsito			
	...			
5 7	Estadia de veículo apreendido			
5 7 1	Motocicleta/Similares		8	
5 7 2	Automóvel, Camionetas, Camionete, Reboque, Utilitários e outros		20	
5 7 3	Caminhão, trator, Ônibus, Microônibus, Semi-reboque, Máquina Agrícola		40	
5 8	Remoção de Veículo			
5 8 1	Motocicleta/Similares	25		
5 8 2	Automóvel, Camionetas, Camionete, Reboque, Utilitários e outros	50		
5 8 3	Caminhão, trator, Ônibus, Microônibus, Semi-reboque, Máquina Agrícola	100		

§ 1º - Os valores estabelecidos no item 5 desta tabela aplicam-se aos pátios que foram terceirizados pelo Estado em caráter precário.

§ 2º - Para os pátios terceirizados por meio de processo licitatório o Estado terá o prazo de cento e oitenta dias para adequar o contrato de concessão do serviço público de acordo com a tabela acima ou realizar nova licitação.

§ 3º - Caso seja realizada nova licitação, os valores a serem estabelecidos no respectivo contrato de concessão não poderão ser superiores ao estipulado nesta tabela.

Art 2º - O Estado promoverá o leilão de veículos automotores retidos, apreendidos ou removidos e localizados nos pátios terceirizados não retirados no prazo de noventa dias.

§ 1º - Do produto arrecadado com os leilões, após deduzidos os gastos com notificações, publicações e editais, até 50% (cinquenta por cento) serão destinados ao pagamento das despesas com remoção e guarda dos veículos e o restante para quitação dos débitos relativos a taxas, impostos e multas de trânsito.

§ 2º - O pagamento relativo às despesas com remoção e guarda de veículos deverá ser feito diretamente pelo leiloeiro à empresa concessionária.

Art. 3º - No prazo de seis meses contados da publicação desta lei, os proprietários de veículos com placas numéricas de seis dígitos poderão requerer sua baixa ou seu recadastramento independentemente do pagamento de taxas e impostos.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 395/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.735/2006)

Declara de utilidade pública a Associação Regional Pró-Desenvolvimento da Área de Ligação Diamantina - Corinto - Arprodic -, com sede no Município de Diamantina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional Pró-Desenvolvimento da Área de Ligação Diamantina-Corinto - Arprodic, com sede no Município de Diamantina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Antônio Júlio

Justificação: A Associação Regional Pró-Desenvolvimento da Área de Ligação Diamantina - Corinto - Arprodic -, com sede no Município de Diamantina, encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de 12 anos, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, no que concerne às atividades assistenciais, beneficentes e filantrópicas. É sociedade de direito privado, de natureza associativa, sem fins lucrativos, com atuação em todo o Estado. Sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 396/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 1.306/2003)

Declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Tupaciguara, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato Rural de Tupaciguara, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Sindicato Rural de Tupaciguara, entidade sem fins lucrativos, foi constituído para fins de aprimoramento e progresso da agricultura e da pecuária local. Visa à formação profissional rural e à promoção social, por meio de treinamentos realizados em parceria com o SENAR - Minas. Integra-se também aos trabalhos desenvolvidos pela Federação da Agricultura de Minas Gerais - FAEMG.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 397/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 2.862/2005)

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais de Indianópolis, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Produtores Rurais de Indianópolis, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Sindicato dos Produtores Rurais de Indianópolis, entidade sindical de grau, com sede e base territorial no Município de Indianópolis e foro na cidade de Araguari, entidade sem fins lucrativos, foi constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal de sua categoria econômica, com o intuito de colaboração com o poder público e as demais associações ligadas ao desenvolvimento das atividades como agropecuária, o extrativismo e a pesca. Busca incessantemente o aprimoramento desse essencial setor produtivo, integrando-se nos trabalhos desenvolvidos pela Faemg.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

projeto de lei nº 398/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.217/2006)

Declara de utilidade pública a Sociedade Católica de Educação de Uberlândia - Soceub -, com sede nesse Município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Católica de Educação de Uberlândia - Soceub -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A Sociedade Católica de Educação de Uberlândia é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo promover a cultura, a educação e a pesquisa científica, técnica e artística.

Mantém a Faculdade Católica de Uberlândia, onde promove cursos visando à produção de conhecimento útil para a sociedade e que, ao mesmo tempo, leve à reflexão sobre a realidade. Colabora na formação de jovens quanto à escolha de valores que dignifiquem o ser humano.

Por esse trabalho de significativa importância social, esperamos a anuência dos nobres colegas à concessão do título declaratório que se lhe pretende outorgar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 399/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.256/2006)

Declara de utilidade pública a Academia Leonística Mineira e Brasiliense de Letras - ALMBL -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Academia Leonística Mineira e Brasiliense de Letras - ALMBL - , com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: A Academia Leonística Mineira e Brasiliense de Letras possui como finalidades primordiais estimular, apoiar e difundir a produção literária, em suas diversas modalidades, no Estado de Minas Gerais e no Distrito Federal, em especial no âmbito do movimento leonístico.

Para a consecução de seus objetivos, articula e interage com as Prefeituras Municipais e com entidades públicas e privadas, visando obter apoio financeiro para a implementação de seus projetos institucionais e literários.

Pelos motivos apontados, contamos com a anuência dos nobres colegas à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 400/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.393/2006)

Declara de utilidade pública a entidade denominada Missão Criança, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Missão Criança, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: As atividades desenvolvidas pela entidade denominada Missão Criança têm como fim a prestação de serviço à comunidade carente de Uberlândia, com atenção especial à criança e ao adolescente.

Dessa forma, ela desenvolve programas para o acolhimento provisório de bebês, antes do encaminhamento para adoção; para o apoio e atendimento a crianças carentes; além de manter creche destinada a crianças de até 6 anos, para que suas mães possam trabalhar.

Na área educacional, promove cursos profissionalizantes e programas de treinamento visando facilitar a obtenção do primeiro emprego e desenvolve modalidades esportivas para a complementação da carga horária dos que freqüentam o ensino regular.

Esse trabalho, de grande relevância para a comunidade de Uberlândia, qualifica a entidade ao título de utilidade pública, para o que contamos com o apoio dos demais parlamentares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 401/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.525/2006)

Declara de utilidade pública o Terno Moçambique Estrela Guia - Tecar -, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Terno Moçambique Estrela Guia - Tecar -, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Tecar é uma entidade civil de direito privado, de cunho cultural, educativo e filantrópico, originada da organização dos cidadãos de Uberlândia para a participação nos desfiles promovidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens de Cor de São Benedito, visando à preservação da cultura folclórica de Minas Gerais.

Tem como finalidade promover a apresentação do terno, representado por seus componentes fardados, em qualquer festa de caráter oficial, religioso ou folclórico e em outros eventos, a convite, além de propiciar a seus filiados o acesso à cultura, à história, à música, a cursos de qualificação e a manifestações folclóricas.

Valendo-se dos seus recursos, provenientes de doações e participação voluntária, luta para dar assistência à família, às crianças carentes, às pessoas idosas e aos portadores de deficiência, buscando não só amenizar suas dificuldades materiais como também integrar no mercado aqueles que possuem capacidade para o trabalho.

Por se tratar de uma entidade que norteia suas atividades pela solidariedade humana, espero contar com o apoio dos nobres pares nesta Casa para que ela seja declarada de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 402/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.738/2006)

Declara de utilidade pública o Lar Espírita de Laura, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar Espírita de Laura, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: O Lar Espírita de Laura é uma associação civil, privada, religiosa, assistencial e sem fins lucrativos, fundada em 1º/5/99, no Município de Juiz de Fora, com duração por tempo indeterminado e sede provisória na Av. Santa Luzia, 40, Bairro Santa Luzia, Juiz de Fora.

A instituição tem por finalidade abrigar crianças até seis anos em situação de orfandade, abandonadas e desamparadas, visando à sua integração ao lar e à vida em sociedade.

Por preencher os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 403/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.739/2006)

Declara de utilidade pública o Instituto Educacional Pangea, com sede no Município de Matias Barbosa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Instituto Educacional Pangea, com sede no Município de Matias Barbosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: O Instituto Educacional Pangea é entidade civil, de caráter social, beneficente e educativo, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado.

Tem por finalidade a promoção gratuita da educação básica, da educação de jovens e adultos e curso profissionalizante; a promoção do voluntariado, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; a promoção de estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

A promoção gratuita e permanente da educação consistirá no ensino gratuito a residentes na comunidade de Matias Barbosa e Juiz de Fora, onde a associação atua.

No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto Educacional Pangea não faz distinção quanto a raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

A entidade cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 404/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.752/2006)

Declara de utilidade pública o Pólo de Evolução das Medidas Sócio-Educativas - Pemse -, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Pólo de Evolução das Medidas Sócio-Educativas - Pemse -, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: O Pólo de Evolução das Medidas Sócio-Educativas - Pemse -, fundado em 13/10/2003, é uma organização religiosa, sem fins lucrativos, que tem como base doutrinária o espiritismo e desenvolve atividades de assistência social, cultural, beneficente, filantrópica e de inclusão social, promovendo treinamentos e capacitação profissional para adolescentes e pessoas que atuam nessas áreas.

No cumprimento de suas finalidades, observa os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, não faz discriminação de raça, cor, sexo ou religião e promove a igualdade, a diversidade, a participação e a solidariedade.

A entidade cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas à

concessão do título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 405/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.773/2006)

Declara de utilidade pública, o Abrigo São Vicente de Paulo, de Mar de Espanha, Obra Unida do Conselho Central de Santo Antônio, da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Mar de Espanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, o Abrigo São Vicente de Paulo, de Mar de Espanha, Obra Unida do Conselho Central de Santo Antônio, da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Mar de Espanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: O Abrigo São Vicente de Paulo, de Mar de Espanha, Obra Unida do Conselho Central de Santo Antônio, da Sociedade de São Vicente de Paulo fundada em 2/1/2003, é uma entidade civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração, com sede na Rua Riachuelo, 7, Centro.

O Abrigo São Vicente de Paulo, de Mar de Espanha, da Sociedade de São Vicente de Paulo, é um órgão vinculado ao Conselho Central Santo Antônio, de Juiz de Fora, da Sociedade de São Vicente de Paulo, e tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana visando especialmente abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material e espiritual; criar, manter e, se possível, estender tais serviços a famílias e pessoas necessitadas

A entidade apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 406/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 3.786/2006)

Declara de utilidade pública o Grupo do Amor Exigente de Rio Pomba, com sede no Município de Rio Pomba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grupo do Amor Exigente de Rio Pomba - Gaerp -, com sede no Município de Rio Pomba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: O Grupo do Amor Exigente de Rio Pomba, também designado pela sigla Gaerp, fundado em 18/8/2004, é uma associação beneficente, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Rio Pomba, na Rua Padre Gladstone Galo, 580, Bairro Rosário.

O referido Grupo tem por finalidade valorizar a pessoa humana, na melhoria de sua auto-estima; acolher, promover e reintegrar na sociedade toxicômonos e alcoólatras por meio da orientação, da prevenção e do apoio às famílias e pessoas com desajuste social, reatando o vínculo familiar, procurando torná-los úteis à sociedade e intermediando, sempre que possível, internações em comunidades terapêuticas; amparar toda e qualquer família, em sentido amplo, com problemas de relacionamento e desajustes de qualquer natureza entre seus membros; prestar serviço gratuito, permanente e sem qualquer discriminação de clientela, nos projetos, programas, benefícios e serviços de assistência social.

No desenvolvimento de suas atividades, o Gaerp não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

O Grupo do Amor Exigente de Rio Pomba apresenta os requisitos legais para ser declarado de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 407/2007

Declara de utilidade pública a Associação Calor Humano, com sede no Município de Rio Pomba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Calor Humano, com sede no Município de Rio Pomba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de março de 2007.

Sebastião Helvécio

Justificação: A Associação Calor Humano, também designada pela sigla ACH, fundada em 3/2/92, é uma associação beneficente, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, com sede no Município de Rio Pomba.

A referida Associação tem por finalidade oferecer aos idosos oportunidade para desenvolverem suas potencialidades por meio de atividades sadias e prazerosas, tais como atividades artísticas, culturais, religiosas e de trabalhos manuais; cultivar a mais ampla cordialidade e integração entre os associados e a comunidade, visando a transmitir às gerações mais jovens o legado de conhecimento e cultura de que os idosos são portadores; promover encontros semanais com idosos, a fim de proporcionar-lhes momentos de lazer e descontração; valorizar a pessoa idosa, na melhoria de sua auto-estima, nos seus direitos de cidadania, dignidade e respeito; visitar, em suas residências, as pessoas participantes do grupo, quando ausentes dos encontros; prestar serviço gratuito permanente e sem qualquer discriminação de clientela, nos projetos, programas, benefícios e serviços de assistência social.

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Calor Humano não faz nenhuma discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Pelas razões expostas, a entidade apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 90/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER - MG com vistas a que, em todas as placas e sinalizações rodoviárias, seja substituído o nome "Aeroporto Internacional de Confins" pelo nome oficial, "Aeroporto Internacional Tancredo Neves".

Nº 91/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho, solicitando seja formulado apelo aos Presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac - e da Infraero com vistas a que todas as comunicações oficiais desses órgãos utilizem, em vez de "Aeroporto Internacional de Confins", o nome oficial, "Aeroporto Internacional Tancredo Neves". (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 92/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Espinosa pelo transcurso de seu 83º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 93/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Francisco Dumont pelo transcurso de seu 44º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 94/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Grão-Mogol pelo transcurso de seu 49º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 95/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Ibiaí pelo transcurso de seu 44º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 96/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Rubelita pelo transcurso de seu 44º aniversário de emancipação político-administrativa.

Nº 97/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Varzelândia pelo transcurso de seus 44 anos de emancipação político-administrativa.

Nº 98/2007, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Botumirim pelo transcurso do seu 44º aniversário de emancipação político-administrativa. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 99/2007, do Deputado Carlin Moura, solicitando seja formulado apelo à Secretaria de Educação com vistas à segurança da Escola Estadual Pero Vaz de Caminha, em Belo Horizonte. (- À Comissão de Educação.)

Nº 100/2007, do Deputado Carlin Moura, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante-Geral da PMMG com vistas ao fornecimento de equipamentos para o 4º Pelotão da 46ª Cia. da PMMG, em Peçanha. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 101/2007, do Deputado Carlin Moura, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas a que os ônibus da linha 1112 A, Bairro Industrial, voltem a fazer o itinerário antigo. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 102/2007, do Deputado Chico Uejo, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Guimarães pelo aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

Nº 103/2007, do Deputado Chico Uejo, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lagamar pelo aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

Nº 104/2007, do Deputado Chico Uejo, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lagoa Formosa pelo aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

Nº 105/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com Município de Marmelópolis pelo transcurso do 44º aniversário de emancipação político-administrativa do Município.

Nº 106/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelo transcurso do 44º aniversário do Município, no dia 1º de março. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 107/2007, do Deputado Delvito Alves, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Transportes e Obras Públicas com vistas à liberação de recursos para reforma e ampliação do aeroporto de Unaí. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 108/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Rotary Clube de Cruzília, na pessoa de seu Presidente, Sr. Joaquim José Paranaíba, pela passagem do Dia Nacional do Rotariano. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 109/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações a Sra. Lúcia de Souza Ribeiro Prado, Presidente da Associação Farmacêutica de Varginha, pela passagem do Dia do Farmacêutico

Nº 110/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luiz Eduardo Sales Paiva, Presidente da Associação Farmacêutica de Itajubá, pela passagem do Dia do Farmacêutico.

Nº 111/2007, do Deputado Dimas Fabiano solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alexandre Gonçalves Sampe, Presidente da Associação Farmacêutica de Poços de Caldas, pela passagem do Dia do Farmacêutico.

Nº 112/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jairo Francisco da Silva Júnior, Presidente da Associação Farmacêutica de Pouso Alegre, pela passagem do Dia do Farmacêutico.

Nº 113/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Juvenal Clemente de Abreu, Presidente da Associação Farmacêutica de Três Corações, pela passagem do Dia do Farmacêutico.

Nº 114/2007, do Deputado Dimas Fabiano, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Dimas Guimarães Nascimento, Presidente da Associação Farmacêutica de São João del-Rei, pela passagem do Dia do Farmacêutico. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 115/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha por sua indicação para o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar - STM. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 116/2007, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Rotary Clube pelo transcurso do Dia do Rotariano. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 117/2007, do Deputado Doutor Viana, solicitando seja formulada manifestação de aplauso ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pelo transcurso dos seus 15 anos de fundação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 118/2007, do Deputado Eros Biondini, solicitando seja formulada manifestação de regozijo ao Vaticano pela visita de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, ao Brasil. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 119/2007, do Deputado Hely Tarquínio, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Faculdade de Odontologia da UFMG pelo transcurso do centenário de sua fundação.

Nº 120/2007, do Deputado Jayro Lessa, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Presidente da Associação Farmacêutica de Governador Valadares pela passagem do Dia do Farmacêutico.

Nº 121/2007, do Deputado Jayro Lessa, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Presidente da Associação Farmacêutica de Ouro Preto e Mariana pelo transcurso do Dia do Farmacêutico. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 122/2007, do Deputado Padre João, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que sejam averiguados os fatos que menciona, ocorridos nos Municípios de Guaraciama e de Janaúba, e tomadas as providências cabíveis. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 123/2007, do Deputado Paulo Cesar, solicitando seja formulado voto de congratulações com Município de Santa Fé de Minas pelo transcurso do aniversário de sua emancipação política.

Nº 124/2007, do Deputado Paulo Cesar, solicitando seja formulado voto de congratulações com Município de Igaratinga pelo transcurso do aniversário de sua emancipação política.

Nº 125/2007, do Deputado Paulo Cesar, solicitando seja formulado voto de congratulações com Município de Conceição do Pará pelo transcurso do aniversário de sua emancipação política. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 126/2007, do Deputado Paulo Cesar (ex-Requerimento nº 7.118/2006), solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru - pedindo a inclusão das comunidades indígenas de Minas Gerais no Programa de Melhorias Habitacionais para tribos indígenas, implementado pela Funasa, com a participação da Funai, do Senad, da Copasa-MG, da Cemig, da Cohab e da própria Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru - (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 127/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Cadete PM Matheus de Oliveira Lopes e

os Soldados PM 2ª Classe Anderson Ribeiro C. de Oliveira, Marcos Antônio Machado de Oliveira e Maxwell César dos Reis por sua atuação rápida e eficiente no enfrentamento de episódio ocorrido no Estádio do Mineirão, durante partida de futebol realizada no dia 10/2/2007. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 128/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Sr. Francisco Antônio Furtado Ribeiro, Juiz Titular do Juizado Especial, Civil e Criminal da Comarca de Nova Lima, pelos relevantes serviços prestados a essa comunidade. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 129/2007, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, solicitando seja encaminhado ao Presidente da Codemig, ao Diretor-Geral do DER-MG e ao Diretor-Presidente da Copasa-MG pedido escrito de informação sobre a infra-estrutura existente na Região do Médio São Francisco. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 130/2007, da Comissão de Cultura, solicitando seja formulado apelo à Secretaria de Cultura solicitando diligência junto ao governo do Estado de São Paulo para verificar a possibilidade de aquisição do arquivo da exposição temporária "Grande Sertão: Veredas".

Nº 131/2007, da Comissão de Educação, solicitando seja formulado apelo à Secretaria de Educação com vistas a que sejam destinadas, às escolas do Estado, cópias em DVD do documentário "Uma Verdade Inconveniente ", de autoria de Al Gore.

Nº 132/2007, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado voto de congratulações com o Secretário de Defesa Social pelo desempenho eficaz dos policiais estaduais no combate ao crime organizado em Minas Gerais.

Nº 133/2007, da Comissão de Segurança Pública, solicitando seja formulado apelo ao Chefe da Polícia Civil com vistas a que se institua no órgão serviço de assessoramento parlamentar destinado à interlocução desta Casa com a Polícia Civil.

Nº 134/2007, da Comissão de Transporte, solicitando seja formulado apelo ao DNIT com vistas a que seja dada prioridade ao asfaltamento da BR-135, na altura do Km 539, no Município de Augusto de Lima.

Nº 135/2007, da Comissão de Transporte, solicitando seja encaminhado ao DETEL e à Secretária de Desenvolvimento Regional pedido de providências para que seja disponibilizado aos Municípios de Caetanópolis e Paraopeba o acesso à internet banda larga ou similar.

Do Deputado Domingos Sávio e outros, em que solicitam a constituição da Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Mineira. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Domingos Sávio e outros, solicitando a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Rede Público-Educativa de Rádio e Televisão.

Do Deputado Doutor Rinaldo, solicitando seja instituído, nesta Casa, um espaço destinado a homenagear as mulheres mineiras que se destacam no cenário político-cultural estadual e nacional.

Do Deputado Paulo Cesar e outros, solicitando o reinício dos trabalhos da Frente Parlamentar Mineira em prol do Agronegócio da Cachaça. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes e outros, Carlos Pimenta, Padre João, Dinis Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva e outros, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues.

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Wander Borges, Elmiro Nascimento, Luiz Tadeu Leite e Deiró Marra proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- O Deputado Doutor Viana profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, e considerando o deferimento de Requerimento s/nº do Deputado Paulo Cesar, em que este solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.849/2005, de sua autoria, torna sem efeito o recebimento e o despacho de requerimento do mesmo autor, relativo ao desarquivamento do Projeto de Lei nº 587/2003.

Mesa da Assembléia, 15 de março de 2007.

Deputado Doutor Viana, 1º-Vice- Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 130 a 135/2007. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Gustavo Valadares, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 178/2007, Carlos Pimenta, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 289/2007, e Sargento Rodrigues, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 1/2007 (Arquivem-se os projetos.); e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Sr. Raymundo Tarcísio Delgado, e Padre João, Dinis Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva e outros, solicitando a convocação de reunião especial para o lançamento da Campanha da Fraternidade 2007.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Ademir Lucas, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva .

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de terça-feira, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 20/3/2007). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/3/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho e da Deputada Elisa Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Renata Maria Paes Vilhena - Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Palavras da Sra. Tereza Cristina da Cunha Peixoto - Palavras da Sra. Maria Elmira Evangelista do Amaral Dick - Palavras da Sra. Umbelina da Consolação Lopes - Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho - Palavras da Sra. Neuza Melo - 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Sra. Marlise Matos - Palavras da Sra. Tatau Godinho - Palavras da Deputada Federal Jô Moraes - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Lúcia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "A participação da mulher nos espaços de poder", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Deputada Federal Jô Moraes, membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; Renata Maria Paes Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Márcia de Cássia Gomes, membro da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, representando a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Nilcéa Freire; Desembargadora Tereza Cristina da Cunha Peixoto, representando o Tribunal de Justiça; Promotora de Justiça Maria Elmira Evangelista do Amaral Dick, da Promotoria do Patrimônio Público, representando o Ministério Público de Minas Gerais; Deputada Elisa Costa, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho desta Casa; Maria de Nazareth Barreto de Carvalho, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Defensora Pública Umbelina da Consolação Lopes, representando a Defensoria Pública; Cel. PM Luciene Magalhães Albuquerque, Subchefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais e

membro do Conselho Estadual da Mulher; e Neuza Melo, representante do Fórum de Mulheres.

Palavras do Sr. Presidente

É com grande satisfação que, em nome da Assembléia Legislativa de Minas, damos início às atividades que serão desenvolvidas nesta Casa, hoje, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher: na parte da manhã, o ciclo de debates "A participação da mulher nos espaços de poder"; às 14 horas, o lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; e às 16 horas, uma reunião especial em que serão homenageadas mulheres que tiveram destacada atuação em suas comunidades.

Antes de mais nada, parabenizamos as mulheres presentes e, por extensão, todas as mulheres mineiras, por tudo o que representam neste Parlamento, nas demais instituições públicas, no mercado de trabalho, nos meios acadêmicos, na vida em sociedade, no âmbito familiar, enfim, em todos os campos de convivência, por suas qualidades, seu exemplo, sua capacidade de nos impulsionar como seres humanos.

Parabenizamos, particularmente, o grupo seleta, dedicado e competente que, nesta Casa, representa o conjunto das mulheres mineiras: as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia e Rosângela Reis, e a Deputada Elbe Brandão, atualmente no cargo de Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. A elas, a nossa homenagem especial.

A razão de realizarmos um ciclo de debates sobre a participação da mulher nos espaços de poder é o reconhecimento de que, apesar de terem garantida em lei a igualdade de direitos, de serem maioria no eleitorado, nas universidades e em muitas áreas de trabalho, as mulheres ainda estão longe, no Brasil, de ter a devida correspondência quando se trata de ocupar cargos e funções de relevância.

No campo político, por exemplo, os resultados das eleições de 2006 mostram que conseguiram conquistar um mandato apenas 176 mulheres: 3 Governadoras, 4 Senadoras, 46 Deputadas Federais e 123 Deputadas Estaduais e Distritais.

No Legislativo, as mulheres ocupam apenas 9,1% das vagas, percentual que situa o Brasil em último lugar entre os países da América do Sul e à frente apenas da Guatemala e do Haiti, na América Central. Numa relação de 172 países, ficamos no 130º lugar na representação de mulheres nos parlamentos.

O lento avanço feminino nos espaços políticos reflete o que ocorre em outros campos da vida nacional. A grande maioria dos postos de comando no mundo empresarial e no meio acadêmico, por exemplo, continua sendo ocupada por homens. A medida que a importância do cargo aumenta, a participação das mulheres diminui. Uma mulher em cargo de chefia ainda é vista como exceção.

Não há dúvida de que, com maior presença nos espaços de poder, seja no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, no Ministério Público, no mundo corporativo, nas universidades e em outros campos da vida em sociedade, as mulheres terão mais influência na formulação das políticas de desenvolvimento e mais condições de reduzir as muitas formas de desigualdade que enfrentam.

Gostaríamos de agradecer a presença das autoridades, das expositoras, dos demais participantes deste evento, e a todas as pessoas e instituições que colaboraram para sua realização. A Assembléia de Minas recebe de braços abertos todas as iniciativas que, como esta, visam a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Renata Maria Paes Vilhena

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, demais representantes da Mesa, a quem cumprimento na pessoa da Deputada Jô Moraes, senhoras e senhores, bom-dia a todos. É um prazer estar com vocês neste ciclo de debates "A participação da mulher nos espaços de poder", promovido por esta egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao lado de mulheres que ocupam cargos tão importantes tanto na esfera federal como na estadual.

Hoje a minha satisfação é ainda maior ao cumprir a dupla função de representar o Exmo. Governador Aécio Neves e de estar à frente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o que muito me orgulha.

Ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas, as mulheres têm lutado e enfrentado antigos valores e resíduos de uma cultura arcaica que prevaleceu durante séculos, em que as posições de comando e o poder decisório pertenciam unicamente aos homens.

Sempre coube a eles a última palavra, e restavam às mulheres as tarefas essencialmente domésticas e a alfabetização dos filhos, função que mais tarde foi dividida com as antigas educadoras, origem do grande contingente de mulheres servidoras da área da educação.

Conforme dados fornecidos pela Rais, no ano 2000, no Brasil, dos 42.300 cargos de diretoria existentes no setor privado, menos de 24% eram ocupados por mulheres. Entretanto, nas empresas de serviços comunitários e sociais, as mulheres ocupam mais de 50% dos cargos de diretoria.

Outro dado interessante, que merece destaque, sobre a presença feminina é que as Diretoras predominam em empresas de maior porte, são mais jovens do que os Diretores e ocupam o cargo há menos tempo do que os homens.

No mundo, a situação não difere muito da brasileira, como podemos constatar nos dados fornecidos pela Fortune 500. Nos Estados Unidos, apenas 16% de seus maiores executivos são mulheres. Aliado a esse baixo percentual, verifica-se que o salário médio das americanas corresponde a 76% do salário dos homens.

De acordo com o relatório The Global Gender Gap Report 2006, nenhum país do mundo conseguiu eliminar as diferenças de gênero. O que chegou mais próximo desse objetivo foi a Suécia, 1º lugar em ocupação feminina dos espaços de poder e 9º em participação econômica feminina. As mulheres ocupam nada menos que 52% dos ministérios do país e 47% das cadeiras no parlamento.

As mulheres são pouco representativas no governo. Na política, observamos que a ocupação feminina nas Câmaras Municipais de Minas Gerais, como disse o Presidente da Assembléia, é extremamente reduzida. Apenas 11% dos Vereadores são mulheres. E, nas eleições de 2004, tivemos apenas 42 Prefeitas eleitas, o que corresponde a 5% dos 853 Municípios.

Quanto à eleição para Governador dos Estados, em 2006, a situação seguiu a mesma tendência. Dos 198 candidatos que concorreram à eleição, cerca de 10% eram mulheres; dos 27 Estados, 9 não apresentaram candidatas, e apenas 3 obtiveram o 2º turno, sendo eleitas 3

Governadoras.

Para a disputa do cargo de Presidente, pela primeira vez em nossa história tivemos duas candidatas disputando o maior posto do Executivo brasileiro.

Se, globalmente, constatamos que os espaços conquistados pelas mulheres junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ainda são muito acanhados, observa-se que, na atual gestão do Estado de Minas Gerais, sensível à capacidade das mulheres, tem-se tentado reverter essa situação. Cargos de destaque estão sendo ocupados por nós, mulheres, e encontramos colegas à frente de Secretarias importantes, como as de Cultura, de Educação, de Turismo e para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, bem como na Auditoria-Geral do Estado, na Defensoria Pública, na Reitoria da Uemg, na Presidência de fundações e em outros órgãos. Todas são executivas que, com competência e dedicação, conseguem se desincumbir da árdua tarefa de conciliar as questões de suas pastas com todos os demais papéis inerentes à sua condição de mulher.

A criação recente, no âmbito do Executivo Estadual, da Coordenadoria Especial de Promoção e Defesa da Mulher - Cedem -, reafirma o compromisso do atual governo na luta contra a discriminação de gênero. A referida Coordenadoria tem a importante missão de coordenar a política estadual para as mulheres e promover a intersetorialidade entre as Secretarias de Estado gestoras dos programas previstos nessa política. Pelos dados estatísticos apresentados, verificamos números quase insignificantes delineando o espaço e a participação das mulheres em todas as esferas do poder decisório. Para reverter esse quadro, resta um longo caminho na luta em prol da participação das mulheres em altos cargos nas organizações.

Em nosso Estado, com a visão de um estadista, e atendendo aos anseios dos movimentos das mulheres, em agosto de 1983 o então Governador Tancredo Neves criou o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, dando-lhe a missão de "formular uma política global para atender aos interesses da mulher no âmbito do Estado". Muitos avanços ocorreram desde então; entretanto, a luta pelo exercício pleno da cidadania continua.

É determinante que se ampliem as discussões e reflexões sobre o assunto, de forma a abrir caminhos para que as futuras gerações de mulheres possam desempenhar seus papéis sem barreiras, exercendo seus direitos e suas capacidades de forma plena.

A mulher já provou que é capaz de enfrentar grandes desafios profissionais, mas a luta tem de continuar, não pela busca da igualdade entre os gêneros, mas pela valorização das diferenças, pois só assim será possível aproveitar ao máximo as características próprias das mulheres, capazes de levar sua sensibilidade e versatilidade a qualquer lugar. Obrigada.

Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes

Bom dia a todos. Cumprimento as autoridades presentes, na pessoa da nossa companheira que, há dois anos, ajudou-nos nessa batalha incessante e que hoje está em Brasília, representando-nos na Câmara Federal. Refiro-me à Deputada Federal Jô Moraes.

É uma honra, para mim, representar a Ministra Nilcéa Freire, que está à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Eu, Márcia, da Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura de Belo Horizonte; a Gláucia Helena, de Contagem; a Mercês, da Prefeitura de Betim; e a Laís Ramalho, da Prefeitura de Sabará, fazemos parte de um fórum de organismos de políticas para as mulheres e, desde 2003, temos desenvolvido uma política efetiva de construção de organismos para as mulheres no Executivo municipal. Com esse trabalho, temos articulado a possibilidade de outros Municípios da região metropolitana seguirem nosso exemplo.

Desde a organização, mobilização e divulgação de uma estratégia política extraída da II Conferência Nacional de Política para as Mulheres, assumimos esse compromisso com a população de Minas Gerais e, principalmente, com as mulheres, para fortalecer os organismos de participação e ampliar a cidadania das mulheres.

Há dois anos, nesta Casa, aconteceu a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e a pactuação do Plano Nacional, em que a Ministra se fez representar por Cida Gonçalves, nossa companheira da SPM. Esse movimento fez com que Minas Gerais, em 2/8/2005, pactuasse os Planos Estadual e Nacional de Política para as Mulheres. E, em agosto do ano passado, realizamos o fórum técnico nesta Casa, que, mais uma vez, foi palco de importante e estratégico momento, em que mulheres de todo o Estado puderam não apenas se encontrar, mas também intervir em algumas ações e objetivos da política estadual.

Neste momento, saúdo os companheiros da Defensoria Pública, órgão que, como diz o Eduardo, tem um nome feminino. A partir de um projeto, foram criados os núcleos de defensoria e defesa das mulheres em situação de violência. É muito importante que tal organismo se estabeleça em outros Municípios. Aliás, esse é um dos nossos compromissos nesta II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Vários Municípios já estão com suas conferências municipais organizadas.

A Secretaria Municipal de Mulheres e eu, representando o Estado de Minas Gerais na comissão organizadora, faremos com que Minas Gerais sirva de exemplo para o restante do País.

Muito obrigada, e um bom trabalho para nós.

Palavras da Deputada Federal Jô Moraes

Bom dia a todos e a todas. Peço licença à Mesa para saudá-los em nome de três pessoas: nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, grande parceiro das mulheres, não apenas neste período, mas durante todo o processo democrático que vivemos; a nossa Cel. Luciene - existiu uma Coronel, anteriormente, mas que nunca saiu das tropas, das ruas. Parabéns, Cel. Luciene, que soube levar à segurança pública o enfrentamento das maiores dificuldades, a determinação da mulher mineira. E queria saudar, evidentemente, essa categoria que luta, na pessoa da nossa Defensora Umbelina. Todos nós somos parceiros de uma campanha que os Defensores e as Defensoras aqui fizeram para criar condições mínimas para o exercício de seu trabalho, defendendo o legítimo direito de terem salários compatíveis com as funções que exercem.

Quero cumprimentar as queridas Deputadas desta Casa - minha querida amiga Elisa Costa, Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Gláucia Brandão, Elbe Brandão, Maria Lúcia, Rosângela Reis - e também agradecer aos Deputados que aqui vieram se incorporar ao nosso processo de combate à discriminação de gênero - Deputado André Quintão, meu companheiro de partido; Deputados Carlin Moura, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, que aqui estava; Deputados Paulo Cesar e Inácio Franco, que se incorporam ao processo de luta que não é nosso, mas da sociedade.

Quero registrar que esta é uma Casa que testemunha grandes avanços, que precisa ter visibilidade. Pela primeira vez, alteramos aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada com o indicativo da obrigatoriedade de recursos orçamentários para a implementação de programas. Fruto de conferência estadual - levamos uma proposta ao Governador do Estado, com a contribuição de todas as Secretarias, sobretudo da Seplag -, transformou-se em política estadual de apoio às mulheres. Agora, estamos criando a coordenação. Estamos fazendo, sobretudo, um enorme esforço de desenvolver políticas públicas pensadas e produzidas pelos técnicos do Estado e com essa grande participação das mulheres mineiras, para que, efetivamente, a luta contra a discriminação de gênero deixe de ser um problema das mulheres e se transforme em política de Estado. Essa é a grande conquista. Hoje, neste momento, selamos mais um avanço e, sobretudo, a continuidade do que consideramos a mais longa das lutas, a luta pela igualdade, para que os iguais sejam tão iguais quanto aqueles que têm as melhores chances.

Parabéns, mulheres mineiras, Deputadas e Deputados. Obrigado, Presidente Alberto Pinto Coelho.

Palavras da Sra. Tereza Cristina da Cunha Peixoto

Bom dia a todos. Sem discriminar, gostaria de saudar todas as autoridades da Mesa na pessoa do ilustre Presidente da Assembléia Legislativa e de dizer da minha alegria de aqui estar neste ciclo de debates sobre a participação das mulheres no poder, em nome do Tribunal e representando o emérito Desembargador Orlando Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento aos organizadores deste ciclo de debates, que, tenho a certeza, constitui um fórum de troca de experiências, de idéias. Sairemos daqui mais fortalecidas, evidentemente, e com esperança mais acentuada de que o princípio da igualdade - princípio inscrito na Constituição da República e em cada uma das Constituições dos Estados - possa realmente ser cumprido. Até agora, o cumprimento do princípio da igualdade é apenas parcial.

Feitas essas considerações, gostaria de trazer alguns dados históricos que demonstram que a luta da mulher, embora de séculos, só encontrou ressonância, amparo e albergamento no século XIX.

No Brasil, o governo federal só permitiu à mulher o acesso às instituições de ensino superior em 1879. A mulher só pôde votar e ser votada neste país em 1933. O primeiro país do mundo a reconhecer o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1879. Demoramos quase 100 anos para avançar.

Quero trazer aos senhores mais outro dado. Somente em 2000 uma mulher ocupou um cargo na cúpula do Poder Judiciário, na Corte Constitucional deste país, no Supremo Tribunal Federal: a Ministra Ellen Grace Northfleet. Ela foi nomeada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A Ministra Ellen Grace Northfleet tomou posse no dia 14/12/2000. Se levarmos em consideração tão-somente a data de instalação do Supremo Tribunal Federal, que foi em fevereiro de 1891, demorou 110 anos para uma mulher ocupar um cargo de Ministra da Corte Suprema deste país. Se considerarmos os tribunais superiores do Império e da Colônia, a Casa da Suplicação e o Supremo Tribunal de Justiça, que era o Tribunal do Império, demorou 192 anos para a mulher ocupar um cargo na cúpula do Poder Judiciário.

A Ministra Ellen Grace tomou posse em 2000, conduzida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e hoje é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Isso acontece pela primeira vez na história. Ela não só é a primeira mulher a ascender à cúpula do Judiciário, mas também a primeira mulher a ocupar a Presidência da Corte Superior. É uma glória para nós, mulheres, um motivo de muito orgulho, pois ela exerce seu cargo com serenidade, elegância e percuciência muito grandes. E, mais, S. Exa. conseguiu despolitizar a Corte Superior, ao contrário da gestão anterior. A Corte Suprema deste país não pode ter o color político, mas tão-somente o color constitucional.

Mas não é só a Ministra Ellen Grace que ocupa um cargo na cúpula do Poder Judiciário. A Ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, mineira de Espinosa, foi alçada ao cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal e tomou posse no dia 21/6/2006. S. Exa. é motivo de orgulho para cada um de nós, mineiros, e para cada uma de nós, mulheres. As decisões da Ministra Carmen, recentemente conduzida ao tribunal, são lapidares. Ela é uma profunda estudiosa do direito. Dedicou sua vida inteira ao estudo da matéria. Na minha visão otimista - e sou extremamente otimista -, demoramos 192 anos para chegar à Corte Superior e somente mais cinco anos para obter a segunda vaga no Supremo Tribunal. As coisas estão mudando.

Na cúpula do Poder Judiciário, além do Supremo Tribunal Federal, temos o Superior Tribunal de Justiça, instalado em Brasília, que decide as questões infraconstitucionais, isto é, as violações a leis federais, em face da Constituição. O Superior Tribunal de Justiça tem em sua composição 33 Ministros, 28 homens e 5 mulheres. A proporção da atuação da mulher na cúpula do Judiciário, nos tribunais superiores, é de aproximadamente 20%.

No caso de Minas Gerais, a primeira mulher a atingir uma posição na 2ª instância, ou seja, na Corte de Justiça do Estado, foi a Dra. Branca Rennó, que foi promovida, por antiguidade, para o extinto Tribunal de Alçada, em 1985. Em 1988, também foi promovida, por antiguidade, para o Tribunal de Justiça do Estado, a fim de atuar como Desembargadora.

Nos tribunais estaduais superiores, nos Tribunais de Justiça dos Estados - Minas não está muito afastada da visão nacional, porque somos 120 Desembargadores, mas somente 15 são mulheres -, a participação feminina está em torno de 20%, à exceção de um Estado da Federação, o Estado do Pará, onde a participação da mulher é diferenciada: 65% dos Desembargadores são mulheres, e 35% são homens. Nos Estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, a participação da mulher já é um pouco mais volumosa, um pouco menos tímida, digamos assim.

Cada vez que nos aproximamos do comando, do poder, percebemos que a participação da mulher fica um pouco mais tímida e limitada. Esse fenômeno é conhecido como masculinização do comando e feminização da subalternidade, ou seja, quanto mais se chega à cúpula do poder menos marcante é a presença feminina. Precisamos lutar contra isso. Trago dados do Poder Judiciário que mudarão essa visão em pouco tempo. Tenho sempre uma visão muito otimista dos fatos sociais. Como o ingresso na carreira da magistratura é por concurso de provas e títulos, a participação da mulher está em torno de 35% ou 40%. Ela já está tendo êxito na aprovação em concursos.

Em dados que compilei da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, pude observar que, a partir de 1976, data da instalação dessa escola, até 1987, nas aprovações em concursos, eram duas ou três mulheres para 65, 30, 45 ou 28 homens. Em 1980, 1984 e 1987, não houve aprovação de mulheres. Somente homens foram aprovados nos concursos.

A partir de 1989, a situação se inverteu: a mulher começou a ter acesso aos concursos. A participação, que ficava em torno de 22% nos anos de 1989 a 1997, foi incrementada. Hoje, está em torno de 35%. Não somos maioria, evidentemente, mas estamos chegando a um número acentuado. Como no Judiciário as promoções são feitas por antiguidade e por merecimento, possibilitando o acesso de todos os membros que compõem o Poder Judiciário à cúpula, que é o Tribunal de Justiça, brevemente estaremos - senão com a maioria - com um grande número de Desembargadoras.

Não mais 15, como agora, que correspondem a quase 13% da composição final do Tribunal, mas tenho certeza de que estaremos brevemente

com uma composição muito diferenciada.

Volto a dizer que a minha visão dos fatos sociais é sempre muito otimista. Levamos 192 anos para alcançar uma vaga na cúpula do Poder Judiciário, na corte suprema deste país. Mas, em cinco anos, foi nomeada a nova Ministra, Carmen Lúcia. O tempo, então, já diminuiu. E ele nos é favorável porque, como disse, estamos ingressando na base da pirâmide do Poder Judiciário e logo chegaremos à sua cúpula, sem sombra de dúvida.

Querida finalizar as minhas palavras com uma poesia de Cora Coralina, que, para mim, traduz a essência da alma feminina: "Sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida, não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos, acreditar nos valores humanos, ser otimista". Obrigada.

Palavras da Sra. Maria Elmira Evangelista do Amaral Dick

Bom dia a todos. Inicialmente, gostaria de me desculpar porque, por um desconforto, farei a minha exposição assentada. Em primeiro lugar, cumpre-me parabenizar a Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo evento que resgata a trajetória e a história da mulher, prestando-lhe esta homenagem com o ciclo de debates "A participação da mulher nos espaços de poder". Cumprimento também as nobres mulheres presentes nesta Mesa, todas ocupantes de cargos relevantes e com histórico de desempenho brilhante de seus papéis, bem como o nobre Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia e da Mesa de abertura dos trabalhos, agradecendo a oportunidade de representar o digníssimo Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior.

Sabemos todos que a data que celebra o Dia Internacional da Mulher foi escolhida em razão do dia em que 129 operárias morreram queimadas em Nova Iorque, quando pleiteavam os seus direitos trabalhistas. De lá para cá, muitas lutas foram travadas para garantir a participação da mulher no poder, bem como a sua inclusão no mercado de trabalho, influenciando efetivamente a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e contribuindo para a formação do conceito real da palavra cidadania. Muitos fatos se sucederam para garantir à mulher o direito de disputar e concorrer a cargos públicos. Ao alcançar o tão almejado cargo, o que cabe a essa mulher, o que se espera dela e como pode e deve continuar a sua luta, desempenhando agora a parcela de poder soberano a ela conferida?

Sou Promotora de Justiça há 13 anos e atuei por nove anos no interior. Sei que agora há uma série de atividades, posturas reservadas, posições que devem ser estabelecidas ao longo da carreira, com o esforço contínuo para se buscar a efetividade do trabalho e resultados profícuos. Entendo que devemos aprimorar as nossas habilidades e aperfeiçoar os nossos conhecimentos com cursos e estudos específicos, para apresentarmos à sociedade trabalhos bem estruturados, fundamentados, garantindo o resultado que buscamos ao propor uma ação ou ao participarmos de uma mesa de negociação e garantindo também a segurança no nosso agir. Como diria Leonardo Da Vinci: "Não basta saber, precisamos aplicar; não basta estar disposto, é preciso fazer.". Ao fazermos, de forma realizadora, apesar de todas as dificuldades, tomamos a iniciativa, mudamos as coisas e deixamos a nossa marca, a nossa assinatura.

Principalmente nas comarcas do interior, onde não há especialização temática de atuação, a Promotora de Justiça atua em várias frentes de modo continuado, sempre buscando uma sociedade mais igualitária e promovendo a verdadeira inclusão social ao procurar fornecer moradia, lar, educação, cultura, educação e saúde às crianças, às mulheres e aos homens. Além disso, busca a pacificação de conflitos ouvindo as partes litigantes, tendo a alegria de compreender a problemática em questão e de chegar à alma das pessoas, o que torna o nosso ofício apaixonante.

O ouvir se sobrepõe ao falar, pois, ouvindo-se atentamente, entende-se o conflito e busca-se uma solução, seja judicial, seja extrajudicial. Como todos os problemas que chegam até nós são árduos e angustiantes, temos de saber oferecer uma boa palavra, uma palavra de conforto ao aflito, ao desamparado, ao marginalizado, antecedendo sempre a propositura de uma medida eficaz que sane o problema em questão.

Destaquei o estudo, o ouvir, a promoção, mas também gostaria de destacar a adoção de uma posição reservada. Há casos em que o perigo é evidente. Em duas oportunidades, estive escoltada pela brilhante Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. A primeira vez aconteceu na Comarca de Campo Belo - eu e a magistrada -, quando atuávamos em um processo relacionado a tráfico de drogas, com a apreensão de 400kg de maconha e com a prisão de oito dos quadrilheiros, componentes dessa associação. Tivemos ameaças efetivas e permanecemos por dois ou três meses escoltadas pela Polícia Militar. A segunda vez foi quando atuei de março de 2003 a março de 2005, pela Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários, em algumas viagens para conhecer, fiscalizar e analisar os acampamentos rurais de trabalhadores sem terra por conta do conflito fundiário.

Atualmente, na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, há uma responsabilidade desdobrada. Tomamos medidas que visam à restituição do patrimônio público lesado, perseguindo o dinheiro público desviado, com punições na órbita da improbidade administrativa e da lavagem de dinheiro para se tutelar a integridade do patrimônio público. Patrimônio público é um bem que pertence a todos nós e às futuras gerações. Temos o dever de entregá-lo a essas futuras gerações sem máculas, sem o mal maior da sociedade atual: a corrupção. Também temos o dever, a preocupação de não expor, de forma prematura, o investigado, fornecendo à publicidade os atos e os indícios relevantes após a análise dos elementos obtidos.

Vê-se, assim, que a trajetória destaca atributos femininos no exercício do poder, buscando a efetividade em vez do ruído, trazendo à tona a máxima de que a autoridade também pode ser exercida por meio do silêncio em cada caso concreto. Isso é feito diariamente, em cada comarca do Estado, por cada Promotora de Justiça em feitos não divulgados.

Finalmente, apesar do muito que deve ser feito, que a mulher Promotora de Justiça possa administrar os diferentes papéis que lhe competem na sociedade, com participação efetiva na estruturação de uma sociedade harmônica e do processo histórico, conciliando o desenrolar de suas vidas pessoais com o exercício de sua escolha profissional, com dedicação, firmeza e também com a ternura que lhe é peculiar, lembrando sempre que todo dia é dia da mulher.

Vou citar alguns dados do Departamento Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça que demonstram que, num universo de 764 Promotores de Justiça em atividade, 483 são homens e 281, mulheres, numa proporção de 60% por 40%. No caso do universo de Procuradores de Justiça, há 113 Procuradores, 89 homens e 24 mulheres, numa proporção de 78% por 22%. Apesar de existir esse número não igualitário em proporções, acredito que ele representa um avanço para a mulher que ocupa cargos que, em um passado recente, eram apenas destinados ao universo masculino.

Agradeço a oportunidade de passar esse recado, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Novamente parabeno a Assembléia Legislativa pela iniciativa deste encontro. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Umbelina da Consolação Lopes

Bom dia a todos. Cumprimento todos na pessoa da minha querida Luciene Albuquerque, nossa Coronel. Simplesmente informarei para aqueles que não sabem que a Defensoria já possui um trabalho voltado diretamente à mulher vítima de violência doméstica, o Núcleo de Defesa dos

Direitos da Mulher - Nudem -, em situação de violência.

Por causa do Núcleo, fomos agraciados pelo Prêmio Innovare, diretamente do Ministério da Justiça, o qual nos foi entregue pelo Presidente da República, Lula, em dezembro de 2005. Já realizamos esse trabalho há dois anos. Para isso, contamos com cinco Defensoras, duas assistentes sociais, duas psicólogas, e é um trabalho em prol da defesa da mulher.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar as mulheres pelo dia 8, um dia muito importante para nós. Agradeço à Assembléia pelo convite e desejo que tenham bons trabalhos hoje à tarde. Obrigada.

Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho

Bom dia a todos e a todas. Na pessoa da Cel. Luciene, cumprimento toda a Mesa e todas as mulheres presentes. Agradeço à bancada feminina da Assembléia pela iniciativa deste evento, que será, para nós, um divisor de águas. Estamos recebendo homenagem pela manhã, haverá o ciclo de debates à tarde, muito necessário para os movimentos. À tarde, também ocorrerá o lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. É outro momento significativo, pois sabemos que, por meio das discussões e de políticas públicas, é que teremos garantidos os direitos humanos das mulheres. Esta data, para nós, será um divisor de águas. Fico muito feliz por estar aqui, vendo a representatividade dos movimentos de mulheres e do poder público, porque juntos é que podemos realizar. Sozinhos, sabemos que ninguém realiza nada. Sabemos também que o Brasil é signatário de um acordo na ONU para alcançar os objetivos do milênio. O terceiro objetivo diz respeito a nós, que é a igualdade entre homens e mulheres e a valorização da mulher.

Estamos nessa luta. No dia de hoje debateremos essa questão e daremos continuidade às conferências que serão realizadas nos Municípios e na Casa. À tarde, falaremos sobre isso. Estamos todos de parabéns pela luta. Agradecemos muito às Deputadas que tiveram a iniciativa de nos homenagear e abrir um espaço de debate para as mulheres. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Neuza Melo

Bom dia a todos e a todas. Peço licença às autoridades presentes para cumprimentar e fazer a minha saudação inicial à pessoa de Jovita Levy, combativa e aguerrida integrante do Movimento de Mulheres desta cidade.

Estamos vivendo um momento muito importante no Estado. Em primeiro lugar, desde que me lembro, temos na Casa uma bancada de mulheres, uma bancada feminina que busca um trabalho articulado entre si e com o movimento social de forma ampla. Sempre tivemos representantes femininas nesta Casa. A Deputada Jô Moraes cumpriu um papel importante na última legislatura, mas, pela primeira vez, há um grupo de mulheres interessadas nessa participação, na construção desse diálogo com o movimento social.

Foi criada a Coordenadoria Estadual de Direitos da Mulher, que esperamos seja um espaço real de articulação de políticas públicas no Estado para as mulheres. Essa Coordenadoria precisa ter a preocupação de ouvir os movimentos feministas da cidade e do Estado para cumprir um papel importante na construção e execução de políticas públicas para as mulheres.

Este é um cenário muito bom para começarmos a trabalhar as conferências. O nosso espaço vem-se frutificando nesse processo de discussão. O Fórum de Mulheres realizado no ano passado trouxe importante contribuição. Então, temos de aproveitar tudo na construção das conferências de mulheres.

Ao mesmo tempo, quero saudar a Cel. Luciene, mulher que tem conquistado importante espaço na Polícia Militar, espaço esse nunca alcançado antes. Mas não posso deixar de questionar a ação da Polícia Militar no dia 8 de março em relação às mulheres que foram ao Mineirinho e à Praça da Estação. Essas mulheres estavam nesses locais em manifestações do dia 8 de março, debatendo seus direitos e construindo seu processo de trabalho. A polícia, no entanto, deixou-as detidas no Mineirinho numa atuação muito ruim, como de resto tem sido em relação aos movimentos sociais. Não é o que esperamos neste momento. Estamos em época de construção da democracia e queremos respeito.

Finalmente, faço um apelo aos movimentos feministas e sociais do Estado para que participem do processo de construção da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Temos de buscar essa participação com a consciência e a responsabilidade de que estamos construindo história, a nossa história.

Espero que tenhamos um bom dia de trabalho. Sabemos que a discussão sobre a mulher e o poder é fundamental para a ampliação da participação das mulheres, mas esperamos também dar início a esse processo das conferências de forma muito consistente, para que venham trazer frutos para nós neste Estado. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais personalidades que participaram deste ciclo de debates.

2º Painel

A Sra. Presidente (Deputada Elisa Costa) - Bom-dia a todos e a todas. Quero dizer que formaremos uma nova Mesa para os debates. Agradeço a presença dos componentes da Mesa para o 1º Painel e de todas as pessoas que deram sua contribuição nessa abertura, pedindo que permaneçam conosco ao longo do ciclo de debates e também na parte da tarde. Recebam as nossas mulheres guerreiras, trabalhadoras e, principalmente, lutadoras por uma vida mais digna para todas nossos agradecimentos pela presença.

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o 2º Painel as Exmas. Sras. Deputada Federal Jô Moraes, membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; Tatau Godinho, ex-Coordenadora da Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura Municipal de São Paulo; Marlise Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - Nepem-UFMG -; ex-Deputada Maria Tereza Lara; e as Deputadas Maria Lúcia, Vice-Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; e Cecília Ferramenta, membro da Comissão de Turismo desta Casa.

Registro de Presença

A Sra. Presidente - A Presidência registra a presença dos lutadores, homens e mulheres, da Defensoria Pública; da Dra. Silvana, Delegada Titular da Delegacia de Mulheres; da nossa companheira Gláucia, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, representando a ex-Deputada Marília Campos, hoje Prefeita. Obrigada, Gláucia, a quem parabenizamos pelo Espaço Bem me Quero, que

acolherá mulheres vítimas de violência, além de realizar intervenções sociais, jurídicas e psicológicas, a fim de enfrentar a violência e promover mudanças na auto-estima, na identidade, nas relações afetivas e sexuais, para fortalecer a construção da cidadania e o empoderamento das mulheres. Registramos e agradecemos a presença da Sra. Laís Ramalho, da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Sabará; da Dra. Regina da Conceição Pereira, Defensora Pública e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Juiz de Fora; da Vereadora Maria Lúcia, de Ribeirão das Neves; da Sra. Laís Ramalho, Coordenadora Municipal dos Direitos da Mulher de Sabará; da Sra. Mary Simone, Delegada da Mulher e Vereadora de Araguari; da Sra. Tereza Paula da Silva, do Movimento de Mulheres de Ipatinga, atendendo a convite feito pela Deputada Cecília Ferramenta; e das Sras. Ângela e Elisângela, da Secretaria de Mulheres do Sindágua, que, durante muitos dias, debateram conosco o projeto da subsidiária da Copasa; da Lucimar de Almeida, representando a Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT, e da Gislene Gonçalves dos Reis, tão bem representando a Coordenação dos Movimentos Sociais da CUT. Nossos agradecimentos à representação da CUT aqui presente; da Rosamaria, Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ouro Branco.

Palavras da Sra. Presidente

Quero dizer-lhes que, em dezembro do ano passado, votamos um projeto de lei que cria subsídios para garantir melhores condições de trabalho e de atendimento no Estado, já que tal órgão exerce um papel importantíssimo, pois os Defensores Públicos permitem o acesso à justiça a mulheres carentes e aos mais pobres do Estado de Minas Gerais. Então, em nome da bancada feminina, quero dizer que todas as Defensoras e todos os Defensores Públicos podem contar com o nosso apoio, porque estaremos lutando para que, de fato, esse direito a um salário mais digno seja garantido agora, com a implementação da lei no Estado de Minas Gerais. De início, quero fazer um agradecimento. Neste ano a Assembléia Legislativa, por meio do seu Presidente Alberto Pinto Coelho e de toda a equipe, junto à bancada feminina e aos movimentos sociais que foram convidados - aliás, desde o primeiro momento demonstraram uma participação muito grande na preparação deste ciclo de debates - avançou no que diz respeito à discussão sobre os espaços da mulher nesta Assembléia e, principalmente, na sociedade. As comemorações, sobretudo os desafios e as conquistas, acontecerão ao longo de todo o mês de março, tanto do ponto de vista do conteúdo político, como também de avaliação das experiências positivas, acertadas e exitosas dos grupos organizados de mulheres, dos grupos feministas, dando visibilidade ao seu trabalho em Minas Gerais. Essa também foi uma contribuição importante. Portanto, merece destaque essa nova reflexão e esse novo comprometimento da Assembléia com a causa da mulher neste mês de março.

Quero fazer um segundo registro. Na sexta-feira passada, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Arlindo Chinaglia, a convite da Assembléia, veio discutir a reforma política e, especialmente, o financiamento público e as listas, que abrem um espaço importante para a mulher. Na ocasião, ele nos deixou de presente esse texto, Jô, um livro impresso em comemoração ao dia 8 intitulado "Legislação da Mulher", que reúne toda a legislação brasileira relativa à mulher.

Pedimos mais exemplares, que possam chegar até à Assembléia, assim como a todos os movimentos sociais, para que possamos conhecer e para que seja objeto de pesquisa e de debate para o nosso movimento.

Acho que posso fazer um registro em nome da bancada. Reivindicaremos da Assembléia Legislativa uma publicação à semelhança, para a legislação estadual de Minas Gerais, como fruto desse ciclo de debates, além da revista que será publicada sobre o tema feminino.

Gostaria de prestar outra informação, que considero importante, sobre uma pesquisa divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, publicada no dia 8, com os seguintes dizeres: "O Bolsa-Família dá mais autonomia às mulheres brasileiras. Mais inserção social e poder de compra, mais afirmação do espaço e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde, e principalmente o aumento da presença nas decisões do lar e da comunidade e melhoria da qualidade de vida, foram os impactos do Bolsa-Família no dia-a-dia das mulheres". Alguns outros dados constatados pela pesquisa encontram-se aqui.

Por fim, outra informação. A partir de ontem, dia 13, as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras terão igualdade de condições nos procedimentos de implantação da reforma agrária. Elas terão preferência no momento da seleção e estímulo para participar dos assentamentos da reforma agrária no País como produtoras. A partir de ontem, essa instrução normativa publicada no diário oficial começou a se tornar realidade.

Registro que Minas Gerais também teve um empenho muito grande nesse 8 de março, com a presença de muitos movimentos sociais nas ruas de Belo Horizonte, com a participação das trabalhadoras rurais da Via Campesina e de outras organizações que se manifestaram em Minas Gerais.

Recebemos aqui, para um comunicado oficial: "As mulheres de Contagem ganham o Espaço Bem Me Quero. No Dia Internacional da Mulher, a Prefeitura de Contagem inaugurou o Espaço Bem Me Quero, localizado ao lado da Delegacia de Mulheres. O local acolherá mulheres em situação de violência". Parabenizamos Contagem por mais esse espaço de luta na defesa das mulheres de Minas Gerais.

Com essas informações e com mais dois grandes desafios, que são a implementação da Lei Maria da Penha e um outro grande desafio, que é aumentar a representação da mulher nos espaços públicos e de poder, avançando a nossa democracia, abrimos essa segunda Mesa da parte da manhã.

Palavras da Sra. Marlise Matos

Bom-dia a todas e a todos. É com muito prazer que hoje represento a UFMG, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, do qual sou a atual Coordenadora. Hoje falarei especificamente sobre as mulheres, as desigualdades e o poder. Algumas palestrantes anteriores mencionaram estatísticas a respeito desse tema. Teremos a oportunidade de discutir isso aqui. Serei o mais breve possível e, de antemão, peço desculpas porque o tempo é muito curto.

Uma primeira questão digna de nota é que a inclusão das mulheres na esfera pública é um avanço significativo, inclusive do ponto de vista democrático, mas temos que contrabalançá-la à existência e perseverança de muitas estratégias de opressão e discriminação em que continuam operando e vivendo as mulheres.

Essa palestra foi pensada com três eixos. O primeiro seria o direito das mulheres na plataforma dos direitos humanos. Falarei muito rápido sobre isso porque não temos muito tempo. Falarei sobre alguns dados de representatividade de inclusão de mulheres em alguns campos da esfera pública no Brasil, especialmente no Poder Executivo, no Judiciário e no Legislativo. O Nephem está fazendo uma pesquisa aprofundada sobre a participação das mulheres na esfera legislativa. Estamos entrevistando todas as candidatas à Assembléia Legislativa de Minas Gerais no pleito do ano passado; entrevistamos as eleitas da legislatura passada e as Deputadas Federais da última legislatura. Já fizemos metade desse trabalho, que é árduo porque as nossas Deputadas são muito ocupadas. Até solicitamos às Deputadas da Casa que nos recebam para que possamos terminar esse trabalho que está rendendo alguns frutos.

Vocês me desculpem mas não dará tempo de falar muito sobre os direitos humanos. Hoje já não resta dúvida de que há um grande avanço nesses campos que estão listados, que são as plataformas de luta do movimento de mulheres no Brasil: saúde sexual e saúde reprodutiva, direitos trabalhistas e previdenciários, direitos políticos e civis e violência de gênero. Avançamos muito nessas arenas, mas muito ainda tem

que ser conquistado. E aqui vamos discutir um pouco sobre a percepção da equidade de gênero no espaço dos poderes constituídos do Estado brasileiro.

Um ponto a mencionar é a cidadania ainda incompleta das mulheres, porque vivemos uma situação evidente de sub-representação. O processo dessas conquistas é histórico. Uma das formas de opressão é o esquecimento. As pessoas se esquecem de que desde o Brasil Colônia existiram mulheres que estavam à frente de um processo de busca de transformações. Uma forma de oprimir é esquecer, é não ter memória desse processo constante de luta. Não começamos do zero o Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2004. Temos uma história, que é pouco mencionada, de luta, de enfrentamento para conquistar esses espaços.

A igualdade política que nos traz aqui hoje é o objetivo básico da democracia. Portanto, se não temos essa igualdade política realizada de forma plena, posso afirmar que temos um déficit democrático. Vivemos no Brasil, do ponto de vista da qualidade da nossa representação legislativa, um problema para a democracia. Temos um estágio ainda a ser consolidado de real equidade de gênero, que é um elemento importante do processo democrático.

A convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ratificada pelo Brasil desde 1984, prevê o direito de ser votada e de votar nas eleições, participar da formulação e da execução das políticas governamentais, de participar de organizações e associações governamentais e não governamentais e de participar, portanto, da vida pública do País. Mas isso existe? As mulheres estão ocupando esses espaços?

Os dados que nos interessam estão em vermelho, para vermos o quão sofridos são esses números.

Farei uma propaganda. Qualquer pessoa pode acessar o "Google" e solicitar o documento "O Progresso das Mulheres no Brasil", elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher. Vocês encontrarão boa parte desses dados aqui listados. Nesse "site", vocês poderão baixar esse livro inteiro e ter acesso a informações até o ano de 2002. Esses dados fornecem um panorama bastante bacana sobre o que apresentarei a seguir.

A participação feminina no Poder Executivo Estadual, de 1998 a 2000, foi 4%. Na esfera municipal, registramos a participação de mais ou menos 3%. Na administração pública federal, se verificarmos os cargos de DAS, os mais altos na hierarquia funcional pública federal, onde quanto maior o número, maior o salário e mais alto o cargo, notaremos que 52% das servidoras estão no DAS 1 e apenas 17% recebem os proventos relativos aos DAS 5 e DAS 6.

Em relação ao Ministério das Relações Exteriores, dos 98 Embaixadores no ano de 95, apenas 3,52% eram mulheres. Esse percentual aumentou um pouco, em 2002, para 4,45%.

No que diz respeito à representatividade no cargo de Ministro, o Brasil historicamente apresenta uma sub-representação de mulheres nos altos escalões ministeriais do País - de 6,2% foi para 12%, e caiu para 11%. Em 2003, houve a novidade de algumas Ministras estarem à frente de cinco pastas importantes. Esse foi o maior número alcançado até agora.

Em relação ao Poder Judiciário, as colegas que me antecederam falaram sobre essa questão. Os dados vão até 2002, mas revelam essa sub-representação.

Pensando em outras esferas político-decisórias, 5% de mulheres estão na direção nacional dos partidos; 10% em 98 e 12% em 2000. Verificamos que está havendo um aumento, mas muito lento.

É interessante percebermos que, no que diz respeito às diretorias de empresas, as mulheres só ultrapassam esse famoso teto de vidro dependendo do segmento ocupacional em que são inseridas. Nos serviços comunitários, sociais e pessoais, foram registrados 50% de mulheres em cargos de chefia das empresas, mas, nos outros cargos, em que são discutidos orçamentos e finanças, onde há realmente recursos a serem geridos, as mulheres não se encontram.

Nos setores das indústrias, como a manufatureira, foram registrados apenas 11% de ocupação das mulheres. No Legislativo, que é o que nos interessa, segundo dados de 2006, o Brasil amarga a 74ª posição mundial. Cerca de 191 países compõem o planeta, e o Brasil perdeu posição para vários, por exemplo, Costa Rica, Argentina, Uruguai, Peru, Equador, México, Venezuela, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Chile, Barbados, República Dominicana, Jamaica e Paraguai. Estamos muito mal na fita. O índice de representação está ainda muito baixo.

Leva-nos realmente à reflexão imaginar que, ao longo de todos esses anos, desde 1932, quando as mulheres adquiriram direito a voto, a representação das mulheres aumentou de 1% para algo em torno de apenas 10%. Aplaudo a idéia de se discutir esse tema nesta conferência, porque é algo digno de ser debatido de fato. Na Câmara dos Deputados, da primeira eleição de uma mulher, em 1932, até 2002, aparecem apenas 43 mulheres. Os números são muito modestos.

O mais crítico de tudo isso é que as mulheres representam 51,3% da população brasileira, 42,7% da população economicamente ativa, 27% das pessoas de referência nos domicílios e quase 52% do eleitorado brasileiro. Por que, então, isso acontece?

Aqui está o gráfico da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais desde sua primeira legislatura até a penúltima. Ele é eloquente por si mesmo. A distância entre a participação masculina e a feminina fica clara e evidentemente demonstrada pelo gráfico, que, aliás, está desatualizado, ou seja, não conta com a última legislatura, em que caímos de 10 para 7 mulheres - e agora 6, com a saída da Deputada Elbe Brandão.

Esse é o tema de nossa pesquisa: por que a presença das mulheres nos poderes decisórios, em especial no Poder Legislativo, tem avançado tão lentamente? Quais são nossos obstáculos?

Esse é um primeiro conjunto de arrazoado para se pensar na análise dos resultados que estamos obtendo nessa pesquisa. Podemos concluir que há uma combinação profundamente perversa de fatores institucionais que definem o espaço da cultura política deste país com fatores individuais.

Costumo dizer que as candidatas a cargo político neste país percorrem uma verdadeira corrida de obstáculos. E, se as mulheres forem pensar - como todos acreditamos - como seres racionais, que calculam custos e benefícios e fazem equilíbrios e ponderações se devem ou não se candidatar, elas certamente não se candidatarão.

Então, não é mentira que, quando se pega na ponta da linha de uma liderança partidária, não se consegue compor as cotas, porque as

mulheres não querem ir para o espaço político. Claro que não. Por que iriam? Qual é a vantagem disso?

Para acompanhar a verdadeira corrida de obstáculos que as mulheres têm de superar, passaremos pelo tema do recrutamento político, da nomeação das candidaturas e do sistema político-partidário do Brasil.

Quando do recrutamento dos candidatos dos partidos, quem faz a seleção? Como faz? Quem consegue ser selecionado e por quê? Essa é a primeira pergunta.

Sabemos que as associações e os partidos são instituições que mobilizam, agregam interesses e transmitem comandos e diretivas, e isso, sempre, de cima para baixo. Então, obviamente, há uma influência de fatores institucionais do próprio sistema e da lógica que opera a partir de diretivas que nem sempre ficam muito claras e explicitadas nas falas quando entrevistamos as lideranças. Mas as mulheres, principalmente aquelas que não se elegem, fazem questão de mencionar as dificuldades e os obstáculos que se lhes opõem.

A primeira barreira que a mulher encontra é a da ambição política. Está na ponta da língua das pessoas que as mulheres não desejam o espaço político. Aí, então, temos de contar a história do processo de separação e dicotomização entre público e privado.

As mulheres estiveram estritamente relacionadas e enclausuradas ao mundo privado, até muito recentemente.

Era socialmente sancionado e permitido às mulheres cuidar da família, do marido e dos filhos. Esse era o papel feminino por excelência. Mudamos muito, mas não mudamos tanto assim. E os homens, em contrapartida, são os donos do espaço público, do mundo do trabalho e da política. Essa dicotomia arrasta e inclui as mulheres que estão no mundo público, desejam ou, às vezes, não desejam estar nesse mundo. Temos de imaginar que desejar espaço político é processo de formação de uma consciência crítica de inserção e da necessidade de inserção dessas mulheres no espaço político. Elas não o desejam porque não querem pura e simplesmente; às vezes o desejam, mas são tantas as dificuldades, que, talvez, torne-se impossível até ambicioná-lo.

Tenho uma aluna que estuda OP, em Belo Horizonte, pelo viés do gênero, e me traz discussões interessantíssimas. As mulheres estão nas plenárias, reivindicando a sua obra, determinando as diretrizes, mas, na hora da escolha dos Delegados, não se sentem capazes, têm déficit de auto-estima, falta de informação, sentimento de não-pertencimento àquele espaço, de não se sentirem bem aqui, neste lugar, neste Plenário. Por quê? Porque não é o lugar em que foram primariamente socializadas, secundariamente socializadas. Família e escola ajudam muito pouco em termos de se reverter essa dinâmica.

Portanto, dizer que a mulher não possui ambição política tem de ser relativizado tendo em vista o contexto de uma cultura profundamente conservadora ainda, que atribui papéis e lugares específicos para homens e mulheres neste país. E as mães e as professoras, infelizmente mulheres, em sua maioria, continuam a reproduzir esses lugares e a repor esses papéis.

Digamos que as mulheres desejam ir além, mesmo com todo o estímulo contrário, com todo o contexto adverso, com toda uma cultura que recusa a sua participação, em que será malvista, mal-interpretada, malsignificada. Elas conseguirão.

Há barreiras no que diz respeito à elegibilidade. Vocês sabem perfeitamente bem que as mulheres, para se candidatarem, têm de ter, pelo menos, um ano de filiação partidária e um ano de domicílio eleitoral. Quantas mulheres aqui presentes são filiadas a partidos políticos? Quantas mulheres no Brasil são filiadas a partidos políticos? Muito poucas. Essa constitui outra barreira, que nos parece invisível, mas existe. Por que as mulheres não se filiam aos partidos? É uma pergunta que precisa ser feita. Por que as mulheres têm essa dificuldade? Então há mais um obstáculo. Depois de se candidatarem, terem um ano de domicílio, serão candidatas de fato? Há a barreira do sistema político partidário. Quem são os atores que definem quem pode ou não se candidatar? Baseados em que critérios esses atores, essas lideranças, esses selecionadores têm capacidade e condição de dizer que essa ou aquela pessoa pode se candidatar? Isso não está claro. Não há clareza na fala das pessoas. Não estão claros esses elementos indicadores. A partir desse gráfico, quero chamar a atenção para alguns fatores que diminuem o número de candidatas. Primeiro, o contexto cultural, que já mencionamos; segundo, há uma percepção ainda presente nesse campo, onde se notam e se atribuem determinados elementos, o lugar dessas mulheres, que não são compatíveis ou diretamente assimiláveis a uma qualidade partidária, à qualidade que os partidos elaboram para ser parte, para ser partido no jogo político. Agregue-se a isso um elemento que não nos podemos esquecer de mencionar: as duplas e as triplas jornadas de trabalho que as candidatas mulheres têm de cumprir, pois os homens não tomarão conta dos seus filhos enquanto estiverem no espaço da reunião política do partido. O partido determina que a reunião será realizada de meia-noite às 3 horas da manhã. A mulher levanta a mão e diz: "Com quem as minhas crianças ficarão?". O partido não possui creche ou outro local, não estimula a mulher, e o seu marido não a acompanhará ou ficará com as crianças.

Essa mulher, além de participar politicamente, tem que cuidar da casa, da família, do orçamento, do marido e do seu trabalho, porque normalmente ela trabalha. Este é um outro elemento. Por que o perfil das mulheres eleitas neste país é de mulheres mais velhas, descasadas e de alta escolaridade? Porque essas mulheres já criaram os filhos, estão com a vida garantida no bolso e podem dedicar-se ao luxo de fazer política. O resto das mulheres está sobrevivendo, correndo atrás do prejuízo, literalmente.

Quais são as rotas? Até agora, já identificamos duas rotas muito claras para a entrada da mulher nos espaços políticos em geral. Em primeiro lugar, são os vínculos familiares: ter um capital familiar, um capital social e simbólico, um marido, um pai, alguém na família que tenha proeminência política. Obviamente, o caminho abre-se imediatamente, com uma possibilidade quase que imediata de ser eleita. A segunda rota é o ativismo político prévio, realizado pelas mulheres que estão nas marchas, nos movimentos sociais e nas associações de bairro. São mulheres corajosas e ousadas, que se lançaram à conquista de mais um espaço na política institucionalizada. São mulheres que passam pela lógica do partido e conseguem candidatar-se.

Outra barreira é que mulheres não votam em mulheres, porque, se votassem, não estaríamos na situação atual, pois representamos mais de 50% do eleitorado brasileiro. Por que as mulheres não votam em mulheres? As candidatas dizem, com todas as letras, que têm maior dificuldade de ser aceitas pelas mulheres do que pelos homens. Se a candidata for bonita, sua chance acaba, porque há uma competição, uma rivalidade. Dizem que ela quer ser eleita para aparecer. Há um componente que temos que investigar melhor. Por que essas mulheres não têm um comportamento eleitoral condizente com a luta e com a conquista desse espaço? Por que as mulheres não criam critérios para votar em outras mulheres candidatas?

Vamos supor que essas mulheres superem essa barreira e consigam eleger-se, indo para o parlamento. Quando entram no parlamento, o seu comportamento legislativo, motivado pelas forças ocultas que se mobilizam, é atuar nas comissões que são nichos da atuação feminina: saúde, educação, seguridade e previdência. Por que as mulheres não vão para a Comissão de Constituição e Justiça e para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária? Por que as mulheres não estão nos lugares em que o poder é decidido, em que se trata sobre dinheiro e informação? Ainda temos muito que conquistar.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Marlise. Queremos receber sua exposição para divulgá-la para nossas participantes. Concederemos a palavra à Sra. Tatau Godinho, indicada para participar deste encontro pelos movimentos sociais e de luta pelas mulheres em Minas Gerais.

A Deputada Jô Moraes nos pediu que fizesse o seguinte registro: a Defensoria Pública de Minas Gerais recebeu o Prêmio Innovare em vista dos trabalhos realizados em defesa das mulheres vítimas de violência. Trata-se de um prêmio nacional do Ministério da Justiça. Parabenizamos a Defensoria Pública do nosso Estado por esse trabalho.

Palavras da Sra. Tatau Godinho

Companheiras, autoridades, cumprimento a Deputada Elisa Costa e as demais Deputadas, pois, se hoje são Deputadas, é porque são guerreiras e furaram espaço em uma instância que é, como a Marlise demonstrou, tradicional e acirrada no País, ou seja, o parlamento, em todos os níveis. Em particular, agradeço às entidades e às militantes de movimentos de mulheres pela indicação do meu nome para falar neste evento, muito importante não apenas do ponto de vista da comemoração do Dia Internacional da Mulher, mas também pelo passo político de abrir a Conferência Estadual de Mulheres no Estado de Minas Gerais.

Farei a minha exposição, que considero complementar e continuação da fala da Marlise. Procurarei ressaltar alguns aspectos sobre a reflexão do que é a participação política e por que esse espaço é tão dificilmente acessível às mulheres. A participação política em nossa sociedade é um processo amplo de construção dos mecanismos de relações sociais e de poder da sociedade moderna. Quando digo sociedade moderna, refiro-me à modernidade no sentido amplo, que, no mundo ocidental, é identificada do ponto de vista histórico, com o período posterior à Revolução Francesa e à construção das formas de participação e organização política da sociedade ocidental por meio de vários espaços de participação.

Todas as falas desta manhã praticamente enfatizaram um dos aspectos muito importantes da nossa participação política, que é a instituição do voto e a participação nas eleições. Esse elemento é muito importante não só política, mas também simbolicamente. Não é à toa que insistimos muito na participação por meio do voto como um dos elementos que propiciam os primeiros aspectos da participação política das mulheres; entretanto muitas vezes não enfatizamos - e a Marlise fez referência a isso - quanto a história da luta das mulheres é esquecida, e essa não foi a única, mas a principal reivindicação do que é considerado o primeiro momento do feminismo na sociedade ocidental.

Durante todo o século XIX e até a metade do século XX, houve movimentos muito fortes, organizados e combativos de mulheres que lutaram pelo direito de voto. O direito de voto das mulheres não foi uma dádiva nem um elemento que naturalmente se foi inscrevendo na modernidade da sociedade. Foi resultado de luta, de organização, de disputa política; em alguns países, de maneira mais forte que em outros.

É muito interessante percebermos que essa participação vai ganhando, por meio do movimento de mulheres, formatos diferentes e reivindicações que, aos poucos, vão tomando cara distinta. Num segundo período ainda dessa primeira onda do movimento de mulheres, a reivindicação do direito de voto ganha outro aspecto de participação política muito importante: o direito de participação sindical das mulheres, o direito de organização enquanto trabalhadoras, o direito de organização por meio das entidades sindicais.

É muito importante que esse sentido simbólico seja entendido não no aspecto imediato de que o voto elege os representantes, mas de que a conquista do direito de voto tem a simbologia da entrada das mulheres nos espaços de poder.

Por outro lado, podemos analisar a exclusão das mulheres nos espaços de poder por vários âmbitos. Inicialmente, quero enfatizar três, fundamentais para refletirmos sobre a exclusão das mulheres. O primeiro é o âmbito mais amplo, mais geral, que eu chamaria "lato sensu" - não é um debate de especialistas, mas de militantes -, de uma compreensão político-filosófica que embasa a democracia no Ocidente, que embasa todos os âmbitos do debate da participação política e que construiu uma visão de cidadania excluindo as mulheres.

A visão de cidadania construída em nossa sociedade partia de uma compreensão que negava às mulheres o direito de individualidade; negava às mulheres a idéia de que elas são sujeito da sua vida e da sua história. Essa negação veio e ainda se mantém, quase sempre presente na idéia que às vezes parece um elogio, mas que é bastante capciosa, segundo a qual as mulheres são mais próximas da natureza e portadoras da sensibilidade, da beleza e de tudo aquilo que os homens não querem portar. Ou seja, enquanto portamos a natureza, a sensibilidade e a beleza, eles ocupam os espaços de poder. Hoje, isso é muito forte em nossa sociedade. Citarei três exemplos polêmicos, mas que demonstram em que profundidade, em nossa cidadania, foi embutida a idéia de que somos complemento da atuação masculina e de que a nossa resistência é submetida ao papel das mulheres na família.

A Marlise disse claramente que essa divisão entre o público e o privado atribuiu e ainda atribui às mulheres papel fundamental na vida privada; por isso, quando entramos na vida pública, não temos o mesmo nível de ocupação do espaço com a legitimidade que os homens têm. Os três exemplos são muito presentes para nós. Um deles, como disse a Marlise, é que há poucas Embaixadoras no corpo diplomático brasileiro. É impressionante que a própria nomenclatura dos cargos demonstre que há lugares diferentes para mulheres e homens. Em vários lugares, como por exemplo na área diplomática, há Embaixadora e Embaixatriz. É a única área em que há nome para a esposa. Embaixatriz é a esposa do Embaixador. Mas como é chamado o marido da Embaixadora? Não há nome para ele, porque não existe papel social nem político de marido. Pior que isso, é a instituição do cargo de esposa. O que é o cargo da primeira-dama? É a institucionalização de que o espaço real de poder não é para as mulheres, mas para os homens, porque não existe o cargo de marido. Mas o cargo de primeira-dama, que, infelizmente, a nossa cultura política absorveu da cultura tradicional americana, reforçada desde o início do século, faz com que haja uma forte excessência, que é um cargo para a esposa. Isso está presente em vários pontos da legislação. Prestem atenção que até hoje, em alguns aspectos da legislação, ainda existe a indicação do salário da esposa e a pensão para a filha solteira, como ainda ocorre em algumas áreas militares ou do Judiciário. São coisas que institucionalizam a não-igualdade e são apresentadas como positivas para nós.

O terceiro exemplo, também polêmico e muito presente na nossa sociedade, de outro caráter, mas que demonstra o quanto a cidadania, a individualidade, a construção das mulheres como sujeito ainda são naturalmente negadas na sociedade - sei que não está mais no Código Civil - é a tradição da absorção do sobrenome do homem no momento do casamento.

Mais uma vez, lembremos o que a Marlise disse, uma das reivindicações das mulheres que lutaram no período da Revolução Francesa era poder ficar com o seu próprio sobrenome, que não assumissem a personalidade através do outro. Essa parece uma questão simples, mas o que embasa esse comportamento é uma visão político-filosófica de que as mulheres não são cidadãos integrais. As mulheres são apêndices da presença masculina ou da família.

O segundo elemento são as relações sociais, econômicas e materiais que se expressam fundamentalmente por uma divisão sexual do trabalho, faz com que nós, mulheres, tenhamos a responsabilidade primordial não da direção do mundo, mas de garantir o sustento cotidiano da reprodução da vida. Isso significa cuidar das crianças, dos idosos, garantir que a família se reproduza no cotidiano, um dos elementos que também faz com que a participação política seja muito mais difícil para as mulheres, porque é um trabalho não reconhecido, invisível, mas fundamental para a sociedade.

O terceiro aspecto - o mais pessoal e subjetivo, de construção de uma identidade feminina - faz com que essa identidade seja permanentemente subordinada a uma dedicação às relações afetivas e pessoais numa posição subordinada. Cumprir papéis políticos significa para as mulheres um custo emocional extremamente grande. Efetivamente cumprir papéis políticos no mercado de trabalho, papéis de direção, significa ter menos tempo para essas relações. Não apenas por causa da divisão sexual do trabalho, mas também por que significa colocar sua atenção nas coisas públicas, e não só nas questões privadas. Por isso, essa desigualdade imbrica em outras formas de desigualdades sociais, em particular as desigualdades de raça e econômicas sintetizadas nas relações de classes que vão cobrar de nós, como mulheres, romper com

tal desigualdade por meio de ações coletivas.

O que dificulta a participação política é que essa participação ainda é profundamente individualizada. A maior força de mudança é a participação coletiva e, em particular, por meio do movimento de mulheres, que é a força coletiva que faz com que esse debate esteja presente na sociedade. Isso não significa, de maneira simplista, que todas as pessoas que ocupam cargos de poder são ou devem ser representantes do movimento de mulheres. Quero dizer que as mudanças sociais são realizadas fundamentalmente por meio da ação coletiva organizada dos indivíduos.

As mudanças relativas ao papel social das mulheres estão profundamente vinculadas à força que o movimento social tem em cada momento para trazer reivindicações, presença e esse combate. Os mecanismos de participação política muitas vezes não são vistos como mecanismos coletivos. Sendo assim, a presença das mulheres nos espaços de poder é considerada uma exceção. Não queremos ser exceção, que as mulheres presentes no espaço de poder sejam a expressão exclusiva de esforços individuais. Em primeiro lugar, porque é falso. Não são esforços individuais, mas resultado de um esforço coletivo e dessa luta política de mais de dois séculos de mulheres organizadas em movimento. E não necessariamente se expressam em dirigentes dos movimentos, mas se expressam em uma abertura de espaços políticos e conquistas.

A Desembargadora deu um exemplo extremamente interessante sobre o momento do séc. XIX em que foi permitido às mulheres entrar no ensino superior no Brasil. Imaginem que, muitas vezes, a nossa ausência nos cargos de poder era definida pelo fato de as mulheres terem menos escolaridade, menos educação formal que os homens. Essa não é mais a realidade do Brasil. Há muitos anos, pelo menos desde os anos 60, as mulheres vêm ocupando os bancos de escola com muito mais pertinácia e garra do que os homens. Isso, talvez, porque vejam aí, também, um espaço possível para construir um mundo fora do mundo privado. Mas o reflexo disso no mercado de trabalho ou nos espaços de poder político ainda é bastante limitado.

Por outro lado, é muito importante perceber que a construção de mecanismos de participação política - aí mencionarei especificamente as políticas de ação afirmativa - tem de ser pensada como estratégia efetiva de romper espaços de poder que, muitas vezes, criam mecanismos internos, conforme muitas pessoas mencionaram, que se tornam mecanismos de exclusão. Por isso, menciono a questão da reforma política. A reforma política em debate colocará em discussão o tipo da instituição do voto no Brasil. É muito importante estarmos atentos ao que foi a experiência política dos outros países em termos de participação política das mulheres. Em todos os países em que avançou significativamente a presença das mulheres nos espaços parlamentares, em todos os níveis, isso ocorreu por meio de votação de lista partidária, com mecanismos de ação afirmativa nessas listas.

Escutaremos, muitas vezes, o argumento em defesa, por exemplo, do voto distrital, dizendo que este é mais próximo das mulheres, mais bairrista. O voto distrital, na minha opinião pessoal, além de ser um voto profundamente despolitizado, que vai muito mais fortalecer os mecanismos clientelistas de relação política, é um voto majoritário. No voto majoritário, as mulheres perdem espaço. É preciso estudar quais são os mecanismos em outros países, perceber como foi a construção de estratégias, aprender como foi a luta de outros lugares e entender por que esses mecanismos de exclusão vão-se renovando. A Marlise mencionou - e quero chegar ao final com essas duas considerações - a renovação de mecanismos que, a cada passo, vão dificultando a nossa entrada nos espaços de participação política. Todas as vezes em que as mulheres aumentam a sua presença nas executivas partidárias de forma muito ampla, as executivas perdem peso. A partir do momento em que elas entram em cargos não tradicionalmente femininos, o poder se desloca para o outro lado.

A Marlise citou, de uma maneira irônica, as "forças ocultas", e precisamos "desocultá-las", precisamos perceber, com clareza, de que maneira os mecanismos de dominação sobre as mulheres se perpetuam em relações de poder, e não são apenas um "problema cultural".

São problemas de correlação de forças e dos privilégios dos homens, enquanto gênero. Não estou falando de comportamentos individuais, mas de relações sociais construídas de maneira desigual que dão aos homens privilégios brutais para ocupar os espaços de poder: o privilégio de não ter de cuidar das crianças do mesmo jeito como fazemos; o privilégio de não ter jornada de trabalho estendida, em casa e no local de trabalho; o privilégio de não ser o responsável por manter laços familiares enquanto outra pessoa faz o trabalho público; e vários outros exemplos que podemos mencionar.

Finalmente, termino com a seguinte questão: a luta pela igualdade é política. A igualdade é um conceito político, e o movimento de mulheres tem buscado, cada vez mais, recuperar o seu significado para que também carregue o significado de igualdade entre homens e mulheres. Igualdade não é mesmice; igualdade não é poder optar entre cabelo comprido e curto; igualdade é um debate político de direitos de acesso, e, assim, enquanto as mulheres forem relegadas a um lugar complementar na sociedade, enquanto elas forem o repouso do guerreiro, os homens serão prioritariamente chefes nos espaços de poder.

Portanto, a mudança desses valores e papéis sociais exige de nós repensar também de que maneira construímos a masculinidade e a feminilidade, sabendo que, na correlação de forças, é a organização política das mulheres que força a abertura de espaços. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Tatau Godinho, pela sua belíssima exposição junto à Marlise. Convidamos para sua manifestação a querida amiga Deputada Federal Jô Moraes, membro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que falará sobre a participação da mulher nos espaços de poder.

Em sua homenagem, Jô, em homenagem à luta que você sempre desempenhou na causa da mulher, registro o nome das entidades que dão apoio a este ciclo de debates e também à II Conferência: Articulação de Mulheres Brasileiras, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Conselho Estadual da Mulher, Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política da UFMG, Escola Agrotécnica Federal de Machado, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento Popular da Mulher, Rede Feminista de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -; Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -; e União Brasileira de Mulheres, assim como os demais movimentos populares.

Palavra da Deputada Federal Jô Moraes

Quando fiz minha saudação, na primeira fala, não estavam presentes a querida e sempre Deputada Maria Tereza Lara, com quem compartilhamos muitas lutas na Assembléia e fora dela, e o Deputado João Leite. É muito bom que tenham estado presentes nove Deputados, como o Luiz Humberto Carneiro, Weliton Prado e Antônio Carlos Arantes. Considero fundamental que os homens integrem e comprometam-se com a nossa luta, que é da sociedade.

Quando olho esta plenária, fico pensando em como nossa luta é longa - a Marlise e a Tatau já o disseram -, mas também em como a nossa teimosia é ainda maior. Estamos vendo aqui algumas mulheres que estiveram na I Conferência, que estiveram na Constituinte de 1988 e que, no dia 8 de março, estiveram na Praça Sete - Jovita, Nazareth, Hercília, Bebel, Marcinha, Gislene, Isabel, você, Deonara, Ádria e outras -, e todas demonstram que estamos ocupando todo o espaço de resistência das mulheres. Por isso é muito bom partilhar isso com a Marlise e a Tatau e, sobretudo, com a nova bancada.

Estávamos comentando: quer dizer que, para ser política, a mulher não pode ser bonita, tem que ser velha, já ter criado os filhos? Ficamos um pouco desconcertadas, porque não nos sentimos assim. Somos todas muito bonitas, muito novas, e tenho certeza de que a pesquisa da Marlise corresponde a uma situação dada e que vamos superar isso.

Tanto a Marlise quanto a Tatau já avançaram muito ao apresentarem os dados concretos, que refletem a realidade da participação das mulheres nas instâncias de poder. Então, quero centrar mais a minha discussão em algumas preocupações que nos apontem perspectivas.

A primeira delas diz respeito ao contexto. Em que contexto o avanço do debate sobre a participação das mulheres nas instâncias de poder vem-se dando? É muito importante compreendermos que a emergência do debate se incorpora ao avanço de mudanças na América Latina, no quadro político, com a ascensão de setores que estavam sub-representados e agora galgam espaços de poder. Assim é um índio na Bolívia; assim foi um operário no Brasil; assim, uma mulher no Chile. Então, é importante compreendermos que é na ampliação dos espaços democráticos que temos possibilidade de avançarmos nas nossas conquistas.

O segundo ponto é que precisamos compreender que estes últimos 25, praticamente 30 anos de luta das mulheres levaram a importantes conquistas de espaços políticos. Muitas vezes, como ainda pesa o cotidiano da discriminação, esquecemo-nos do que construímos nesse período histórico. Mas o mais importante é tirarmos de nós a responsabilidade principal da luta contra as discriminações de gênero e colocá-la como política de Estado, materializada no Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. A questão de políticas de combate à discriminação de gênero não é um problema das mulheres, mas do Estado e deve ser assim tratada na sua dimensão orçamentária, de distribuição de responsabilidades.

Quero dizer que esses pontinhos já estão prontos. Vamos distribuí-los para vocês ao final, para orientar o debate e facilitar o acompanhamento de todos.

Por último, há também a constatação do seguinte: alcançamos um patamar de igualdade formal elevado, mas não alcançamos o patamar da igualdade real. Por isso, ter acesso aos cargos executivos, aos cargos de poder é hoje a principal estratégia para avançarmos na viabilização de políticas de igualdade.

Também gostaria que todos compreendessem como se deu esse processo de evolução da participação da mulher. O problema é que o processo é muito prolongado. Tivemos evidentemente mudanças estruturais na sociedade. Durante o séc. XX, houve mudanças sociais, culturais, políticas, da infra-estrutura econômica do nosso país; houve um acelerado desenvolvimento do capitalismo, da indústria, e tudo isso causou impactos, como a criação de novos tipos de família e a ruptura dos padrões tradicionais, que são os patriarcais.

No mundo do trabalho, por sua vez, a incorporação da mulher causou impacto nas próprias relações sociais. As conquistas das mulheres, que, no século passado, vão do voto, em 1932, às cotas, em sua primeira expressão, em 1995, desenvolveram-se e aplicaram-se às eleições de 1996.

Esse é um processo que demonstra o quanto é prolongado, mas que demonstra que alcançamos significativos e importantes avanços pela nossa resistência. Evidentemente, isso se deu também na construção da cidadania, no conjunto da sociedade. O séc. XX foi o século da cidadania, da busca dos direitos civis, da busca dos direitos políticos, da busca dos direitos sociais.

Em relação aos direitos civis, à liberdade de pensamento, avançamos até no combate relativo aos costumes. Na busca dos direitos políticos, ainda temos grandes restrições. E, do ponto de vista dos direitos sociais, há uma defasagem enorme não apenas para nós, que temos sub-representação na sociedade, mas também para outros segmentos, como o dos negros, sobretudo o das mulheres negras - enfim, para o conjunto de setores que são sub-representados, inclusive na conquista de direitos.

Temos de analisar como se vem desenvolvendo a cidadania das mulheres. Aí você vê o percurso e a dificuldade de, no espaço de um século, alcançarmos o patamar em que estamos hoje, o que foi tão bem registrado pela Marlise e pela Tatau.

Nas décadas de 20 e 30, a luta foi pelo sufrágio. Nas de 30 e 40, foi pelos direitos das trabalhadoras, com o registro simbólico da licença-maternidade como expressão do avanço da luta da classe operária naquele momento.

Posteriormente, houve o interregno da ditadura. A luta, que se materializa e se desenvolve no final da década de 70 e nos anos 80, resultou no avanço da nossa visibilidade nas instâncias dos partidos políticos. E nós sabemos a briga que tivemos: é departamento feminino, é secretaria de mulheres... Criamos um bocado de guetos dentro dos partidos, mas já foi um avanço, porque, nas nossas representações, nós é que tratávamos dos nossos problemas. Não éramos incorporadas às direções estruturais dos partidos políticos, mas foi um avanço.

Outro avanço na década de 80 foram as grandes conquistas de órgãos institucionais, acompanhando a dinâmica que se desenvolvia na resistência das mulheres em todo o mundo.

Considero que a década de 90 foi muito importante porque nela se destaca a conquista das cotas, na legislação de 1995, ampliada na Lei Federal nº 5.904, de 1997. Nesse processo, começam a surgir as políticas públicas, que, evidentemente, foram impulsionadas pelas conferências mundiais, particularmente pela Conferência de Beijing, em 1995. Sou do tempo em que se falava Pequim, mas, como o povo diz que é Beijing, tenho de falar Beijing.

Durante um século, observamos um processo de acumulação de ganhos e de mudanças, fruto da resistência das mulheres, em todos os níveis, aos quais não vou referir-me.

Na participação política das mulheres, às vezes descaracterizamos as instâncias de início de participação, as redes de participação. As mulheres participam pelo seu voto; as mulheres participam no trabalho para candidatos; as mulheres participam contribuindo com dinheiro; as mulheres participam indo aos comícios. Particularmente nesta última campanha, os candidatos retomaram não a campanha de mídia, pura e simplesmente, mas a campanha de participação do povo, restringindo, porque não pode haver mais sanfoneiro em comício. Já se viu, no interior de Minas, não se ter um violeiro que toque lá em cima para chamar o povo?

A política, sobretudo para o povo brasileiro, também é uma festa, porque é a realização da sua cidadania, é a realização da sua construção, mesmo que seja numa ida a um comício. No nosso país, é essa miscigenação que dá alegria, como suporte do nosso processo coletivo, mas essas dimensões não dão o espaço de protagonismo político de que as mulheres necessitam, porque as redes de participação anteriores são redes em que as mulheres participam desde o começo da República. É aqui que precisamos estar, ocupando cargos nos Executivos, nos parlamentos, nas direções partidárias. E ainda não asseguramos mecanismos para esse problema.

Quando estudamos as experiências dos outros países, sobretudo os europeus, vimos que os países nórdicos não tinham cotas como legislação.

Na maioria, era uma opção voluntária dos partidos. Na Alemanha, em 1986, o PV viu que havia uma crise de representação institucional e que precisava se aproximar da sociedade. O partido, então, colocou um candidato homem, uma candidata mulher, num processo impulsionado pela renovação e pela crise que viviam os partidos tradicionais. É nesse processo que temos que discutir a questão das cotas, já referida pela Marlise e pela Tatau. Cota sempre deu briga, e muitas participam do debate de cotas no parlamento. Já houve um seminário, aqui, em que um constitucionalista falou da inconstitucionalidade das cotas. Ele gastou toda a sua verve jurídica para provar que a proposta de cotas era inconstitucional. As cotas hoje são uma realidade no processo de construção da participação política das mulheres. E vamos ver essa experiência. Qual a avaliação que temos? As cotas têm sido importante instrumento de incremento da participação das mulheres no processo eleitoral, mas, evidentemente, o aumento das cotas não resulta necessariamente em aumento do número de eleitas. Vejam a diferença entre a eleição anterior ao estabelecimento das cotas e a posterior. Em 1994, foram candidatas à Câmara dos Deputados 189 mulheres, e foram eleitas 32. Em 1998, quase dobrou o número de mulheres candidatas: tivemos 352 candidatas, e 29 foram eleitas. Mas o salto do incremento da participação da mulher foi algo evidente no processo de viabilização das cotas.

Vamos discutir os outros problemas que mostram que a existência da cota não assegura, por si, o êxito no processo; que há um componente que percebemos agora: no Brasil, não há sanção para quem não cumpre cota. O Peru proíbe o partido de participar das eleições quando não existem cotas. A França multa o partido que não assegura as cotas. A utilização da proibição tem ajudado. O Peru passou de 19 eleitas na eleição anterior para 29. É interessante observarmos que, dos 10 países da América Latina onde existem cotas, apenas 2 não contam com sanção: o Brasil e a República Dominicana. A cota veio agregada à ampliação do número de candidatas.

Os partidos não enfrentaram dificuldades. A cota foi aumentada em 20%, mas as chapas poderiam ser compostas por 120% do número de vagas. Logo, não houve nenhum problema para preencher as vagas masculinas. A única sanção em que o partido poderia incorrer seria no que diz respeito a um número maior de candidatos, que resultaria em um número maior de votos. Esse é um dos aspectos que teremos de enfrentar e discutir no processo presente.

Há também uma reflexão a ser analisada. Nem sempre o número de candidatas resulta em um determinado número de eleitas. Por isso, a seguir, passaremos às estratégias de paridade e parceria. O Brasil, em 1933, quando havia 214 Deputados, elegeu 1 Deputada. Isso representa 0,46%. Depois de 30 anos, em 1962, em 404 Deputados, foram eleitas 2 mulheres, mantendo-se o percentual de 0,49%. Para a legislatura de 1979 a 1982, 50 anos depois, em 420 Deputados, foram eleitas 2 Deputadas, permanecendo o percentual de 0,47%. Nas eleições de 1982, para a legislatura de 1983-1987, esse percentual pulou para 1,6%. Foram necessários 50 anos para deixarmos de ter apenas 0,5% de representação na Câmara. Depois desse tempo, atingimos 8,7%, decorrentes do aumento do número de candidatas. Aumenta-se o número de candidatas, e, proporcionalmente, nota-se uma redução do percentual de eleitas.

Em 2002, houve 509 candidatas, e 42 foram eleitas, representando um percentual de 8,25%. Em 2006, das 652 candidatas, 45 foram eleitas, representando 6,9%. Houve uma queda desse percentual. Esse é o nosso calcanhar de Aquiles. Constatamos que, se, por um lado, as cotas incrementam a participação das mulheres no processo eleitoral, por outro, são insuficientes, pois intensificam e impulsionam as candidaturas, mas não asseguram a eleição.

Por isso, temos de abordar e discutir as estratégias de parcerias e paridade. Temos de intensificar esse processo. Em primeiro lugar, precisamos promover a consciência da necessidade de ações afirmativas. Não podemos dizer que as mulheres são iguais aos homens e que, se forem competentes, chegarão lá, pois isso não acontecerá. Ontem, passei por um constrangimento que não poderia imaginar. Há uma polêmica e uma polarização justa, legítima e própria do Congresso Nacional, em que a Oposição obstrui para assegurar a implementação da CPI do Apagão. Isso é absolutamente legítimo, mas, como o projeto das mulheres não tinha sido votado na semana anterior, articulamos com a Casa para a inversão da ordem do dia, a fim de dar prioridade ao nosso projeto, para que fosse votado, pois, na semana seguinte, regimentalmente, haveria até medida provisória sobrestando a pauta, que não será votada. Fizemos um apelo à Oposição, e um Deputado disse: "As Sras. Deputadas estão sendo massa de manobra do governo, porque estão escondendo os homens que estão por detrás dele".

Eles não compreendiam que as mulheres queriam votar os seus projetos, pouco ligando se havia alguém por trás, alguém na frente, alguém obstruindo, alguém fazendo coisas.

Há projetos que, lamentavelmente, desde 2001, aguardam votação. Depois passarei informações sobre o projeto de aposentadoria especial da servidora policial, que, infelizmente, não entrou em pauta, mas sabemos que, ao entrar, criará grande batalha. A servidora policial - civil, militar e rodoviária - é a única que não tem o direito constitucional de se aposentar com cinco anos a menos. É a única trabalhadora deste país que não tem esse direito constitucional.

Abro e fecho parêntese, para dizer que o que interessava às mulheres naquele momento era aproveitar a crise estabelecida e votar a pauta. Era isso o que queríamos, mas não conseguimos.

Falaremos agora das estratégias de paridade e parceria: debater os princípios de igualdade no interior dos partidos políticos. É necessário que introduzamos essa temática, para, então, podermos avançar.

Participar do processo eleitoral e, obviamente, compartilhar responsabilidades públicas. Aliás, a Deputada Maria Tereza Lara apresentou um projeto para assegurar a presença das mulheres na Mesa; eu apresentei um na Câmara de Vereadores, e a Maria Erundina, outro na Câmara dos Deputados. O destino deles? Arquivamento. Todos, de uma ponta a outra. Não conseguimos garantir visibilidade em espaços mais elevados, sobretudo no parlamento, que, não tenho dúvida, é a instituição mais democrática de qualquer país.

Exigir a implementação das cotas, mas assegurando que, se forem aprovar listas preordenadas, que as cotas estejam nessas listas. Se forem estabelecidos 30%, os três primeiros têm de garantir a presença de uma mulher. Não temos de abrir mão da regulamentação das chamadas listas fechadas.

Quanto ao voto distrital, como bem disse a Tatau, há dados da união interparlamentar de que, nos países em que há voto distrital, a média de participação das mulheres é de 8,5%; nos países em que o voto é proporcional, como no Brasil, a média de participação das mulheres é de 15,4%, porque o voto distrital assegura a prevalência do poder econômico. Para nós, na reforma política, o financiamento público é também importante para democratizar o acesso das mulheres às conquistas materiais.

Concluo dizendo que a participação das mulheres é instrumento essencial para a democratização do Estado brasileiro.

Quando me perguntam se a mulher faz política diferente, sempre respondo: "não basta vestir saia; é preciso que a mulher tenha consciência da necessidade da defesa dos direitos sociais e possua um ideal de igualdade social, que inclui a igualdade entre homens e mulheres."

O cotidiano impõe naturalmente à mulher certo grau de sensibilidade social. A mulher tem de cuidar da mesa da família, tem de servir bem e economizar; acompanhar o desenvolvimento dos filhos na escola, reconhecendo, muitas vezes, que a culpa não é da professora, mas da qualidade do ensino; acompanhar a saúde familiar, e, se faltar ao serviço para cuidar do filho com 39º de febre, porque não tem com quem deixá-lo, o departamento de pessoal a considera incompetente e com pouca disposição para o trabalho. Nessas circunstâncias, a mulher

adquire maior sensibilidade social, agrega um projeto, um pensamento político mais avançado, transforma-se em uma explosão. Mas há outra questão: a mulher tem capacidade de realizar as mais diferentes funções, com agilidade. Outro dia, num domingo, fazia arroz e trabalhava no computador, quando meu filho me pediu ajuda; o arroz queimou-se. Mas fazemos, em nosso cotidiano, um conjunto de tarefas que nos levam a atuar na administração pública com a eficiência com que atuamos em todos os lugares. Por isso, temos a conquista desta Casa, no acúmulo dessa luta, a continuidade da conquista das mulheres mineiras nas ruas.

Tinha o desejo de fazer uma imensa exposição com as mulheres das ruas; as daqui, desde a Constituinte; nos parlamentos; nos governos, contribuindo para fazer deste país um país bem mais igual. Temos de acreditar nisso!

A Sra. Presidente - Quero parabenizar as nossas três expositoras e a nossa Mesa. Houve aqui uma verdadeira aula de educação política e cidadania por ativistas e guerreiras combativas, na defesa dos direitos e da participação política.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

A ata deste evento contendo a transcrição completa das exposições e dos debates será publicada no jornal no "Diário do Legislativo", na edição do dia 17/3/2007. Aos interessados em gravar em vídeo este ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão pela qual haverá reprise do evento pela TV Assembléia, no dia 18/3/2007, às 8h30min.

Fazendo parte das comemorações do mês de março, pela Assembléia Legislativa, já está marcada uma programação das comissões permanentes em comemoração do Dia Internacional da Mulher. No dia 20/3/2007, às 9h30min, no auditório, será realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, que discutirá o tema "As desigualdades de gênero no mercado de trabalho".

A segunda audiência será realizada pela Comissão de Saúde e discutirá o tema "Câncer da mama e câncer do colo do útero", no dia 21/3/2007, quarta-feira, às 9h15min, no auditório.

As Comissões de Educação e de Transporte discutirão o tema "A influência da mídia na formação da mulher", no dia 27/3/2007, às 9 horas, no auditório.

As Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública discutirão o tema "As dificuldades de implantação da Lei Maria da Penha", no dia 28/3/2007, às 9 horas, no auditório.

Debates

A Sra. Presidente - Temos um conjunto de perguntas, que serão lidas de forma intercalada - uma escrita e outra oral -, para dinamizar melhor o debate. A primeira pergunta, da Sra. Eveline Costa, da Ação Social pela Vida, de Ipatinga, dirige-se a Tatau Godinho: "Vejo que existem vários movimentos de mulheres brasileiras, pouco divulgados; entretanto, na hora das campanhas eleitorais, não se fala da força da mulher, mas do seu currículo pessoal. Precisamos de mais informações".

Temos uma pergunta de Marlene de Carvalho, Presidente do PFL Mulher de Lagoa Santa, para a Deputada Estadual Maria Lúcia: "O homem não tem confiança nas mulheres. Por quê?".

Mary Simone, Delegada da Mulher e Vereadora de Araguari, fará perguntas orais para Marlise e para a Tatau.

Pergunta de Gláucia Helena, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas das Mulheres de Contagem, para Marlise e Jô Moraes: "O que as mudanças propostas pela reforma política e eleitoral, em discussão no Congresso Nacional, representam para as mulheres? Teremos avanços para o pleito de 2008?".

A Ivonilda fará uma pergunta oral à Deputada Jô Moraes. Concedo a palavra à Mary Simone, para fazer pergunta à Marlise e à Tatau.

A Vereadora Mary Simone - Discutimos sobre os obstáculos. Foi a primeira vez que ouvi falar sobre o custo emocional de estar na política e as dificuldades que sentimos e não conseguimos nomear. É tudo muito difícil, seja na eleição, seja no movimento de mulheres, seja no partido. E agora há a dificuldade no Parlamento. A Jô falou sobre o constrangimento. A pauta da questão da mulher é sempre perfumaria, coisas não relevantes.

Em Araguari, são 11 Vereadores: 1 mulher e 10 homens. Há uma dificuldade para a mulher em relação ao projeto de lei para compor a Mesa e para ter representatividade nos conselhos municipais. Pergunto a todos se é possível, quais são os mecanismos e estratégias para democratizar, como falar sobre as dificuldades e como incentivar a ultrapassagem desses obstáculos? Muito obrigada.

A Sra. Ivonilda Brito da Silva - Bom dia. Parabenizo todos pela realização do evento. Sofri violência doméstica há 10 anos. Há sete anos procurei o Poder Judiciário, a Polícia Militar, a Delegacia do Idoso, a Delegacia de Mulheres, a Polícia Civil, o Poder Judiciário Estadual e Federal. Fui muito bem atendida. Percebi que são excelentes profissionais, mas há muitos processos para atenderem. Então, o atendimento torna-se lento. Participei do caso de uma moça muito jovem, que tinha uma criança de quatro anos. Ela foi espancada pelo esposo várias vezes. Ele estava desempregado e embriagado. O marido a estuprou, e ela engravidou mas rejeitava a gravidez. Na última vez que o marido a espancou, os vizinhos chamaram a polícia. Na época, foi aprovada uma nova lei que determinava a prisão para quem espancasse a mulher, e a Polícia Militar levou-o preso. Ela foi ao Poder Judiciário Criminal e ao IML para fazer o exame de corpo de delito. Teve de sair porque não podiam mais dar atenção a ela, pois havia muitos processos e pessoas para serem atendidas. Existe uma grande demanda e poucos profissionais para atendê-la.

Como aquela mãe se dirigiu a mim, eu a orientei e fomos procurar o setor psicológico, mas nos informaram que estava funcionando no Fórum Lafayette. Neste momento, vimos o policial militar. A Júlia saiu correndo, queria pular o andar. Disse: "Mamãe, o policial militar que pegou o papai vai-nos pegar também". Eu procurei o policial militar, que conversou com a mãe e com as crianças. Esse mesmo policial disse que deveríamos ir à delegacia para conversar com o Delegado. Fiz isso. O Delegado me disse que desejava conversar com a mãe em um lugar reservado, a fim de preservar-lhe a identidade. Enquanto a mãe conversava com o Delegado, fiquei cuidando das crianças. Ela não sabia onde

era o IML, estava sem dinheiro para passagens e alimentação, com duas crianças, debaixo de um sol muito quente. O próprio Delegado a levou ao IML. Como ela não lhe disse que estava sem dinheiro, ele a deixou lá e retornou. As crianças ficaram lá. Não sei qual foi o desfecho desse fato.

Fico preocupada com o seguinte: há proteção para a mulher, mas não para o homem. É preciso que tenha uma proteção para o homem. Aquela mãe disse que estava preocupada com o esposo. As crianças perguntavam pelo pai. Acredito que o homem deve ficar num lugar especial, e não junto com presos perigosos. Naquele caso, o homem tinha apenas o 2º grau. Isso precisa ser reestudado.

Parabenizo o apoio que está sendo dado à mulher, mas a família também precisa ser amparada. Como foi dito, a família de hoje precisa ser bem cuidada a fim de que a família de amanhã seja bem estruturada. Obrigada.

A Sra. Dehonara - A minha pergunta será dirigida às três expositoras. A Marlise e a Tatau abordaram a questão das forças ocultas, dos esquemas de dominação e como isso interfere na participação política das mulheres. Trata-se da reprodução do viver, do trabalho doméstico, da criação dos filhos. Por mais que falemos em cotas e ações afirmativas, o esquema de funcionamento dos partidos não absorve a mulher que tem família.

Falamos muito sobre a importância de creches quando discutimos o sistema de cotas, a fim de que a mulher pudesse participar das reuniões de partidos. Isso não ocorre, o que dificulta a participação política das mulheres. O horário das reuniões também dificulta essa participação.

Tudo isso faz parte do esquema de dominação.

Queria que vocês tivessem essa percepção, porque, na verdade, são impedimentos concretos à participação política das mulheres.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dehonara. Temos mais três questões a serem tratadas pela Mesa. A Ângela, do Sindágua, pergunta à Deputada Jô Moraes: "Embora na Previdência Social as mulheres se aposentem com uma diferença de cinco anos a menos que o homem, na previdência privada o tempo para se aposentar se iguala ao do homem. Isso é constitucional?". Edmara Freitas da Cruz Rosa, da Ação Social pela Vida, de Ipatinga, pergunta à Marlise: "Acho que as mulheres já mostram que são capazes de exercer seus trabalhos no setor político. Por que tão poucas? Será falta de estarem inseridas nos meios de comunicação, onde poderiam expressar-se melhor?". Maria Aparecida Umbelino, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de Barbacena, dirige a mim uma pergunta: "Qual será a estratégia a ser usada para mobilizar e efetivar a participação das representações de entidades ligadas à luta pela valorização da mulher, considerando-se o tão pequeno quantitativo de presenças do interior nesse espaço de debates?".

Vamos iniciar as respostas da Mesa da esquerda para a direita, solicitando uma consideração final da ex-Deputada Maria Tereza.

A Sra. Maria Tereza Lara - Cumprimento todas as participantes deste evento e os companheiros homens que respeitam e valorizam as mulheres. Saúdo a Mesa e toda a bancada feminina na pessoa da Deputada Elisa Costa, que está coordenando os trabalhos. Parabenizo toda a bancada feminina e também a Deputada Jô Moraes, aqui representando o nosso parlamento federal, ela que esteve conosco na legislatura anterior.

Nossa presença aqui significa o nosso compromisso de estar lado a lado com as mulheres nessa luta que é permanente. Ainda temos muito a avançar, mas, com certeza, fazendo uma comparação, como bem disseram as expositoras, já avançamos bastante. Não podemos desanimar. Cabeça erguida, a luta continua, os obstáculos têm de ser escadas para trabalharmos ainda mais e mais. Esse é o significado da nossa presença neste encontro.

A Deputada Federal Maria do Carmo Lara, minha irmã, ao saber que eu estaria aqui, mandou um abraço carinhoso. Juntamente com a Jô e toda a bancada feminina federal, acreditamos que a mulher, todas as vezes em que ocupa espaços de poder, dá uma resposta. Queremos 50% de espaços de poder, para que haja verdadeiramente democracia de gênero e também companheirismo. Um abraço a todas as participantes deste evento.

A Deputada Maria Lúcia - Fico muito feliz de a Vereadora Maria Tereza ter-me feito essa pergunta. Queria pedir autorização à Mesa para registrar a presença do Vereador Michelângelo, de Cataguases, que está nas galerias. Veio participar conosco deste evento, neste momento tão importante em nossa vida, representando a Câmara Municipal daquela cidade.

A pergunta feita a mim pela Tereza é muito direta: "O homem não tem confiança nas mulheres por quê?". Também vou ser bem direta na resposta. Acredito que isso vem ao longo dos anos. Isso vem, queridas amigas, da educação que recebemos. É preciso mudar a educação que vamos dar daqui pra frente e o que temos de nos propor a fazer com as mulheres. A menina já nasce com o destino determinado. Na maioria das vezes, é para casar com homens ricos, que as nossas famílias procuram, para ser dona de casa, ter carro e vestido bonitos e comprar nas melhores boutiques.

É preciso mudar o enfoque educativo. Para isso temos de mudar as nossas escolas e trabalhar o nosso interior. A mulher não veio ao mundo apenas para ser objeto de cama e mesa, mas para ser política, participar dos programas sociais, filantrópicos e desta Mesa em que tanto pleiteamos um lugar e não conseguimos. As palestrantes que nos antecederam estão de parabéns. Deveríamos ter a fala de todas na íntegra - aliás, peço isso à Assembléia - para que possamos ler todos os dias e assim nos encorajarmos.

Precisamos dar-nos a conhecer aos homens e mostrar nossa capacidade. Temos de mostrar que somos capazes e temos qualidades, sem medo da cantada - desculpe-me o termo popular - que podemos levar. Temos de enfrentar os homens e mostrar a eles que, com a nossa feminilidade, podemos ocupar os cargos com a maior dignidade.

Fui Prefeita da minha cidade, e vocês não podem imaginar o que passei sendo a primeira mulher Prefeita de uma cidade com 129 anos. A culpa de os homens pensarem assim sobre nós é nossa. Temos de mudar esse enfoque. Não podemos exigir dos partidos políticos que mudem sua estrutura para participarmos deles. Tempo é uma questão de preferência; precisamos adaptar-nos aos partidos, e eles entenderão, pela nossa capacidade, pela nossa presença e pelo nosso trabalho, que realmente fazemos falta. Então, quando perceberem que fazemos falta, adaptarão um horário para nós sem que peçamos. Tenho certeza absoluta disso, mas tem de partir de nós. Precisamos enfrentar.

Ainda há pouco, disse para a nossa Deputada que, se algum dia tiver a chance de contar para vocês como consegui chegar até aqui, com a minha campanha pé-de-chinelo - e pé-de-chinelo com o maior orgulho -, verão o que é lutar. Um dia terei essa chance.

Os homens precisam entender que as mulheres não querem ocupar os seus lugares. Eles também têm de criar suas filhas, assim como dar chances às suas mulheres, para que realmente possamos ocupar os lugares que nos são devidos e mostrarmos não que temos competência, mas que somos iguais. Isso é importante.

Muito obrigada pela oportunidade. Coloco-me à disposição de todas vocês para que o nosso trabalho siga em frente, que esse não seja mais um documento, mas uma legislação que nos impulse a trabalhar pelas mulheres que nos procuram.

A Sra. Tatau Godinho - Primeiro, responderei a uma pergunta da Ângela feita para a Jô. Talvez, Ângela, não tenha havido compreensão correta no que se refere à Previdência Social. No Brasil, tanto na previdência pública, que é o INSS, quanto na privada, são previstos cinco anos de contribuição a menos para as mulheres em relação aos homens, e cinco anos de idade no caso das aposentadorias. Existem diferenças de categorias. O sistema geral do INSS prevê 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 anos para os homens.

Para a aposentadoria por idade, são 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens. Na previdência pública, existe um teto de idade que não existe na privada, há essa diferenciação. A servidora pública não pode aposentar-se antes de 55 anos de idade, mesmo que tenha mais de 30 anos de contribuição, porque há o limite de idade. Essa diferenciação ainda é mantida.

O que a Deputada Jô Moraes mencionou é uma diferença específica em categorias, não no sistema geral da previdência.

As outras questões suscitadas...

Pode ser que não. Partindo do que foi lido da sua pergunta, podemos depois esclarecer quais são as diferenças citadas.

Responderei agora as questões da Eveline, de Ipatinga; Mary Simone, de Araguari; e, em parte, da Dehonara. A Mary pergunta quais são os mecanismos e o incentivo para rompermos com essa dificuldade das mulheres. Várias de nós já abordamos isso em vários aspectos. O mecanismo é principalmente o fortalecimento coletivo das mulheres. É claro que essa é uma resposta muito genérica. Quando cada uma de nós enfrenta isso individualmente, tem de se fortalecer individualmente, preparar-se, garantir capacidade pessoal de responder às questões. Mas várias de nós já dissemos que não é por capacidade individual que as mulheres estão fora do espaço de poder, mas porque existem, efetivamente, formas de exclusão que estão vinculadas à situação de dominação geral na sociedade. Temos de prever mecanismos contra isso. A ação afirmativa e o sistema de cotas fazem parte desses mecanismos. Como a Deputada Jô Moraes e outras pessoas mencionaram, sempre se dá um jeitinho de terminar passando a perna, vamos dizer assim, nesses mecanismos, porque existe uma desigualdade real, de fato.

Precisamos combinar duas coisas: ter mecanismos, o que significa ter comissões da mulher no Parlamento, nas coordenadorias ou nas secretarias de mulheres nos Executivos e nos núcleos de mulheres organizados nos partidos políticos, e garantir presença nos debates. Mas isso não resolve a situação.

Agora passo para a questão da Dehonara, que considero extremamente pertinente. Se não trabalharmos a desigualdade social entre mulheres e homens, não garantiremos às mulheres condições efetivas de participar dos espaços políticos e de poder. Um dos elementos centrais dessa desigualdade social é exatamente o fato de estar no âmbito privado da família a responsabilidade com o cuidado das crianças. A reivindicação de creches públicas como política pública integral, como um direito e uma garantia também das mulheres, além de ser um direito das crianças, é fundamental. Isso significa lutar por isso nos espaços em que estamos, mas que seja fundamentalmente uma política pública. Se estamos hoje abrindo a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, considero esta uma reivindicação fundamental.

Os dados do MEC são de que apenas 11% das crianças brasileiras até 3 anos de idade têm acesso à creche e à educação infantil, mas não é pública. Esses 11% incluem os sistemas público e privado. Isso significa que 90% das crianças estão em casa, com suas mães, que precisam arranjar mecanismos para cuidar delas e poder trabalhar fora, participar da política, entrar no movimento social. Acho que essa é uma reivindicação fundamental. Várias outras também o são, considerando a necessidade de políticas para as mulheres, mas, como foi dito, esse é um dos elementos que considero mais importantes.

Se conseguirmos que haja, além da aprovação do Fundeb, um investimento concreto para garantir, como direito das crianças e das mulheres, a ampliação da rede pública de creche, estaremos fortalecendo muito esses mecanismos que permitirão uma maior presença das mulheres nos espaços públicos.

Agradeço e espero que continuemos esse debate, porque esse processo é de longo prazo e, como diz a Jô Moraes, temos garra para continuar lutando, organizando-nos e garantindo a ampliação desse espaço. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Tatau. Em nome da bancada feminina, agradecemos a sua participação como convidada para exposição. Com a palavra, a Deputada Federal Jô Moraes.

A Deputada Federal Jô Moraes - As questões apresentadas por vocês exigem muito mais reflexão e debate. Por isso, serei telégrafa. Mas, antes de telegrafar, gostaria de dizer que, se tivemos muitas conquistas nesta Casa - e continuamos tendo -, foi porque nós, dos movimentos, dávamos as idéias, mas havia quem desse solidez técnica e funcional a essas idéias. Por isso, quero cumprimentar a consultoria da Casa, nas pessoas da Mônica, da Miriam, do Juscelino e dos demais funcionários, porque, se não fossem eles para dar a sustentação - sustância institucional, regimental, funcional e teórica -, nossas idéias iriam para o vento, como muitas vezes somos jogadas ao vento. Parabéns e obrigada por tudo o que fizeram.

Quanto à pergunta da Maria Lúcia, a legislação brasileira realmente coíbe a violência doméstica. Ela discute o problema da constitucionalidade da Lei Maria da Penha. Há realmente um debate no interior das instâncias judiciárias sobre a questão da constitucionalidade ou não da Lei Maria da Penha.

Esse é o problema - como romper certos marcos legais que estão postos. Preferimos não debater a constitucionalidade ou não, porque já se trata de uma lei sancionada. Não há ninguém que tenha entrado com uma Adin para discutir essa questão. Por isso, devemos agarrar o nosso instrumento legal e aperfeiçoá-lo na medida que for possível. Quanto às propostas que realmente contribuam, devemos realizá-las. Considero fundamental que a gente se embandeire com a Lei Maria da Penha. Com certeza, a Maria Lúcia será uma de nossas parceiras. Entendi também a observação que a Tatau fez, e depois, no debate, procuraremos entender melhor a sua preocupação.

A Dehonara fala das forças ocultas. Francamente, elas são mesmo poderosas, porque são do cotidiano da nossa vida, da estrutura cultural, da distribuição de responsabilidades domésticas, do sentimento e da subjetividade da mulher, que se sente culpada por tudo de errado que acontece na casa.

Temos de nos debruçar, de forma transversal, sobre todas as nossas dimensões, com o nosso autoconhecimento, e, ao mesmo tempo, exigir estruturas de políticas públicas que nos ajudem a superar as dificuldades, pois estas nos atrapalham, sim.

A Mary levanta a questão da dimensão emocional. Eu estava na Câmara Federal, quando alguém disse: "Olha, tenho de ir embora. Está proibido a gente faltar à sessão, mas é aniversário do meu marido. Se eu não for, de repente ele poderá se esquecer de que sou sua mulher. E

tere dificuldade". Então, outra Deputada disse: "Preciso ver meus filhos. As sessões estão indo até tarde, e não estou podendo vê-los. Meu filho de 11 anos está com uma carência muito grande". Então, do ponto de vista emocional, carregamos uma dimensão meio sofrida nesse processo de construção da ação política que todos vivemos. Só a parceria e o compartilhamento poderão nos ajudar.

Finalmente, há a questão do encaminhamento dessas iniciativas fundamentais que a Ivonilda comenta, como dar continuidade ao tratamento, porque enfrentaremos todos esses obstáculos.

Como é cuidar? Uma política que cuide do agressor ainda é inicial no nosso debate, e teremos de enfrentar isso. Por enquanto, temos de cuidar da vítima, que está absolutamente desprotegida.

Encerro trazendo a informação de que o Projeto nº 275, de aposentadoria especial, está com nota técnica de inconstitucionalidade, e teremos de buscar, primeiro, para a Polícia Civil, modificar a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e, para a Polícia Militar, o art. 42 da Constituição Federal diz, Deputadas Estaduais presentes, que esse processo de estabelecimento de limites de idade para as aposentadorias ocorre no âmbito do Estado. Até hoje a informação que tínhamos é de que era lá. Que todos leiam o art. 42 - a Consultoria, o governo do Estado -, para compreenderem que a aposentadoria das policiais militares deve ocorrer por uma regulamentação desta Casa. Obrigada, e parabéns a todos vocês.

A Sra. Presidente - Obrigada, Deputada Jô Moraes, pela sua história na defesa da causa da mulher. Em nome da bancada feminina, nossos agradecimentos por sua bellissima exposição e presença. Com a palavra, a nossa convidada Marlise.

A Sra. Marlise Matos - Primeiramente, desejo desculpar-me pela gafe de não ter feito os meus agradecimentos. Devido a minha ânsia de falar - e não sei se um dia vou contê-la -, não agradei o convite e já fui logo falando. Mas agradeço à Casa e parabênz a Mesa, pois o que fizemos aqui foi bonito e bacana. Não sei se vocês perceberam, mas as falas, ainda que não premeditadamente, foram bem complementares, cada um pegou um gancho e puxou o assunto por vieses bem diferenciados, o que é muito gratificante - acredito - para quem está na platéia. Apesar de ter reiterado muitos dados, sempre é bom refrescarmos a memória, porque as coisas não estão da forma que gostaríamos que estivessem.

Serei muito rápida. Para a Mary e a Gláucia, que perguntam sobre a situação da reforma política, farei uma outra propaganda de um livro. Vejam só: os cientistas políticos fazem questão de traduzir a discussão sobre reforma política em termos inacessíveis. Usam um jargão técnico que ninguém compreende. Parece que é um prazer orgásmico transformar coisas para que as pessoas não as entendam, pessoas comuns, normais e que deveriam discutir isso. Então, há um livro que foi publicado pela UFMG, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, que se chama "Reforma Política", sendo que ele também está disponível para "download" na internet. Nele vocês verão um histórico de todas as questões fundamentais atinentes e pertinentes à discussão sobre reforma política. Esse livro foi organizado pela Profa. Fátima Anastasia e pelo Prof. Leonardo Avritzer, colegas do departamento, e tem muitas discussões de termos, propostas e alternativas que estão listadas e debatidas com autores pertinentes de todo o Brasil. O financiamento foi feito pelo Pnud, e o livro está disponível gratuitamente na internet, uma forma que penso ser de acesso mais rápido para que essas informações comecem a fazer parte dos nossos estudos.

Deixo como dicas... A Jô mencionou de forma muito feliz - e tive de tirar essa lâmina da minha apresentação - a discussão sobre voto majoritário e voto proporcional, que é importantíssima. A literatura internacional informa-nos que, de fato, há uma diferença imensa, um gueto de gênero imenso dado pelo fato de a regra do voto ser proporcional e majoritário. As mulheres são muito mais beneficiadas, assim como outras minorias, pelo voto proporcional, não pelo voto majoritário. Então, é importante estarmos cientes disso.

Temos de fazer a discussão sobre as listas e com que os partidos façam constar nos seus debates a inclusão de mulheres, a partir da reflexão sobre as listas, ou seja, se serão abertas ou fechadas, se terão cotas e paridades na participação. Temos de trazer essa discussão para a reforma política, e isso não ocorre, Gláucia. Posso dizer-lhe que a reforma política que está no Congresso sendo votada nem de longe tangencia esses elementos. Por exemplo, o financiamento de campanha será público ou não? Devemos fazer essa discussão, de qualquer maneira. Há também a sanção mencionada pela Jô a respeito dos partidos que não cumprem as cotas para as mulheres nas candidaturas, e elas devem existir, porque, do contrário, não haverá estímulo nenhum.

Eles sempre vão empurrar com a barriga essa história de que as mulheres não querem candidatar-se. As mulheres não querem candidatar-se porque não se sentem valorizadas, assim os partidos não as recrutam. Então, cria-se um círculo vicioso que não se rompe nunca. Se o partido for obrigado a compor, terá que se virar para formar seus quadros e ter mais mulheres participando do jogo político, porque será punido se não o fizer.

A discussão sobre a introdução desse tema nos partidos: a pesquisa também levantou quais são os partidos que apresentam mulheres na sua executiva. É lamentável o quadro que conseguimos mapear. À exceção de alguns partidos de esquerda, a imensa maioria dos mais de trinta e tantos partidos que existem ignora solenemente a participação das mulheres, não menciona, não cita, não referenda, enfim, não tem nenhuma noção de que essa discussão tem de ser feita internamente no âmbito partidário.

Há um outro elemento, que inclui a pergunta da Dehonara, sobre como avançar nesse processo de transformação. Aqui demos várias dicas. Discutir reforma política é um caminho, assim como se fazer presente nesse tipo de debate e trazer o viés da discussão das mulheres para o tema da reforma política, que, aliás, não está presente aí. Posso dizer que não. Esse livro que vocês podem consultar tem um artigo da Célia Pinto, do Rio Grande do Sul, que menciona listas, mas muito rapidamente. Vem sempre pelas beiradas, como todos também fazemos. Ao contrário, temos que ir lá e discutir esse tema.

Uma coisa que precisamos retomar e vai ao encontro do tema para o qual a Tatau nos chamou a atenção é a formação, a qualificação e a capacitação de mulheres. As mulheres, mesmo sabendo de sua competência, possuem déficits de auto-estima, não têm coragem de ousar, sentem dificuldade de romper esse espaço e ir à luta. Então, penso que nos falta retomar o que o movimento fez em 1970, reorganizar grupos de mulheres, e isso pode ser feito nos partidos políticos, nas lideranças comunitárias, nos sindicatos, em todos os setores em que há movimentos organizados e mobilização e participação política organizada. Precisamos levar as mulheres novamente para esses espaços e formá-las, para que tenham a auto-estima necessária, para que se sintam capazes, livres para exercer esse papel.

É necessário trazer para dentro do partido essa discussão. Se querem mais mulheres, então que se discuta o horário das reuniões, o lugar onde ficarão as crianças ou quem vai tomar conta delas. No mundo ideal, não queremos que os partidos abram o depósito das crianças e das mulheres, mas, infelizmente, acontece um pouco disso. Por que os homens não cuidam dos filhos para as mulheres ingressarem no espaço político? Por que eles não querem assumir esse papel? Vamos discutir isso também com os maridos.

E quanto à mídia e à comunicação, posso dizer que, ontem, estive gravando o "Mídia em Pauta", um programa da TV Comunitária da UFMG. Precisamos discutir com os meios de comunicação, porque a situação vai mal. Os símbolos e as representações do feminino e da mulher que vemos perpetuados pelos meios de comunicação são complicados. Temos de entrar nesse tema também porque eles têm de ser nossos aliados, e não trabalhar contra a gente. Obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Marlise. Em nome da bancada feminina da Assembléia, dos movimentos sociais e das três debatedoras, Marlise, Jô e Tatau, além da ex-Deputada Maria Tereza, finalizaremos o nosso ciclo de debates. A Maria Aparecida nos fez uma pergunta que considero respondida, mas, mesmo assim, quero dizer duas palavras que são muito importantes para a luta da mulher: coragem e liberdade. Precisamos ter coragem permanente para fazer o enfrentamento e superar os medos construídos historicamente na família e na própria sociedade. E, com participação, podemos construir a nossa liberdade e a igualdade de direitos.

Os movimentos precisam ter objetivos mais claros, unidade nas bandeiras. São muitos os movimentos sociais que defendem, por exemplo, a luta pela terra e os direitos da mulher, mas sinto que é preciso unidade para haver mais causas comuns.

Por fim, nesse novo processo de educação por que passa a sociedade brasileira, é preciso implementar políticas públicas em nível nacional, com o Ministério, através da Ministra Nilcéa Freire, e agora, com a coordenadoria, esperamos que Minas Gerais dê um salto em políticas públicas para as mulheres. E também que os Municípios marquem presença, por meio do Orçamento Mulher, da participação política das nossas mulheres. Acho que as conferências, o fórum técnico que aconteceu aqui, estão abrindo um espaço muito positivo para a participação política da mulher. Somando todos esses dados, acredito que, nesse novo debate político, possamos ter em 2008 um conjunto maior de mulheres candidatas a Prefeitas, a Vereadoras, por este país, para contribuir com o avanço da legislação, e principalmente das políticas públicas para as nossas mulheres e com as mulheres, em Minas e no Brasil.

Com essa fala de coragem e na luta pela liberdade, um grande abraço. Agradecemos a participação de todos. A Presidência manifesta a todos os convidados o agradecimento pela honrosa presença.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/3/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique e da Deputada Ana Maria Resende

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes - Palavras do Secretário Custódio Mattos - Palavras da Sra. Maria Virgília Pascoal Rosa - Palavras do Prefeito Ângelo José Roncalli de Freitas - Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho - Palavras da Sra. Jovita Levy - Apresentação da Comissão Organizadora da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres - 2º Painel: Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Secretária Elbe Brandão - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras da Deputada Gláucia Brandão - Palavras da Deputada Maria Lúcia - Palavras da Deputada Rosângela Reis - Entrega de placas - Apresentação Musical.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Destina-se esta parte da reunião ao lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e à realização de homenagem às mulheres, dentro da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Márcia de Cássia Gomes, Membro da Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, representando a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Ministra Nilcéa Freire; o Exmo. Sr. Deputado Federal Custódio Mattos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; as Exmas. Sras. Deputada Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação desta Casa; Maria Virgília Pascoal Rosa, Coordenadora Especial de Promoção e Defesa das Mulheres; o Exmo. Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará e Diretor Regional da Associação Mineira de Municípios; e as Exmas. Sras. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho, Vice-Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Jovita Levy, representante do Fórum de Mulheres; Maria Elvira, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representando o referido Conselho, Presidente do PMDB Mulher Nacional e membro do Fórum de Mulheres do Mercosul; e Deputadas Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho e membro da Comissão de Cultura desta Casa; Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; Maria Lúcia, Vice-Presidente da Comissão de Educação e membro da Comissão de Cultura desta Casa; Cecília Ferramenta, membro das Comissões de Assuntos Municipais e de Turismo desta Casa; e Elisa Costa, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho e membro da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença das Exmas. Sras. Sílvia Helena, Vereadora do PPS; Teresa, Vereadora de Rio Acima; Luzia Ferreira, Vereadora de Belo Horizonte; Rosa da Fazendinha, Vereadora de Lagoa Santa; Latifa, da Associação das Mulheres de Pedro Leopoldo; Leandra, Vereadora de Itajubá; Simone, Vereadora de Araguari; Eliana Piola, representante do PSDB Mulher de Minas; Profa. Maria Aparecida Moura, representando a Fundação Newton Paiva; Profa. Regina Lazzarotto, do Centro de Referência da Mulher da Newton Paiva; e Jeannette Mazzeiro, do Fórum de Mulheres do Mercosul - Capítulo Brasil.

Palavras do Sr. Presidente

Há quase três anos, esta Casa promovia, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e o Conselho Estadual da Mulher, a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, em preparação para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em julho de 2004, em Brasília.

As discussões que houve em Minas naquela ocasião contribuíram para a elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e, juntamente com os debates feitos nos demais Estados da Federação, para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Tais eventos constituíram marco na luta das mulheres brasileiras pela igualdade de direitos, pois resultaram não apenas no levantamento de suas principais demandas, mas também na formulação de programas concretos para se alcançarem os objetivos.

No ano passado, a Assembléia de Minas realizou o fórum técnico "Políticas Públicas para as Mulheres - Força para Alcançar", com o objetivo de debater a implementação dos programas contidos nos planos estadual e nacional, enfocando os temas: "Enfrentamento da Violência contra as Mulheres"; "Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho"; "Direitos da Mulher à Terra e à Moradia"; "Saúde da Mulher"; e "Educação Inclusiva e não Sexista".

Destaque-se, como resultado desse fórum, a criação, pelo governo do Estado, da Coordenadoria Especial da Promoção e Defesa das Mulheres, órgão encarregado de fazer a intersetorialidade das ações e dos programas das diversas secretarias voltados para as questões dos gêneros.

Em todos esses encontros, evidenciaram-se os problemas vividos pelas mulheres brasileiras, como a discriminação nas áreas do trabalho, da educação e da saúde; a exploração sexual; as diversas formas de violência - particularmente a violência física: os baixos rendimentos em relação aos salários pagos aos homens; a sobrecarga de trabalho decorrente do acúmulo de funções domésticas.

Evidenciaram-se também, nesses encontros, a capacidade de organização dos movimentos de mulheres e principalmente sua determinação para fazer reverter as condições de desigualdade, na busca constante de seus direitos e do pleno exercício de sua cidadania.

Na seqüência dessas mobilizações, será realizada, nesta Casa, nos dias 9 e 10/7/2007, novamente em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e com o Conselho Estadual da Mulher, a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, preparatória para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorrerá no mês de agosto, em Brasília.

Estarão em pauta, na Conferência, temas como as realidades mineira e brasileira nos aspectos social, econômico, político e cultural, na perspectiva da igualdade entre homens e mulheres; a avaliação das diretrizes políticas e da implantação dos Planos Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres; e a participação da mulher nos espaços de poder - assunto abordado no ciclo de debates realizado neste Plenário, na parte da manhã.

É importante salientar que a Conferência Estadual será precedida de conferências municipais ou regionais, que deverão ser realizadas até o dia 30/4/2007, para eleger as delegadas municipais e formular propostas para as discussões a serem realizadas nesta Casa e, posteriormente, em Brasília. Como ocorreu em 2004, o número de delegadas será proporcional à população de cada Município.

Frisamos a necessidade de se promover, desde já, a mobilização para as conferências municipais e regionais, lembrando que, neste ano, só os Prefeitos poderão convocá-las. São eles, portanto, que devem ser procurados pelas entidades de mulheres, para a realização de tais eventos.

Cabe lembrar ainda que o Regimento da Conferência Estadual, elaborado à luz da Conferência Nacional e aprovado por uma comissão composta por representantes da Assembléia Legislativa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, do Conselho Estadual da Mulher e de várias entidades, está disponível no "site" da Assembléia. No mesmo "site", encontram-se informações sobre a comissão organizadora da conferência estadual, encarregada de acompanhar todas as etapas de sua preparação.

Agradecemos às autoridades presentes, aos demais participantes e a todas as pessoas e instituições envolvidas na preparação deste evento, com a expectativa de que a II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres seja tão bem-sucedida quanto à realizada em 2004. Muito obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Ana Maria Resende) - Com a palavra, a Sra. Márcia de Cássia Gomes.

Palavras da Sra. Márcia de Cássia Gomes

Boa-tarde.

Cumprimento as autoridades que compõem a Mesa, especialmente a Deputada Ana Maria Resende, que preside esta reunião. Saúdo ainda as demais Deputadas que vieram de alguns Municípios, para exercer seu primeiro mandato nesta Casa. Na verdade, tive o prazer de me encontrar com algumas delas na comissão organizadora estadual.

Já me pronunciei hoje, pela manhã. Com muita honra, represento a Ministra Nilcéa Freire, que vem desenvolvendo um importante trabalho à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em âmbito nacional.

Sou titular da Coordenadoria dos Direitos da Mulher do Município de Belo Horizonte, na qual, com outras mulheres militantes, desenvolvo um importante trabalho. Ademais, integro o Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres, criado em 2003, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que reúne vários organismos criados no Executivo Municipal, visando à elaboração e à articulação de políticas públicas para as mulheres nos Municípios e nos Estados da Federação.

Além da Coordenadoria da Mulher de Belo Horizonte, está representada aqui pela Laís, nossa companheira, a Coordenadoria do Município de Sabará. Aliás, ela também é Presidente do Conselho do referido Município. Além disso, encontra-se presente a companheira Mercês, que está à frente do setor da mulher, na Prefeitura Municipal de Betim.

Com muita satisfação, informamos que o Município de Lagoa Santa já implantou sua Coordenadoria da Mulher. No dia 8/3/2007, Nova Lima anunciou a criação de sua coordenadoria. Teófilo Otôni, atualmente administrada por uma ex-Deputada, também já possui sua Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.

Com muita honra, sentei-me ao lado de uma pessoa que está vindo de um Município do Sul de Minas e assumirá a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, em âmbito estadual. Com muito prazer, recebemo-la. Certamente, você integrará o Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres. Destarte, representará o aspecto que faltava, no que se refere à participação política dos organismos no Estado de Minas Gerais. Seja bem-vinda a sua atividade! Você já sabe que teremos pela frente uma tarefa, de que pretendo falar.

A partir deste ciclo de debates, no momento em que iniciamos as discussões, ou seja, as atividades da II Conferência de Políticas para as Mulheres no Estado, ressalto o papel dos movimentos e dos Executivos Municipais, que têm de fazer valer o que o Presidente da República lançou no dia 17/1/2007, por meio de um decreto. Diante disso, os responsáveis e gestores de Executivos Municipais e Estaduais estão convocados a atuar, a fim de que chegue a todos os grotões do País, que tem dimensões continentais, esse espaço de articulação, fortalecimento e ampliação das políticas para as mulheres.

Por isso a Ministra Nilcéa Freire, eu e os demais membros da comissão organizadora nacional estamos desenvolvendo não só um regimento, mas também textos que servirão de base para todas as atividades realizadas em âmbitos municipal, estadual e nacional.

As datas, lidas no início dos trabalhos, já estão marcadas. Algumas cidades aqui presentes já têm as datas das conferências municipais. No caso de Belo Horizonte, serão nos dias 13 e 14/4/2007. A nossa conferência estadual do Estado de Minas Gerais será nos dias 9 e 10/7/2007. A conferência nacional, conforme informação do "site", será do dia 18 a 21/8/2007.

Encerraremos com a conferência nacional, em que estarão reunidas 2.800 Delegadas, nesse processo da etapa nacional. Terminaremos com a Marcha das Margaridas no dia 22/8/2007, em Brasília. E nós, mineiras, lá estaremos com 183 Delegadas, para, de alguma forma, contribuir e representar a luta das trabalhadoras rurais, a exemplo do que foi Margarida Alves de Souza.

O Presidente da Mesa abriu os trabalhos fazendo uma explanação, e quero lembrar uma fala da Ministra que represento: "A partir de março, estaremos juntas nas conferências municipais, regionais e estaduais. Quando agosto chegar, Brasília será novamente ocupada pelas mulheres de todo o Brasil, que chegarão trazendo consigo as marcas da sua cultura, das suas crenças, dos seus valores e a certeza de que, mais uma vez, escreverão um novo capítulo da escola do nosso país". Então, que façamos a nossa parte. Uma boa tarde a todos.

Palavras do Secretário Custódio Mattos

Quero saudar, na pessoa da Presidente, a Deputada Ana Maria, todos os demais membros da Mesa, especialmente as Sras. Deputadas, as prezadas mulheres e os senhores.

Saúdo todos os presentes, em especial algumas amigas da minha região, como a esposa do Prefeito de Leopoldina e os membros da delegação de Juiz de Fora, minha cidade.

Hoje é um dia em que devemos falar pouco, ouvir muito e aprender mais ainda. Mas, como Secretário de Desenvolvimento Social, cuja Secretaria coube a honra de abrigar o órgão executivo - a coordenação que tratará da coordenação da política das mulheres no Estado-, compete-me dizer algumas palavras em nome do governo de Minas Gerais a respeito do movimento das mulheres, especialmente a respeito da conferência, o ponto de partida. Muitos dos melhores especialistas, sociólogos e cientistas políticos dizem que talvez o fenômeno sociológico mais importante do séc. XXI seja a consolidação do movimento de emancipação das mulheres. Este início de século marcará principalmente a culminância e a realização da emancipação das mulheres na sociedade contemporânea, uma luta que vem de décadas, de séculos.

Nós, homens e mulheres que têm obrigação com o exercício de responsabilidade pública, não fazemos mais que nossa obrigação ao dar curso, ao apoiar e ao não atrapalhar esse movimento que, muitas vezes, é irreversível. No Brasil, especialmente em Minas Gerais, esse movimento, ao longo dos últimos anos, tem sido muito bem representado, pois é extremamente organizado, forte, representativo e realiza conquistas. O governo do Estado de Minas Gerais quer se inserir nessas conquistas, não no papel paternalista, no papel de quem faz articulação, mas no papel de quem reconhece a força de um movimento, a força da reivindicação das mulheres.

Após a participação das mulheres na conferência anterior, o Governador Aécio Neves, na reformulação administrativa feita no início de fevereiro, atendeu ou começou a atender as reivindicações. Esse é apenas o início de um processo. Ele atendeu uma reivindicação importantíssima: inseriu, na estrutura do governo do Estado, um órgão que seja o coordenador, o articulador, o elo de transmissão entre o movimento social das mulheres e suas reivindicações, que são sempre de diversos setores e atravessam todas as políticas públicas.

A partir deste mês, as mulheres passam a contar, na estrutura do governo do Estado, com essa coordenação, que, a princípio, recebeu um nome que não era o mais adequado. Recebi uma comunicação dizendo que o nome não era o mais adequado e levei-a ao conhecimento do Governador. Portanto o nome Promoção e Defesa das Mulheres não é o mais adequado. Recebemos uma comunicação, assinada por várias entidades do movimento das mulheres, com várias sugestões de incorporação de atribuições e de competências, especialmente destacando que esse nome não é o mais adequado. Comuniquei-me com o Governador, e cremos que o conjunto das sugestões é extremamente adequado, sensato e bem pensado. O Governador acolheu de bom grado a sugestão e, imediatamente, adotará a medida legislativa para que o nome sugerido pelo movimento social das mulheres seja respeitado. Portanto, a denominação que prevalecerá será Coordenadoria Especial de Política para as Mulheres.

O governo do Estado quer que todas as entidades e que esse belíssimo movimento de voluntariados, de militâncias das mulheres, seja canalizado por meio da Coordenadoria. Aliás, essa Coordenadoria conta com a presença de uma mulher, ainda não nomeada, mas designada, que conheci recentemente e cujas referências são as melhores possíveis. Ela cumprirá seu papel, para que tenhamos, na Sedese e nessa Coordenadoria, uma ponte permanente não somente de reivindicação, mas também de avaliação de críticas. O objetivo é levá-las a todos os setores e a todas as secretarias. A Coordenadoria exercerá papel relevante para atender às políticas de que as mulheres precisam na saúde e na educação, além dos programas próprios da Sedese, que muitas vezes são incorporados. Na área de formação profissional, por exemplo, é comandado pela Profa. Carmen Rocha, uma militante do movimento social das mulheres.

Já está incorporada, em todos os treinamentos, a reivindicação de que 50% das vagas sejam destinadas às mulheres, desde que isso seja compatível à natureza do treinamento.

Além disso, como preparação da atuação da coordenação nesse papel, pedimos que a Seplag, em articulação com a nova coordenação, faça a revisão do Programa de Políticas Públicas para as Mulheres, que é fruto de um produto de reivindicação e trabalho do Movimento Social. Salvo engano, agosto de 2005 foi o marco final desse primeiro esforço. Então, pedimos que esse programa seja reavaliado e atualizado para posterior discussão com os movimentos por intermédio da coordenação, de maneira que tenhamos não só uma coordenação, mas também um programa consolidado de políticas públicas estaduais para mulheres.

Além disso - talvez não precisasse dizer, por ser óbvio -, toda a estrutura do Estado está trabalhando em conjunto, com o apoio inestimável da Assembléia Legislativa de Minas Gerais por meio desse grupo de excelentes Deputados que as representam aqui, a fim de fazer deste ano de conferências municipal, estadual e nacional o mais eficaz e brilhante, para que avance significativamente o movimento social de vocês.

O pessoal da coordenação já sabe, mas gostaria de comunicar ao movimento social em geral que há o compromisso do Estado, ou seja, que o Estado se encarregará, em decorrência do desdobramento do ocorrido na conferência anterior, de toda a hospedagem aqui, em Belo Horizonte, e também do transporte das delegadas mineiras. Estaremos fornecendo hospedagem e alimentação quando da conferência em Belo Horizonte, e também o transporte de todas as nossas delegadas de Minas Gerais, para a confederação nacional.

Em nome do Governador Aécio Neves e também em nome próprio, na qualidade de Secretário da Sedese, gostaria de fazer um agradecimento muito especial a cada uma das Deputadas aqui presentes, por terem sido incansáveis em nos levar as reivindicações e em nos pressionar para dar o atendimento mais imediato, que é a nossa obrigação. É sempre bom ser chamado à atenção para estarmos atentos a cada detalhe, em cada momento, não somente neste ano muito especial, mas em todas as reivindicações do movimento, para que elas sejam levadas até nós para uma solução, sempre que pudermos. Do contrário, quando nada pudermos fazer, como foi o caso dessas últimas reivindicações sobre o papel e o nome da coordenação, que elas sejam levadas à estrutura mais alta de decisão do Estado.

Também gostaria de dizer aos militantes dos movimentos sociais, das entidades que trouxeram esse movimento até aqui, que nós, do Estado, sempre estaremos de portas abertas para aprender com vocês, e, sobretudo, respeitar o trabalho que vêm desenvolvendo, a fim de levar à frente mudanças, aperfeiçoamentos e críticas em relação às reivindicações das mulheres para cada uma das secretarias, sempre que necessário. Já disse isso às lideranças que me procuraram. Essa não é uma determinação minha nem da Sedese, e sim do Governador Aécio Neves, que está muito atento e exigente. Aliás, ele já me disse isso quando me deu a missão de ser Secretário. O Governador me informou que uma das atenções especiais que gostaria de dar no governo do Estado, ao lado da juventude, atentando para esse movimento social geral no Brasil, diz respeito ao movimento das mulheres. Portanto, contem conosco, com toda a estrutura, não somente com a coordenação, que é de vocês, mas também com toda a estrutura da Sedese, que trabalha em parceria com vocês em todas as secretarias do Estado.

Resta-me desejar, além de me colocar pessoalmente, assim como toda a Sedese, à disposição de vocês, que os trabalhos que ora se iniciam e que vão ser muito árduos e exigir muito da militância de todas vocês, líderes do movimento social, que tanto as conferências municipais, regionais e estadual, em que estaremos participando diretamente, assim como a nacional, sejam efetivamente um passo à frente no movimento das mulheres e no atendimento às suas reivindicações, que não são só de vocês, mas de todos os brasileiros de boa-vontade que querem o progresso social do Brasil. Muito obrigado a todas.

A Sra. Presidente - Agradecemos as palavras do Secretário Custódio Mattos, escolhido a dedo pelo nosso Governador para dar seqüência às políticas públicas e trazer a mulher mineira para o lugar que ela merece.

Todas as vezes em que uma mulher ocupa um lugar de destaque sentimos grande alegria. Quanto à Maria Elvira, esqueci-me de mostrar-lhes aonde uma mulher mineira pode chegar. Ela representa o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de Brasília, e o Fórum de Mulheres do Mercosul; uma mineira nos representando.

Palavras da Sra. Maria Virgília Pascoal Rosa

Boa tarde a todas. Cumprimento a Deputada Ana Maria Resende, que preside os trabalhos nesta tarde; o Secretário Custódio Mattos, representando o Governador do Estado; as outras Deputadas, e, especialmente, por questão de respeito e admiração, a ex-Deputada Maria Elvira, que admiro há muito tempo. Sempre aprendemos com as grandes mulheres.

Hoje estarei apenas me apresentando às mulheres mineiras, pois acabo de aceitar o convite do Governador Aécio Neves para estar à frente da Coordenadoria Especial de Defesa e Proteção da Mulher, nome um pouco complicado, que agora é Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres. Sou de Pouso Alegre, onde ainda sou Vereadora. A partir da semana que vem, afasto-me das minhas atividades parlamentares para, com muita honra, assumir essa nova missão. Costumo dizer que adoro bons desafios e não tenho dúvida alguma de que tenho muito a aprender com os movimentos de mulheres do Estado de Minas Gerais. Ouvimos os seus resultados ecoando por todos os cantos do Brasil. Tenho muita humildade de dizer que quero aprender, não tenho preguiça, e, como acabei de falar, adoro bons desafios. Mas tenho plena consciência da responsabilidade a mim atribuída pelo nosso Governador e consciência ainda maior do grau de resultados que essa Coordenadoria deve dar ao Estado. Ela deve ser uma bela vitrine do Governo Aécio Neves. Os resultados devem ser, no mínimo, proporcionais à expectativa que o povo mineiro mais uma vez depositou no nosso Governador. Estarei disposta a aprender e a contribuir com a pequena experiência que possuo e conto com a ajuda das mulheres desses movimentos, com o apoio do Secretário Custódio Mattos, à frente da Sedese, das Deputadas e da ex-Deputada Maria Elvira, que, aliás, já se manifestou. Enfim, são tantas as ajudas que o resultado não pode ser ruim; não permito que seja mais ou menos. Tenho a certeza de que juntas, faremos um grande trabalho em Minas Gerais, principalmente para buscar resultados. Digo sempre que, além das conquistas que acompanhamos ao longo dos anos - e são muitas -, está na hora de oferecer resultados mais objetivos às mulheres mineiras, tanto no que diz respeito à violência quanto à saúde e à profissionalização, sobretudo das mulheres carentes e da zona rural.

Enfim, temos muito trabalho pela frente. Conto com a ajuda de todas. A partir da semana que vem, licencio-me definitivamente da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Estarei à disposição de todas as senhoras para enfrentarmos juntas essa nova missão. Muito obrigada e boa tarde a todas.

Palavras do Prefeito Ângelo José Roncalli de Freitas

Boa tarde a todos. Cumprimento a Deputada Ana Maria Resende, Presidente desta Mesa, os parlamentares presentes, as senhoras e os senhores. Um abraço à Maria Elvira, nossa amiga de longa data. Já cresci na vida pública admirando o seu trabalho e a sua luta em defesa das mulheres. É um prazer estar aqui, em nome do Prefeito Celso Cota, Presidente da nossa associação. Gostaria de tecer uma saudação especial ao nosso Secretário Custódio, aos Deputados Domingos Sávio e Zezé Perrella, nosso conterrâneo.

Em nome do Presidente, colocamos a Associação Mineira dos Municípios totalmente à disposição do movimento. Queremos trabalhar mobilizando todos os Prefeitos mineiros, bem como todos os Presidentes de associações microrregionais, para que, de fato, os Municípios se sensibilizem com a causa das senhoras. Além disso, queremos auxiliá-las num trabalho para que todos os Municípios realizem as conferências municipais, apoiando esse movimento.

Disse ao Prefeito Celso que era um prazer representá-lo aqui, hoje, e que a AMM está de portas abertas; aliás, ela poderia ser também a associação das mulheres mineiras, pois lá estamos sempre à disposição e prontos a apoiá-las. Contem conosco. Boa tarde a todos.

Palavras da Sra. Maria de Nazareth Barreto de Carvalho

Boa tarde a todas. A maioria das senhoras esteve aqui pela manhã. Para nós, é muito significativo este momento do lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, porque é mais uma ação no processo de construção da cidadania e da democracia. Todas nós temos um grande prazer de estar aqui, pois estamos construindo isso; aliás, há pessoas aqui que já começaram há muito tempo. Cada dia mais pessoas vão se inserindo, fazendo parte. Como a nossa Coordenadora, mais gente chega para somar. Sabemos que sozinho ninguém faz nada. Não conseguimos nem ser felizes sozinhos. Não é verdade?

Dentro do objetivo dessa conferência nacional, que será subsidiada pela estadual, e a estadual, que será subsidiada pelas municipais, solicito a todos os Prefeitos que apoiem a realização dessas conferências nos seus Municípios, pois isso garantirá o direito das mulheres; e ainda a criação de conselhos municipais de direitos da mulher nos seus Municípios.

Estivemos num período de três anos no Conselho Estadual da Mulher. Quando lá chegamos, havia 18 conselhos que estavam funcionando; atualmente, há 27. Com lei aprovada na Câmara Municipal, há 10 conselhos; e em processo de implantação - com lei que ainda não foi aprovada, pois depende de algo para isso -, mais 10 conselhos.

Precisamos consolidar esses conselhos em fase de implementação. Precisamos de muito mais conselhos num Estado com 853 Municípios. Os conselhos se tornam importantes por quê? Porque eles vão abrir as discussões. Sabemos que, por meio de discussões, conquistamos políticas

públicas. Vamos aumentar os conselhos. Os Municípios que não possuem conselhos e que têm interesse em criá-los entrem em contato com o Conselho Estadual da Mulher, pois temos o que chamamos de "kit" para criação de conselho. Só depende de boa-vontade. Basta querer para que se crie um conselho.

Que os movimentos nos Municípios sensibilizem o Executivo para apoiá-los na criação de conselhos. Os conselhos discutirão as políticas para as mulheres nesta conferência, e quem não faz parte de conselho também participará. O conselho serve para somar e legitimar as reivindicações. Quando temos um conselho em um Município, obtemos outros benefícios como o Centro de Referência da Mulher. Temos um grande exemplo, Pirapora, que criou o seu conselho e imediatamente o seu Centro de Referência da Mulher e está propondo a criação de uma secretaria especial de políticas para as mulheres. Ninguém vai querer ficar para trás. Hoje, com o exemplo que vimos da capacidade que temos de articular e de realizar, não podemos definitivamente cruzar os braços. Não cruzamos. Há algumas pessoas que estão pensativas, mas vamos levantá-las e criar conselhos para termos uma sociedade mais feliz. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Jovita Levy

Sr. Deputado Custódio Mattos, Secretário de Desenvolvimento Social; Deputada Ana Maria Resende, que preside esta solenidade; o meu boa-tarde a todos os presentes. Falo em nome do Fórum de Mulheres Feministas de Belo Horizonte, que reúne diferentes movimentos da sociedade civil, e da União Brasileira de Mulheres - UBM -, uma organização nacional. O meu boa-tarde também a todos os componentes da Mesa, companheiros de luta e que nos recebem hoje com tanta gentileza. Queria, de maneira especial, parabenizar as Deputadas que propiciaram este momento e, mais do que isso, agradecer a oportunidade. É exatamente por meio de oportunidades de debates que fazemos trocas de experiências e reformulação de conceitos. É isso que temos de fazer, e o fazemos quando nos reunimos. Esta oportunidade é preciosa, pois, por intermédio deste debate, desta análise e reformulação, conseguiremos as mudanças que pretendemos.

Hoje, dia do lançamento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres - os preparativos da municipal já estão em andamento, e depois vem a nacional -, é realmente um momento muito bom para lembrarmos que a administração pública tem um compromisso de mostrar sua modernidade. Relativamente ao compromisso com a democracia, ela tem de incorporar o debate que pretendemos fazer nas conferências.

É através da comunicação que se firma uma política realmente democrática, uma política que possa levar a reformulações e à construção de uma sociedade especial. Só tenho a agradecer o que está acontecendo aqui.

Tivemos momentos muito interessantes nos debates realizados na parte da manhã, e também agora, com a fala de vários companheiros. Quando se fala em desajustes sociais, em poder masculino e poder feminino, pensamos em todas essas injustiças. Como consequência dessas injustiças, sempre vem as palavras "medo", "injustiça", "coragem", palavras fortes das quais precisamos nessa luta.

Então, quero terminar minhas considerações com esperança. Registro essa palavra em um texto que fiz, porque realmente tenho esperança de que as coisas vão mudar, de que vai chegar um determinado momento em que vamos falar apenas de coisas boas.

Esse texto chama-se Estatuto da Mulher. (- Lê:)

"Art. 1º - Fica decretado que, a partir de agora, vale a utopia, valem os sonhos, os possíveis e os impossíveis, que eles se façam verdade e se abram em luz na incerteza da nossa escuridão. Art. 2º - Está constituído, a partir deste momento, por decisão soberana, o poder feminino. Feminina é a lei, a justiça, a verdade, a igualdade, a paz, a liberdade, e feminina é a esperança que nos permite confiar no futuro. Art. 3º - Carolinas deixarão as janelas por onde o tempo passou e elas nem viram, mas descerão às ruas escrevendo agora sua própria história. Não mais mulheres de Atenas, que, suspirosas, chorosas, clamam por mais duras penas; seremos, a partir de agora, todas marias. Marias de garra, marias de gana, marias com mania de terem fé na vida. Art. 4º - A partir deste momento está banida do dicionário a palavra 'violência', pela inutilidade do seu uso." Quem dera! "A palavra será a grande arma na defesa de nossos ideais. Art. 10º - E agora, mulheres, é para valer. Tomem seus lugares, respirem fundo e alcem vôo na direção dos seus sonhos e sejamos muito felizes."

A Sra. Presidente - Nossos agradecimentos à Sra. Jovita Levy. Jovita, tenho certeza de que cada um de nós gostaria de receber uma cópia desse hino à mulher dos tempos de hoje.

Apresentação da Comissão Organizadora da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

A Sra. Presidente - Neste momento faremos a apresentação da Comissão Organizadora da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Convidamos as integrantes da Comissão a comparecerem à frente deste Plenário para que este momento seja registrado. Representando a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Sra. Maria Virgília Pascoal Rosa, Coordenadora Especial de Promoção e Defesa da Mulher; o Sr. Felipe Willer Araújo Abreu Júnior, Superintendente de Direitos Humanos da Sedese, que muito nos honra por estar aqui; Cláudia de Cássia Vieira Batista Aguiar, Diretora de Educação para Direitos Humanos da Sedese; pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação, e, como suplente, Maria Lúcia, Vice-Presidente da mesma Comissão; Cecília Ferramenta, membro das Comissões de Assuntos Municipais e de Turismo, e, como suplente, Elisa Costa, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho; Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura, e, como suplente, Rosângela Reis, Presidente da Comissão de Trabalho; pelo Conselho Estadual da Mulher, Maria Nazareth Barreto de Carvalho, Christina Diniz e Hilma Inês Alves; pelas entidades dos movimentos de mulheres com base nacional, Neusa Cardoso de Melo, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB -; Ana Maria Aparecida Pereira, da Fetaemg; Dehonara de Almeida Silveira, da Marcha Mundial de Mulheres; Maria Beatriz de Oliveira, da Rede Feminista de Saúde; Maria Elvira Sales, do Fórum de Mulheres do Mercosul, e, como suplente, Jovita Levy, da União Brasileira de Mulheres - UBM -; e, pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Manifestamos os nossos agradecimentos a todas vocês. Temos certeza de que esta Comissão é composta por grandes mulheres e faremos com vocês um trabalho à altura das mulheres mineiras.

O Regimento da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres estará disponível amanhã, dia 15, no "site" da Assembléia Legislativa: www.almg.gov.br. Aos interessados em gravar este evento esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão pela qual haverá reprise na TV Assembléia. A reprise será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: dia 17 de março, às 8h30min; dias 20, 21 e 28 de março, pela manhã.

Anuncio a programação das comissões permanentes em comemoração ao Dia Internacional da Mulher: audiência pública da Comissão do Trabalho, com o tema "As Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho", a realizar-se no dia 20 de março, terça-feira, às 9h30min; audiência pública da Comissão de Saúde, com o tema "Câncer de Mama e Câncer do Colo do Útero", a realizar-se no dia 21 de março, às 9h15min; e audiência pública das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública, com o tema "As Dificuldades da Implantação da Lei Maria da Penha", a realizar-se no dia 28 de março, às 9 horas.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa as Exmas. Deputadas Elbe Brandão, Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; Ana Maria Resende, membro da Comissão de Educação desta Casa; Cecília Ferramenta, membro das Comissões de Assuntos Municipais e de Turismo desta Casa; Elisa Costa, Vice-Presidente da Comissão do Trabalho e membro da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa; Maria Lúcia, Vice-Presidente da Comissão de Educação e membro da Comissão de Cultura desta Casa; e Rosângela Reis, Presidente da Comissão do Trabalho e membro da Comissão de Cultura desta Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Conjunto de Câmara da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmas. Sras. Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia e Rosângela Reis, em cujas pessoas cumprimos todas as demais autoridades e mulheres presentes.

Esta Assembléia, na seqüência de eventos com os quais promove a presente reflexão sobre o envolvimento e a participação da mulher nas políticas públicas, celebra o Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente no dia 8 de março. São 150 anos transcorridos desde o fato que se tornou símbolo do movimento de emancipação feminina: a morte de operárias têxteis, queimadas pela polícia de Nova Iorque, por reivindicarem redução na jornada de trabalho e direito à licença-maternidade. Essa luta se tornou a dura busca pelo exercício pleno da cidadania, numa história de conquistas de direitos e de um lugar na sociedade.

Algumas das mais sensíveis vozes da nossa literatura souberam pontuar esse caminho tão árduo. Assim, Cecília Meireles, com grande propriedade, fala-nos do difícil lugar das mulheres num mundo em que, por séculos, a opressão acompanhou a atribuição de certos papéis ao gênero feminino: 'Já fui loura, já fui morena/ Já fui Margarida e Beatriz./ Já fui Maria e Madalena./ Só não pude ser como quis.' É esse desejo de liberdade, apontado pela autora do emblemático poema 'Mulher ao Espelho', que vem movendo a força feminina a afirmar o seu espaço no mundo do trabalho, após conseguir o fundamental direito do voto e, mais tarde, a oportunidade de ser votada e de efetivamente participar da democracia representativa. Hoje, no Brasil, as mulheres não só têm uma expectativa de vida maior do que a dos homens, como também apresentam um nível mais alto de escolaridade. Contudo, ainda ganham menos que os homens, o que configura a discriminação no mercado de trabalho, principalmente se forem negras. Cora Coralina, essa extraordinária goiana que cantou a alma simples da mulher brasileira, sempre se identificou às mais sofridas. Por isso a sua poesia se volta àquelas que não têm acesso à cultura ou aos bens materiais, comumente se percebendo menos apreciadas, seja pela cor, seja pela idade, seja pela profissão. Cora Coralina, incorporando cada uma dessas mulheres, tocamos, com profundidade, o coração. No poema 'Todas as Vidas', ela nos revela: 'Vive dentro de mim/ a mulher do povo./ Bem proletária./ Bem linguaruda,/ desabusada, sem preconceitos,/ de casca-grossa,/ de chinelinha,/ e filharada./ Vive dentro de mim/ a mulher roceira./ Enxerto da terra,/ meio casmurra./ Trabalhadeira./ Madrugadeira./ Analfabeta./ Todas as vidas dentro de mim:/ na minha vida/ - a vida mera das obscuras.' Pois, levando essa existência obscura e silenciosa, a mulher tem sido, ainda hoje, a vítima maior da violência. Segundo dados incômodos da Fundação Perseu Abramo, 11% das brasileiras com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento. Em quase 60% dos casos, o responsável é sempre o marido ou o companheiro. Neste ano de 2007, a ONU propõe como discussão o tema 'Acabando com a Impunidade na Violência contra Mulheres e Meninas'. Nos casos de violência sexual, infelizmente as meninas são, também no Brasil, as grandes vítimas. E o pior é que, na quase totalidade dos casos, os criminosos gozam da confiança da criança, sendo, em geral, ou o pai biológico, outros homens da família ou o padrasto. Frequentemente tais meninas, além da auto-estima destruída, são vítimas de intimidação e chantagem, que as impedem de denunciar o que acontece dentro da própria casa. Fruto de um contexto muito semelhante, o caso Maria da Penha, de triste histórico quanto à omissão e tolerância em relação à violência contra as mulheres, leva-nos finalmente à formulação e à execução de políticas públicas voltadas à prevenção, à punição e à erradicação dessa violência. Esta Assembléia possui hoje uma bancada feminina bastante consciente dessa insustentável situação, que também age em outras frentes, como a da igualdade no mundo do trabalho, a dos direitos à terra, à moradia, à saúde e à educação inclusiva.

Que o exemplo dessas corajosas e brilhantes Deputadas traga para esta casa um número maior de mulheres parlamentares no futuro. Se o Brasil se orgulha de ter mulheres em posições-chave no atual Ministério, como Marina Silva ou Dilma Rousseff, dispomos, no âmbito nacional, de apenas quatro Senadoras, 46 Deputadas Federais e 123 Deputadas Estaduais. Uma maior presença feminina nos cargos representativos significará atenção maior às políticas públicas envolvendo o gênero.

Gostaríamos de ver, no horizonte desta República, o comando passar naturalmente às mãos femininas, quando teremos nossa Michelle Bachelet, como o Chile, ou nossa Angela Merkel, como a Alemanha. Lembrando que tanto se tem ainda de caminhar, vamos reviver os versos de mais uma poetisa brasileira. Desta vez, citamos o cântico de Virgínia Schall, em Evocação Feminina: 'Mãos entrelaçadas/ tecem séculos/ em teia/ de fios farpados,/ prisão de anjos/ eternizados./ Somos etéreas,/ flores fugazes,/ pirlampas da vida,/ pela vida/ alinhavadas.'

Que a mulher do futuro se veja, muito brevemente, não como a flor fugaz e o anjo aprisionado, oprimido e violentado, mas na condição de um ser plenamente incluído no mundo, em uma posição de total igualdade e irrefutável autonomia. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Inicialmente, peço a todas vocês que observem o auditório onde estamos. Como se vê, o local está praticamente repleto de mulheres. Deputado Doutor Viana, até hoje políticas públicas e homenagens às mulheres são consideradas coisas de mulheres e, como tal, algo de pequena grandeza. Cumprimento todas as mulheres que ocupam este auditório, pois decidiram que, em nossa sociedade, não mais seriam invisíveis. Assim, dão exemplo para tantas outras que ainda vivem oprimidas, porque não sabem que Deus criou o mundo para que todos - homens e mulheres - vivêssemos felizes. Cumprimento o Vice-Presidente desta Casa, Deputado Doutor Viana, que nesta oportunidade representa o Presidente Alberto Pinto Coelho; a colega Cecília Ferramenta, que é pequenina e vende uma imagem de fragilidade, mas na verdade é uma guerreira, uma mulher forte e destemida; a Deputada Maria Lúcia, que conhece os caminhos da Prefeitura, já que foi Prefeita de sua cidade e nos traz seu exemplo e sua esperança, bem como a certeza de que aqui defenderemos as mulheres, pois, agindo dessa forma, certamente estaremos defendendo também a família; a Deputada Gláucia Brandão, uma delicadeza em pessoa, uma gentileza em forma de mulher - com certeza, V. Exa. dará um toque angelical às atividades desta Casa, pois sua mão frágil e carinhosa segura a família e, ao mesmo tempo, conduz o mundo a uma situação melhor; a Deputada Rosângela Reis, ex-Vereadora de Ipatinga, que certamente contribuirá muito para descortinar um mundo melhor para as mulheres; a Deputada Elisa Costa, que é uma guerreira, batalhadora, vai à frente - no Norte de Minas costumamos chamá-la de madrinha da tropa. Deputada Elisa Costa, estou certa de que, como madrinha dessa luta, V. Exa. irá levar-nos a bom termo.

Quis o Senhor que homens e mulheres fossem na Terra a maior expressão de sua glória. Mas valores ligados à força física, à competição, passaram a dominar e a caracterizar nossa sociedade, deixando valores como a empatia, a intuição e a cooperação serem considerados como sinal de fraqueza e, por isso mesmo, indesejáveis. Indignado com o que assistia, Deus passou a se valer de mulheres especiais para convencer a todas nós que nossa vida é feita de decisões e de escolhas, e não de fatalidades. Essa nova caminhada é retratada em poema de autor desconhecido. "Um dia disseram que eu deveria me calar e apenas sorrir, porque o meu sorriso bastava. E me pediram para continuar sorrindo e sendo servil. Estranharam que eu não fosse feliz, comecei a reagir, e todos se assustaram, mas provei que penso com razão e com sensibilidade. Hoje, não totalmente livre como gostaria, mas suficientemente forte para enfrentar a liberdade, já não me prendem porque resisto. Já não concordo, contesto. Luto pelo reconhecimento do meu valor. Sou meiga, mas sou feroz. Fui à luta, respiro vida. Para quem não acreditava ainda sorrio, mas agora é por felicidade."

Hoje, nesta Casa legislativa, é dia de celebrarmos a vida, de celebrarmos a resistência, de celebrarmos a mulher. Dia de agradecermos a tantas mulheres que empenharam seus melhores esforços na construção de uma sociedade mais justa. Dia de homenagearmos duas mulheres especiais do meu Norte de Minas. Dia de homenagearmos Silvína e Maria de Cori. Silvína, minha colega de fé, comprometida com a educação formal, educação que busca incluir os esquecidos. Professora, supervisora, Secretária Municipal de Educação de Montes Claros por oitos anos, reestruturou, resgatou e deu qualidade ao ensino municipal. Ofereceu o pré-vestibular a milhares de jovens montes-clarenses. Introduziu o canto, a dança, o teatro, a poesia, o desenho como forma de despertar a alma que existe em cada aluno e dar mais sabor e mais cor à escola. Silvína, seus braços sempre estendidos apóiam e dão sentido à vida de tantos. D. Helder Câmara, Silvína, deve ter-se espelhado em você quando disse: "Ótimo que a tua mão ajude o vôo". E, mais que homenageá-la, quero agradecer-lhe de coração por tudo que fez pela educação municipal de Montes Claros. Seu nome, Silvína, ficará para sempre registrado pelos bairros mais carentes de Montes Claros, em agradecimento por tudo que você construiu pela transformação e pela revolução no ensino municipal, o que você fez para os alunos carentes da nossa cidade querida de Montes Claros. Muito obrigada. Que Deus de abençoe para sempre.

Maria de Cori, Vereadora da nossa querida cidade de São Francisco, de nada adiantaria a força do poder se não tivéssemos a devoção da sociedade civil. E é a sua devoção, a sua dedicação que hoje homenageamos. O seu trabalho pela paz na família, pelo respeito às crianças, aos idosos, pela qualificação da mulher e dos jovens para o mercado de trabalho é aqui hoje reconhecido. Ao final da sua vida, Maria, tenho certeza de que você poderá, como Cora Coralina, dizer: 'Eu sou aquela mulher que fez a escalada da vida removendo pedras e plantando flores'.

Na pessoa da minha mãe, que amanhã completa 91 anos, mulher forte, corajosa, amorosa, que me alimentou fisicamente e emocionalmente, que me construiu e me ensinou a sonhar os meus melhores sonhos, quero abraçar todas as mulheres mineiras. Termino com um dizer da nossa poetiza Elisa Lucinda: 'Sei que não dá para mudar o começo, mas, se a gente quiser, vai dar para mudar o final'. Que Deus abençoe todas as mulheres, porque fazemos e continuaremos fazendo a diferença neste mundo em que vivemos. Obrigada.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Saúdo o Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembléia, que, neste momento, representa o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente; as Deputadas Maria Lúcia, Gláucia Brandão, Ana Maria Resende, Rosângela Reis e Elisa Costa; e a nossa querida Secretária Elbe Brandão. Boa-tarde a cada uma de vocês e a cada Deputado presente. É uma imensa alegria comemorar mais um ano do Dia Internacional das Mulheres e fazer reflexões.

Homenageamos aquelas mulheres, cada uma na sua cidade, no seu canto sofrendo seu tanto, como diz a minha mãe, e que, às vezes, não têm a luta e o trabalho reconhecidos. Escolhemos esta data para trazer ao conhecimento de Minas Gerais histórias de grandes mulheres, que, às vezes, permanecem tão escondidas.

Muitas mulheres lutam, há décadas, para tornar visível ao conjunto da sociedade a presença e a participação das mulheres nas transformações do mundo. O trabalho diário por nós realizado em casa ou fora dela, nossas idéias e ideais, bem como nossa importância na reprodução da vida humana, muitas vezes passam despercebidos ao longo dos anos. O reconhecimento dessa presença feminina tornou-se uma questão de justiça e equidade social.

É importante conhecer e valorizar a história das mulheres em Minas e no Brasil. Apenas uma pequena parcela delas tem o seu trabalho e esforço reconhecidos. Milhares de mineiras notáveis são peças fundamentais na construção da história da sua cidade ou região, e poucos sabem disso.

Entre tantas mulheres mineiras, dignas de serem lembradas e homenageadas pelo seu trabalho em prol da melhoria da sociedade e, sobretudo, das condições de vida das mulheres, escolhi duas, que admiro e respeito muito.

Tenho o prazer de homenagear Maria Batista de Araújo, a nossa querida professora Dona Branca, da cidade de Bom Despacho. E a Dra. Irene Franco e Silva, competente Delegada de Polícia da cidade de Ipatinga.

Dona Branca é um exemplo para todo mundo, em especial para as mulheres, por todas as suas conquistas e persistência. Lutou pela criação do Colégio Estadual de Bom Despacho e, em 1950, fez parte da primeira turma. Foi a fundadora do curso noturno feminino do Colégio Marconi de Belo Horizonte. Foi a primeira mulher a se formar em Direito em Bom Despacho e também a primeira Vereadora do Município, em 1971. Como professora, lecionou nas principais escolas da cidade e região. Tive o prazer de ser aluna da querida Dona Branca e aprender com ela, além de outras coisas, a ter persistência e nunca desanimar frente aos desafios. É difícil resumir em palavras as inúmeras vitórias de Dona Branca ao longo dos seus 83 anos de vida. Mas só para se ter uma idéia, ela aprendeu a dirigir e tirou carteira de motorista aos 80 anos, demonstrando que força de vontade e perseverança não têm idade.

A Dra. Irene Franco e Silva é Delegada de Polícia de Ipatinga desde 1997, esta linda mulher. No Vale do Aço, ela faz um belíssimo trabalho de proteção às mulheres que sofrem abusos sexuais e violência doméstica. Irene transformou a Delegacia de Mulheres num local de apoio e refúgio, onde o seu carisma e sua sensibilidade dão segurança às mulheres para fazerem suas denúncias. A Dra. Irene graduou-se pela Faculdade de Direito de Governador Valadares, em 1996. É especialista em Direito Público pela Anamages, Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho e professora de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito de Ipatinga.

Dona Branca e Dra. Irene são mulheres de fibra, amorosas, inteligentes, cultas e atenciosas, que desafiam a nossa capacidade de reinventar o presente e criar um outro futuro. Merecem a nossa justa e sincera homenagem.

Para concluir, gostaria de dizer que, neste mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, dentre vários temas debatidos ao longo dessa história de luta, escolhi a saúde e lancei, no dia 7, a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde e da Promoção da Mulher. Gostaríamos de contar com o apoio dos nossos colegas Deputados e Deputadas - 39 parlamentares já assinaram o documento propondo a criação dessa frente. Carregaremos essa bandeira junto a cada um de vocês. Um grande abraço a cada mulher. Que Deus continue protegendo-nos e dando-nos forças para continuar em frente nessa grande batalha. Muito obrigada.

Palavras da Secretária Elbe Brandão

Boa-tarde a todas que se fazem presentes nesta Casa. Temos a alegria de contar com a presença de Deputados como o Carlos Pimenta, que honra este momento especial para as mulheres que fazem diferença no nosso Estado. Estamos na Casa que representa a verdadeira democracia na nossa sociedade. Aqui, aprendemos a conviver com adversidades, aprendemos com o fato de não esperar as mesmas opiniões. Há que se ter uma convivência para respeitar as adversidades.

Esta homenagem às mulheres evolui a cada ano e é bem sucedida. Vemos a Mesa repleta neste momento e integrada, de maneira muito especial, pelo Doutor Viana, que sempre luta com as mulheres em prol das causas da sociedade, como nos casos das superintendências regionais de ensino e dos funcionários da MinasCaixa. Ele nunca faltou às mulheres em todas as suas batalhas.

Durante todos os anos, busquei identificar as mulheres que, fora, desenvolvem um trabalho que merece o reconhecimento do Parlamento. Entretanto, ao ocupar pela segunda vez um cargo no Poder Executivo, sendo Secretária, permanecendo na atividade parlamentar como Deputada e exercendo diversas funções, gostaria profundamente de agradecer à Cecília, à Maria Lúcia, à Gláucia, à companheira do Norte de Minas, Deputada Ana Maria, à Rosângela e à Elisa, por fazerem a gentileza de nunca me excluir de evento como este em que se comemora e se divide com vocês o reconhecimento de mulheres que fazem a diferença no Estado de Minas Gerais.

Neste ano, companheiras, diante de uma adversidade que também vivemos no Estado, resolvi olhar um pouco para dentro e homenagear algumas bravas mulheres: a Daniela Abreu e Silva, minha Chefe de Gabinete por 12 anos, que ficou junto a mim cerca de oito a nove meses durante um ano, incluindo finais de semana, deixando o seu marido, e que hoje está grávida, trazendo uma vida dentro dela; e todas as mulheres do recrutamento amplo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como a Dirce, do gabinete do Deputado Mauri Torres, a brava Margareth, do Deputado Dinis Pinheiro, a Denise, do Deputado Alberto Pinto Coelho, e a Grazielle, do Deputado Carlos Pimenta. Além dessas, homenageio todas as bravas mulheres que transitam nos corredores desta Casa.

Tenho certeza absoluta de que nenhum parlamentar tem a ousadia de dizer que a cadeira na qual se assenta lhe pertence. Na realidade, pertence a uma equipe que constrói.

Na democracia, a cada quatro anos, há um concurso público sendo validado para representar o povo mineiro nesta Casa. São tantas as mulheres! Apesar de o quadro salarial na Assembléia Legislativa ser um dos mais dignos dos Poderes, com menor diferença entre o menor e o maior salário, a servidora pública do recrutamento amplo não tem fundo de garantia; se está grávida, não tem na CLT a garantia do seu emprego nem a licença-maternidade. Cecília, talvez, ao discutir esse trabalho da saúde, talvez possamos debater sobre isso. Vocês têm o meu apoio. Por estarem passando por um período de conflito interno nessa discussão, abram-se um pouco para que possamos verificar a vida dos servidores desta Casa, principalmente os do recrutamento amplo.

Dizia para a jornalista lá fora: dificilmente você verá um gabinete fechado às 18 horas nesta Casa. Podem ser 19, 20 ou 21 horas que encontraremos as mulheres lá. Elas chegam às 8 horas, sem horário para sair. Aliás, a grande maioria acompanha o trabalho e tem atribuições nos finais de semana, representando um Deputado na comunidade e participando de alguma atividade de base. Esses são cenários que quase nunca são mostrados à sociedade ou vistos por ela. Dentro da sua programação - que a cada dia se aperfeiçoa -, talvez a TV Assembléia possa mostrar onde estão os Deputados e sua equipe nos finais de semana, enquanto a maioria da sociedade, correta e com direito, descansa em seu lar. Não estamos reclamando disso, ou seja, não é uma reclamação, mas uma realidade. Todas as pessoas nesta Casa trabalham, e trabalham muito. Talvez seja o momento de as mulheres tomarem conhecimento de toda essa realidade. É preciso um espaço e que isso fique visível nesta Casa.

Portanto, Daniela, em seu nome, presto essa justa homenagem a todas as bravas mulheres do recrutamento amplo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A minha segunda homenageada de hoje é a Rachel Ulhôa, servidora pública efetiva e mestre em educação. Cecília, observei o seu exemplo ali. Vemos uma pessoa - desculpem-me, pois não me recordo do nome - com 80 anos vivendo o vigor da juventude, colocando-se a serviço e, acima de tudo, tornando-se referência hoje para uma sociedade que, às vezes, se encolhe, não vai à luta e prefere não se incomodar. Como minha parceira no Executivo, na Secretaria Extraordinária, a Rachel esteve à frente de um programa que se chama "Cidadão Nota 10", que, em parceria com o governo federal, alfabetizou 70 mil jovens e adultos nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas.

Encontramos esse reconhecimento, caminhando pela cidade e nos encontrando com as pessoas. Deputada Elisa Costa, de Governador Valadares, que tem uma relação política com a nossa companheira Deputada Maria José Haueisen, de Teófilo Otôni, pela primeira vez, num pelotão do desfile de Sete de Setembro em Teófilo Otôni, havia mais de 300 pessoas vestindo uma camisa em que estava escrito: Cidadão Nota 10. Hoje ninguém os engana mais porque aprenderam a ler e a escrever. Essa é uma realidade de mais de 460 mil pessoas daquela região. Estamos alfabetizando não só com letramento, mas utilizando a metodologia freireana.

Este é o momento de agradecermos de público ao Movimento de Educação de Base, à sociedade civil organizada e às tradições religiosas com a metodologia do ver, julgar e agir, saber, viver e lutar.

Dessa forma, homenageio não somente a Rachel, mas também todas as servidoras públicas efetivas do Estado. Muitas vezes, sinto uma profunda irritação quando ouço pessoas dizerem que servidor público é preguiçoso e não trabalha. Ao contrário, trabalha muito, tem muita dignidade e luta por uma nova nação e um novo contexto na sociedade.

No mais, agradeço a essas bravas mulheres que permanecem aqui. Tenho certeza de que, em cada uma de nós, há humildade e serenidade para sabermos que não somos perfeitas e que erramos, o que poderá ser expresso na fala, na ação e na atuação. Só erra quem faz; quem não faz não erra, pois prefere ficar inerte. Peço a todos que fiquem de pé para, num momento como este, aplaudirmos a bancada feminina da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que tem a coragem de colocar-se perante a sociedade mineira, e, a cada quatro anos, enfrentar o concurso público do exercício da democracia. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Elisa Costa

A minha saudação e os meus cumprimentos a todas as nossas convidadas e aos nossos convidados, ao Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, e à Mesa.

Querida iniciar com a palavra de ordem da Jovita no nosso Ciclo de Debates pela manhã: "Fica decretado que, na próxima Mesa da Assembléia Legislativa e da Câmara Federal, haverá a presença feminina". Cumprimento ainda as nossas queridas Deputadas Cecília Ferramenta, Maria Lúcia, Gláucia Brandão, Ana Maria Resende, Rosângela Reis e Elbe Brandão. De fato, essa é uma representação importante de Minas Gerais. Conhecemos a luta e as dificuldades de uma eleição e da conquista deste espaço na Assembléia Legislativa.

Serei breve. Além das homenageadas, considerarei dois temas: um é a educação. Na Assembléia, uma comissão discutirá a educação na formação do espaço de participação e na construção de novos valores para a sociedade, na construção de uma nova mulher. Historicamente,

uma parcela das nossas mulheres, das nossas mães, foi educada para a passividade, a submissão, o medo e a exclusão. De alguns anos para cá, a nova proposta é, por meio de novos métodos e novas formas de organização, educar a mulher, a sociedade e os filhos para a emancipação pela e para a luta, para a contestação, a irreverência, a criatividade e, muitas vezes, a necessária rebeldia. São valores de uma nova sociedade em que homens e mulheres encontrarão caminhos e valores em relacionamentos. Que trabalhem esses valores e esses princípios de solidariedade, principalmente de construção coletiva.

Como referência da educação para a formação desses valores novos, mas também antigos, que se renovam a cada dia, escolhemos duas homenageadas. Faço das palavras da Deputada Elbe uma consideração e uma referência a todos os servidores, mas especialmente a todas as servidoras desta Casa Legislativa, servidoras de Minas Gerais, pelo importante trabalho que realizam.

Faço também uma consideração relativa às nossas jornalistas que estão aqui diariamente cumprindo seu papel de levar a informação para a sociedade. Gostaria de fazer referência a duas pessoas especiais da minha terra, Governador Valadares: uma delas é dedicada à educação mais formal, e a outra, a uma educação mais popular, mas todas as duas dedicadas a uma educação para a vida. Refiro-me aqui à nossa Sames Assunção Madureira, ex-Secretária Municipal de Educação, e à nossa amiga e companheira da saúde popular e dos movimentos sociais, Marinei dos Anjos Alves.

A nossa educadora Sames tem uma trajetória que é também a de muitas mulheres. Fundadora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação, Conselheira da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime - por vários anos, coordenadora de ensino de várias escolas de Governador Valadares, do Colégio Ibituruna, do Instituto Imaculada Conceição, que também se faz representar nesse evento pela Irmã Raquel - durante anos, a Irmã esteve conosco em Governador Valadares e hoje mora e reside em Belo Horizonte -, membro do Grupo do Amor Exigente, que apóia famílias de dependentes químicos, enfim, é uma lutadora da causa da educação e também das causas sociais. Sames fez um bellissimo trabalho na mudança da formação cultural educacional de Governador Valadares, que é reconhecido por todos. A cidade sente saudades do seu trabalho, Sames, como educadora, como professora, como Secretária Municipal de Educação.

Quero homenagear todas que ocupam um espaço de poder. Durante todo o dia de hoje fizemos um debate sobre o espaço da nossa conferência nacional e da nossa conferência estadual. Sames, você representou com muita dignidade e competência o espaço da mulher, especialmente na educação, formando essa nova construção da mulher participativa, emancipada e presente na luta, com aquela expressão que considero importante para o ser humano, mencionada aqui de manhã: luta pela liberdade. Essa é a grande referência para a luta de todo ser humano, mais especialmente da mulher. Sames, receba esta homenagem em nome de todas as mulheres, da nossa bancada, desta Casa, de Minas Gerais pelo seu belo trabalho, principalmente pela altivez, integridade e firmeza com que conduziu a educação em Governador Valadares e em toda Minas Gerais.

Nossa segunda homenageada é a companheira Marinei dos Anjos, mulher negra, trabalhadora, lutadora, que faz parte de um trabalho na área da saúde popular, que gera renda para um grupo de mulheres de Governador Valadares. É terapeuta nutricional, trabalha com tratamento alternativo à base de plantas e de argila, cuidando, na sua grande maioria, de mulheres. Esse grupo de mulheres se sustenta através do seu trabalho diário, que traz para as famílias dignidade e renda, conquistando o espaço da mulher na área da saúde.

Parabenizo a Deputada Cecília Ferramenta, pois vai constituir aqui uma frente parlamentar relativa à saúde da mulher, uma das dificuldades que a mulher encontra nos espaços públicos, como é o caso do atendimento à maternidade, etc. Existem várias questões relacionadas à saúde, e queremos deixar aqui essa homenagem por seu trabalho ligado à medicina e à saúde popular e por sua luta em prol do social.

Na sua pessoa, quero ainda homenagear todos os movimentos de mulheres, todos os movimentos sociais do Estado e todos os movimentos que nos ajudaram a construir esse ciclo de debates, que, por sua vez, nos ajudará a realizar as nossas conferências estadual e nacional. Lembro os movimentos de base, os de luta das mulheres pela terra, o de luta nas cidades, enfim lembro todas as mulheres que, nas ruas dos nossos Municípios, lutam e, com participação política, ocupam os espaços de poder. Elas chamam atenção para a luta popular e lhe dão visibilidade.

Deixo-lhes o registro da nossa presença parlamentar. Temos aqui uma lei, a minha primeira que foi regulamentada. Ela contribuirá com as trabalhadoras rurais e os seus filhos, espalhados por Minas Gerais.

Conhecemos as dificuldades da mulher trabalhadora rural para locomover-se e lutar pela saúde, pelas políticas públicas e por seus direitos básicos, especialmente o de se aposentar. A nossa lei permitirá que as camponesas, agricultoras, trabalhadoras rurais, a partir da existência do seu nome no bloco de notas de venda dos seus produtos da agricultura familiar, garantam, no futuro, uma documentação para provar que são trabalhadoras rurais, tendo, assim, a possibilidade real de aposentadoria.

A todas as trabalhadoras rurais do Estado e do País dedicamos o 8 de março e essa lei, que é feminina, de todas vocês e de Minas Gerais. Parabéns a todas pela luta e pelo enfrentamento cotidiano.

Somos todas guerreiras e sabemos que o nosso espaço é conquistado a cada dia, ou seja, a cada dia colocaremos o nosso pé adiante e enfrentaremos os nossos desafios, como os preconceitos e as discriminações da sociedade. A nossa tomada de atitude garantirá, com a nossa organização, políticas públicas e mudança de comportamento na sociedade. Parabéns e um grande abraço!

Palavras da Deputada Gláucia Brandão

Boa-tarde a todos e a todas. Com grande alegria, estamos aqui neste evento. Quero iniciar cumprimentando o Presidente, Deputado Doutor Viana, e, na sua pessoa, todos os outros Deputados presentes.

Aproveito a oportunidade para agradecer as homenagens e as manifestações de carinho proferidas no dia 8, quando não estávamos presentes. Agradeço ainda todo o apoio que os Deputados nos têm dado na nossa caminhada.

Quero expressar a minha alegria de participar dessa bancada feminina. É o meu primeiro mandato, e estou muito feliz em aprender com as pessoas que já têm experiência, pela caminhada na vida política. Sou uma eterna aprendiz e estou muito alegre de ter a oportunidade de estar nesta Casa, representando a população mineira, com disposição de trabalhar em prol do desenvolvimento econômico, social e educacional do nosso Estado.

Agradeço a todos vocês estarem aqui e também ao Presidente e à Mesa terem aprovado o requerimento da bancada feminina para a realização deste evento tão importante.

Na parte da manhã, tivemos a oportunidade de debater temas relevantes e importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que resgatarão, de forma efetiva, o direito de todas as mulheres brasileiras.

Neste momento, fico feliz também por estar convivendo com vocês e compartilhando o nosso desejo de trabalhar juntos em prol de uma política que beneficiará todas as mulheres. E queremos construí-la juntos, com vocês e com os movimentos sociais que trabalharam conosco em prol da elaboração deste evento.

Parabenizo todos pela participação, e o governo do Estado, por estabelecer essa política estadual de desenvolvimento em prol das mulheres.

Homenagearei, neste momento, duas pessoas importantes. Como educadora, escolhi uma amiga, uma colega de trabalho, que exerce um trabalho relevante na educação: a Eustáquia Salvadora de Souza, a quem agradeço a presença; e a Vice-Prefeita de Ribeirão das Neves, Bárbara Leite.

A Eustáquia foi companheira de trabalho na área de Educação Física na UFMG, disciplina de que sou professora. Ela é doutora em Educação pela Unicamp, mestre em Educação Física, professora e coordenadora do curso de graduação em Educação Física da PUC, pesquisadora do CNPq, na área da mulher, em educação física e esportes, consultora para criação de cursos superiores e autora de diversos artigos científicos. A sua atuação acadêmica, profissional, a sua ética e o seu compromisso social fazem com que ela seja representante legítima daquelas mulheres educadoras, batalhadoras, sensíveis e que não se cansam de contribuir para uma sociedade melhor. Parabéns! Obrigada por tudo que aprendi com você, pela trajetória e pelas contribuições em educação física, na formação de profissionais e na diferença que tem feito para o Estado de Minas Gerais.

Em relação à minha amiga Bárbara, Vice-Prefeita de Ribeirão das Neves, companheira de luta em prol desse Município, digo que foi um prazer ter atuado como Secretária de Educação de Ribeirão das Neves na sua gestão. Sou testemunha do seu trabalho em prol dessa cidade. Ela foi Vereadora por quatro mandatos e a primeira mulher Vereadora em Ribeirão das Neves. Ali inaugurou um trabalho profícuo e, por merecimento, foi eleita Vice-Prefeita. Continua o seu trabalho e se dedica muito a ele para atender os menos favorecidos do Município. Conquistou os novos espaços na educação, implantou novos cursos e direcionou o seu trabalho para a periferia carente. Sem dúvida, ela representa uma mulher virtuosa, que tem aberto espaço no poder e continuará com uma bela jornada na vida pública. Parabéns, Bárbara, pela garra, pela persistência, pela determinação e pelas inúmeras contribuições ao Município.

Que Deus continue dando à Bárbara, à Eustáquia, a todas as homenageadas e a todas as mulheres presentes a sabedoria, o amor, a garra e a determinação para construirmos uma sociedade livre e justa. Com a nossa experiência e com o amor que Deus nos deu, construiremos uma sociedade justa e igualitária, combateremos qualquer tipo de discriminação de gênero. Com as nossas ações, os projetos de lei, o apoio da bancada e dos movimentos sociais, vamos, verdadeiramente, construir um Brasil mais justo.

Agradeço a Deus ter coroado a sua criação com a criação da mulher. Deus percebeu que o homem estava só e criou a mulher para, juntos, trabalharem na perspectiva de uma sociedade que pudesse perpetuar a espécie. E, por meio da mulher, com a sua garra, sensibilidade, amor e determinação, aliados à razão e à emoção, homens e mulheres, juntos, poderão trabalhar na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

Que Deus continue nos dando saúde, visão, força e determinação para construirmos um mundo melhor. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Maria Lúcia

Meu boa-tarde a todas mulheres que se fazem presentes, e ao Doutor Viana, que representa nosso Presidente Alberto Pinto Coelho e que, como Vice-Presidente, muito engrandece esta Casa Legislativa. O meu abraço às nossas queridas companheiras Deputadas.

Há pouco, conversava com Cecília Ferramenta. Estamos formando um bloco. Somos sete e repetirei os nomes: Elbe, Elisa, Rosângela, Ana Maria, Gláucia, Cecília Ferramenta e Maria Lúcia. Faremos um trabalho de tamanha união - o que já está acontecendo - que os Srs. Deputados, em número muito superior a nós, não sentirão essa diferença, porque representaremos nesta Casa todas as mulheres de Minas Gerais. Estaremos, então, em maior número do que os homens. Minhas queridas amigas, estejam certas de que falo isso de coração.

Quero esclarecer que sou Maria Lúcia Mendonça, pois está havendo certa confusão. Sou de Cataguases, na Zona da Mata Mineira. Hoje é um dia muito especial por dois motivos. Primeiro, porque estamos tomando conhecimento das mulheres especiais que estão espalhadas nessa grande Minas Gerais, fazendo algo para que possamos ocupar o devido espaço. Prezadas amigas Deputadas, estou extasiada, encantada, com a felicidade que Deus nos deu por trazerem aqui representantes das mulheres mineiras de tão elevado valor. Segundo, porque paramos para pensar sobre nós, sobre a situação de mulher no contexto atual: mulher que é dona de casa.

Ainda pela manhã, ficou clara nossa diferença em relação aos homens: somos donas de casa, muitas vezes fazemos as compras, cuidamos das roupas lavadas, cuidamos dos nossos filhos e temos que trabalhar na comunidade. Nossa sobrecarga é violenta, mas já nos deram um maravilhoso adjetivo: somos guerreiras. Essa é a palavra que sintetiza nosso trabalho.

Temos aqui diferentes mulheres que atuam em variados campos de ação, e todas trabalham em prol da igualdade da mulher. Repito minhas palavras da manhã: temos que fazer a diferença não para nos igualarmos aos homens, mas para mostrarmos que temos qualidades e que somos capazes de ocupar cargos pelos quais lutaremos e nos quais seremos reconhecidas pelo trabalho que fizermos.

Proponho a todas as mulheres que tomem partido.

Na semana passada, em Rio Acima, eu disse para mais de 300 pessoas que as mulheres devem tomar partido, referindo-me não apenas a partidos políticos. Quantas mulheres aqui presentes podem sair candidatas a Vereadora, Prefeita, Deputada, Governadora, até chegar à Presidência da República! Quantas mulheres de valor podem sair daqui tomando partido político! Criem coragem! Não foi fácil para nenhuma de nós chegar até aqui. Perguntem à nossa Vice-Prefeita homenageada se foi fácil para ela. Não é fácil a nossa luta de mulher, mas é possível, principalmente se nos unirmos.

Minhas queridas amigas, somos a maioria. As estatísticas mostram que há mais mulheres que homens no mundo. Por que não há mais mulheres na política? Porque elas precisam acreditar e valorizar a mulher. Quando vemos uma Delegada tão jovem quanto essa, imaginamos pelo que passa, o que deve ouvir. Mas ela está cumprindo a missão que lhe foi destinada.

Portanto, que possam sair daqui com essa definição. Que tomem partido, que ingressem no mercado de trabalho, mesmo que não seja remunerado. Que façam algo por sua comunidade. Nossas comunidades carecem da nossa função de mulher. Mulher que é raciocínio, coragem e força, mas também é afeto, carinho e afago. Mulher que é mulher na verdadeira acepção da palavra. Mulher que é mãe, não porque gera, mas porque propicia a cidadania dos jovens e adultos da sua cidade. Saiam daqui com essa decisão, lembrando-se sempre da nossa querida homenageada, que tirou sua carteira de motorista aos 80 anos. Vejam que fantástico! Tantas mulheres se sentem velhas com 40 anos! Velhice não existe.

Homenagearei uma doutora que fala uma coisa fantástica: nós, mulheres, envelhecemos menos que os homens porque temos mais hormônios. Idade é uma questão de interior. A primeira caminhada começa com o primeiro passo. Ninguém dá a primeira caminhada com dois passos. O dia de hoje repara o que fizemos ontem e prepara o que faremos amanhã.

Saiamos daqui com coragem. Este momento é histórico. Hoje o Município de Belo Horizonte, a bancada feminina, a Assembléia e o governo de Minas escreveram uma página na história, da qual fazemos parte. Lá na frente, alguém estudará sobre nós e sobre este dia, sobre esta conferência para as mulheres e a criação da coordenação que se dedicará aos problemas públicos, políticos e pessoais das mulheres. Portanto, este dia é histórico.

Consagro com minhas amigas este dia histórico, agradecendo a presença dos Deputados que passaram por aqui durante todo o dia. E faço um apelo para que mudemos nossos movimentos femininos. Conclamemos os homens para estar presentes. Há bastantes homens aqui, mas precisaria haver mais, pois discutimos nossos problemas femininos, nos quais estão envolvidos e sobre os quais devem opinar. Ou que estejam presentes apenas para ouvir. Esse já seria um grande passo. Deixo esse pedido.

Então, para somar neste grande dia, fantástico e inesquecível, trouxe duas mulheres da minha região para serem homenageadas.

Por intermédio destas duas bravas mulheres, Regina e Rita - vou chamá-las pelo nome -, quero homenagear todas vocês. Não importa o grau de escolaridade. Desculpem-me as duas, pois sei que têm curso superior, mas vocês são mulheres na acepção da palavra.

Não lerei nada sobre vocês. Deixarei meu coração partir em direção ao que conheço. Se as busquei, é porque as conheço profundamente.

Dra. Rita é uma médica fantástica! É mulher como nós. Por favor, Rita, levante-se. Repito: é mulher como nós. Sofreu vida de família, como sofremos. O filho dela a está acompanhando. Aliás, ele a está fotografando. Que bom! Ela tem uma dignidade para com o trabalho e com os outros! Fantástica!

Quando fui Prefeita, ela trabalhou comigo no Programa de Saúde da Família. Vocês não imaginam o trabalho que essa mulher desenvolveu no bairro, na Vila Reis, da minha cidade, com as mulheres hipertensas. Ela chegou a tirar o remédio dessas mulheres, pois fez com que elas vencessem o desânimo que a doença, talvez emocional, trazia a elas.

Não satisfeita, porque é uma mulher inquieta, buscou aprender mais. Hoje faz um fabuloso trabalho com os idosos, tendo como base o Estatuto do Idoso.

Hoje ela me contou que, ao entrar no ônibus - ela não vai trabalhar de carro, mas, sim, de ônibus -, acontece de, ao passar pelo motorista, perguntar a ele por que arrancou tão depressa enquanto uma idosa estava descendo, ao mesmo tempo em que lhe mostra o Estatuto do Idoso.

Trata-se de uma mulher totalmente inserida no trabalho de mulher, no trabalho social pela nossa região, pois trabalha não só em Cataguases, mas também em Itamarati.

Cataguases perdeu o trabalho dela no PSF, e o Prefeito de Itamarati, que não é bobo, passou a mão nela e a levou para lá. No que fez muito bem. É isso que tem de ser feito. E ela levou para lá o trabalho que desenvolveu conosco. Aí me insiro no seu trabalho, não porque fui Prefeita, mas por ser mulher como ela.

Parabéns, Rita! Você não merece uma placa, merece muito mais. Tenho certeza de que a maior placa que receberá está escrita no céu.

Regina é uma brava mulher. Conheço Regina há muito tempo. Diversifiquei e busquei Regina em Leopoldina, que se junta a Cataguases, a uma distância de apenas 21km. A gente não sabe onde é a porta da cozinha nem onde é a da sala. A gente se mistura nessas duas cidades, pois nos amamos. Lá atrás, havia uma terrível briga. Os moços de Cataguases não podiam ir a Leopoldina porque apanhavam, e vice-versa. Agora isso mudou. Dá até para realizar casamentos, sem problemas.

Regina é esposa do Prefeito de Leopoldina, José Roberto, um grande amigo. Falei com ela - estão aqui três amigos meus de Leopoldina que a estão acompanhando: Francisco, Edinho e outro amigo - que não a escolhi por ser mulher de Prefeito, mas porque é mulher: mulher que trabalha pelo social; mulher que passou, como a Dra. Rita, pelos bancos de escola. Mas não foram os bancos de escola que ensinaram as duas a trabalhar, e, sim, a participação na vida da comunidade.

A Regina trabalha pelo social. Ela trabalha por tudo em Leopoldina. Hoje ela é Secretária Municipal de Educação - aliás, já o é há algum tempo - e luta por uma educação de qualidade, buscando não só levar conhecimento para os alunos, mas também prepará-los para o exercício pleno da cidadania. É preciso aprendermos isso que a Regina sabe fazer muito bem. Larguem de lado os conteúdos, pois o aluno pode estudá-los na televisão e nos livros, se souber ler. Preparem-no para a vida, para ser cidadão, para não vender voto e não comprar voto, para fazer trabalho político com dignidade. Estimulem a juventude a entrar na política. A Regina faz isso muito bem, com seu marido.

Parabenizo Leopoldina inteira, Regina, por você, pelo seu trabalho. Pode ter certeza absoluta de que existe a sua placa marcada no céu. Será a sua maior recompensa.

Que Deus abençoe vocês duas, Rita e Regina, pelo bem que fazem pelas nossas cidades, pela Zona da Mata mineira, por Minas Gerais e pelo Brasil! Tenho certeza absoluta de que as outras mulheres presentes também contribuem da mesma maneira. Que Deus abençoe cada uma de nós e que possamos vencer todas as nossas dificuldades, que não são poucas, porque somos mulheres que fazem a diferença! Um abraço a cada uma de vocês e a cada homem presente que tem em sua vida uma mulher. Não existe um homem aqui que não tenha uma mãe, uma companheira, uma filha, uma mulher em sua vida. Não é só o mês internacional da mulher. Queria inserir também o homem nestas comemorações.

Um grande abraço a todos. Estamos juntas por dias melhores.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Exmas. Sras. Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Glúcia Brandão e Elbe Brandão, cujo lugar, nesta Casa, sempre estará à disposição. Não nos esquecemos de sua participação aqui. Gostaria de cumprimentar também os Srs. Deputados, as Vereadoras presentes, as mulheres representantes de movimentos sociais presentes, as senhoras e os senhores. Aos telespectadores da TV Assembléia, desta vasta Minas Gerais, nosso especial cumprimento.

Sabemos muito bem que a luta pelos direitos da mulher, pela igualdade de salários, contra a violência, enfim, pela construção de um mundo mais justo e melhor, mais fraterno e solidário, trava-se cotidianamente, a todo instante, seja na condição de mãe, seja na de trabalhadora, seja na de mulheres que objetivam conquistas nestes quase dois séculos de lutas.

Prova disso é a nossa presença neste Parlamento, resultado da luta das mulheres pelo direito ao voto.

Não poderíamos deixar de mencionar as lutas internacionais que contribuíram para os avanços e conquistas femininas, desde a Revolução Francesa, a partir da qual as mulheres passaram a atuar na sociedade de maneira mais significativa, reivindicando melhoria das condições de vida e de trabalho, participação política, fim da prostituição, acesso à instrução e igualdade de direitos entre os sexos, até o massacre de mulheres na fábrica de tecidos Cotton, em Nova Iorque, em 1857, portanto, há exatos 150 anos.

Gostaria de lembrar ainda que, no Brasil, somente em 3/5/33, a mulher brasileira, em âmbito nacional, votaria e seria votada, com a eleição de Carlota Pereira de Queiroz para a Assembléia Nacional Constituinte. Notabilizada como voluntária na assistência aos feridos durante a Revolução Constitucionalista, ela foi reeleita em 1934. Ainda nessa legislatura, tomaria posse a segunda Deputada brasileira, a bióloga e advogada Bertha Lutz, que assumiria a cadeira na Câmara dos Deputados em julho de 1936.

Não poderia deixar de lembrar também a primeira Deputada Estadual de Minas Gerais, Marta Nair Monteiro, eleita em 1962. D. Marta Nair Monteiro, natural do Município sul-mineiro de Campo Belo, já falecida, foi um exemplo de dedicação à causa pública, como mulher das letras, professora e Deputada desta egrégia Casa. A ela, nosso muito obrigado pelo exemplo de suas notáveis batalhas.

Foram muitas as conquistas, entre as quais enumeramos: a conquista do direito de votar e de ser votada, a inserção definitiva no mercado de trabalho, a conquista de políticas públicas para a mulher e de espaços na sociedade que antes eram destinados apenas aos homens.

Sabemos, contudo, da necessidade de se avançar mais para acabar com o sofrimento das mulheres que enfrentam a dupla jornada de trabalho, cuidando dos afazeres domésticos, estudando e enfrentando um mercado de trabalho desigual e injusto, que lhes paga menos em relação à mão-de-obra masculina, numa atitude que só pode decorrer do preconceito.

Entre as formas de violência mais comuns, destacam-se a agressão física, sob a forma de tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres; a violência psíquica, praticada por meio de xingamentos, com ofensa à conduta moral da mulher, vivida por 18%; e a ameaça por meio de objetos quebrados, roupas rasgadas, objetos atirados e outras formas indiretas de agressão, vivida por 15% das mulheres.

Essa realidade precisa ser mudada urgentemente, em nome da preservação da família, da vida e da própria sociedade. Os atos de violência contra a mulher não podem ser apenas estatísticas comparadas aos demais crimes de que se tem notícia. Eles precisam ser banidos, tanto quanto a violência generalizada, que assume proporções alarmantes em todo o País.

Penso que as mulheres brasileiras, além de suas lutas específicas, têm um longo e árduo caminho pela frente para realmente pacificar a sociedade e lhe dar um novo rumo, um novo sentido. Por exemplo, a violência e os crimes praticados por menores, colocando na ordem do dia o debate sobre a redução da maioridade penal, são uma questão para a solução da qual nós, mulheres, mães trabalhadoras, temos muito que contribuir.

Quem nos garante que a redução da maioridade penal para 16 anos resolverá o problema? E se, logo em seguida, não tivermos que reduzir a maioridade para 15, 14 ou 13 anos? O combate à violência passa pela educação, pela inserção no mundo do trabalho, pela promoção de políticas públicas e iniciativas que construam o caminho para chegarmos a uma sociedade sem preconceitos, que garanta a justiça social, e o fim da desigualdade e que seja solidária e fraterna. É o que precisamos expandir no Estado e no País: uma nova forma de promover o cidadão com dignidade.

Assumimos o compromisso pelo combate à desigualdade entre homens e mulheres e pela construção de uma política de valorização no mercado de trabalho que objetive a igualdade salarial e elimine as diferenças de gênero.

Salientamos também o empenho do nosso mandato, a fim de contribuir para a ampla divulgação dos direitos da mulher, conquista importante no combate à violência contra a mulher. E o nosso engajamento por mais participação nos centros de poder e decisão política, como forma de contribuir para a paz social de que tanto necessitamos.

Rendo, neste momento, as minhas homenagens a todas as mulheres aqui presentes, a todas as mulheres do Estado de Minas Gerais. Em especial, gostaria de apresentar as duas mulheres que trouxemos do Município de Ipatinga, onde desenvolvem um trabalho maravilhoso. Apresento a Edimara e a Eveline Nardi, mulheres de garra, cujo potencial é enorme, voluntário, para dedicar as suas vidas em prol daqueles que mais necessitam. Elas desenvolvem um trabalho de capacitação profissional no Município, através da Associação Ação Social pela Vida. Têm capacitado mulheres não só através da técnica da profissionalização, mas também pela formação humana. Têm participado também nas suas comunidades como lideranças comunitárias, como ministro da palavra no âmbito religioso e têm desenvolvido um brilhante trabalho.

Parabenizo vocês, que vieram do nosso Município, deixando os seus afazeres para estar aqui neste momento especial, que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais destinou para homenagear todas as mulheres.

Gostaria de mencionar os Deputados da Casa que têm acolhido essa bancada feminina. Deputado Carlin, tenho visto sua participação intensa. Agradecemos também ao Deputado Doutor Viana; ao Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, por estar fazendo um trabalho em parceria com as mulheres; ao Governador Aécio Neves; aos movimentos das mulheres; enfim, aos organizadores deste brilhante evento. Os meus parabéns e o nosso muito-obrigado.

Entrega de Placas

O locutor - Em uma homenagem da Assembléia Legislativa às mulheres, a Secretária Elbe Brandão, as Deputadas desta Casa e o Deputado Doutor Viana farão a entrega de placas comemorativas que trazem o seguinte teor: "Comemoração do Dia Internacional da Mulher, 14 de março de 2007. A Assembléia de Minas reconhece e apóia sua luta pelo poder. Poder de sonhar e realizar, crescer, emocionar, cuidar, repartir, conciliar, lutar e conseguir. O poder de ter orgulho de ser mulher."

A Deputada Ana Maria Resende fará a entrega da placa às Exmas. Sras. Maria Mendes Ramos e Silvina Fonseca Correia.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Deputada Cecília Ferramenta fará a entrega da placa às Exmas. Sras. Dra. Irene Angélica Franco e Silva e Maria Batista Araújo.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Secretária Elbe Brandão fará a entrega da placa às Exmas. Sras. Daniela Abreu e Silva Azevedo e Rachel Tupynambá de Uihôa.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Deputada Elisa Costa fará a entrega da placa às Exmas. Sras. Marinei dos Anjos Alves e Sames Assunção Madureira.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Deputada Gláucia Brandão fará a entrega da placa às Exmas. Sras. Eustáquia Salvadora de Sousa e Maria Bárbara Fernandes Leite.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Deputada Maria Lúcia fará a entrega das placas às Sras. Regina Lúcia Barbosa Brito de Oliveira e Rita Cássia Raváglio Campos.

- Procede-se à entrega de placas.

O locutor - A Deputada Rosângela Reis fará a entrega das placas às Sras. Edimar Freitas Cruz Rosa e Eveline Nardy Costa.

- Procede-se à entrega de placas.

Apresentação Musical

O locutor - Teremos agora a apresentação musical de D. Jandira. Nascida em Maceió, Alagoas, filha de uma professora de música, D. Jandira não seguiu a carreira de cantora, muito devido ao preconceito da época. Formada em pedagogia, trabalhou todo o tempo como professora e artesã, motivo pelo qual veio para Minas Gerais.

Aos 66 anos, resolveu inscrever-se na Ordem dos Músicos, quando a banca examinadora, ao ouvir D. Jandira, percebeu que ali estava um grande talento. Excelente intérprete, dona de uma belíssima voz e uma alegria contagiante, D. Jandira atinge públicos de todas as idades.

Hoje, D. Jandira continua com o seu trabalho como artesã, com um coral de crianças e adolescentes e está cantando e emocionando pessoas por todos os lugares por onde passa.

- Procede-se à apresentação musical.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 28/2/2007

Às 10h07min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dimas Fabiano, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Participação Popular, para, em audiência pública, se discutir, com as escolas infantis, o Censo Escolar Anual da Educação Básica, realizada pelo Inep; Tiago Ulisses em que solicita seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Educação, solicitando uma cópia em DVD para as escolas do Estado, referente ao documentário "Uma Verdade Inconveniente", de autoria do ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos AL Gore; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião, para, em audiência pública, se discutirem a implementação, a regulamentação, os critérios de distribuição de quotas, as políticas de compensação entre os entes federados do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico; e solicitando seja realizada reunião no Município de Contagem, para, em audiência pública, se discutir a transferência da administração do Parque Fernão Dias para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes do Município de Betim; da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja realizada reunião conjunta da Comissão com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para, em audiência pública, se debaterem as dificuldades enfrentadas pelos funcionários públicos estaduais da educação que se deslocam para o meio rural, para exercerem as suas funções e não são beneficiados com os vales-transporte e vales-alimentação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2007.

Maria Lúcia, Presidente - Dimas Fabiano - Ana Maria Resende.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 7/3/2007

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Maria Lúcia (substituindo esta ao Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do PFL) e o Deputado Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em 1º turno, Projetos de Lei nºs 64/2007 (Deputado Walter Tosta); em turno único, Projeto de Lei nºs 25/2007 (Deputado Domingos Sávio) e 69/2007 (Deputada Elisa Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos das Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Gláucia Brandão, Maria Lúcia e Rosângela Reis em que solicitam a realização de audiência

pública com o objetivo de se debaterem as desigualdades de gênero no mercado de trabalho; Rosângela Reis em que solicita audiência pública para se debater a situação da Defensoria Pública Estadual, na questão dos subsídios e das condições de trabalho dos Defensores Públicos em relação a sua autonomia administrativa; Domingos Sávio em que solicita audiência pública para se debaterem e obterem soluções, para assegurar o direito a redução de imposto na aquisição de veículo automotivo para portadores de deficiência física, sendo estes, condutores ou não. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2007.

Rosângela Reis, Presidente - Elisa Costa - Antônio Carlos Arantes - Walter Tosta.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/3/2007

Às 9h05min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta, Antônio Júlio e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5/2007, no 1º turno, para o qual designou o Deputado Célio Moreira como relator. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros (2) em que solicita encaminhar ofício ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, para que informe o número de acidentes ocorridos na BR-135, nos anos de 2006 e 2007; e em que solicita encaminhar ofício ao Sindicato das Transportadoras de transporte rodoviário para que informe o levantamento dos prejuízos causados pela má conservação da BR-135, nos anos de 2006 e 2007; do Deputado Fábio Avelar em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão, para se debater a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio; e do Deputado Antônio Júlio em que solicita encaminhar ofício ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Detran-MG, pedindo informação de qual é o valor pago pelas seguradoras ao Estado, para que o Estado proceda à arrecadação do DPVAT. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Pimenta - Antônio Júlio - Célio Moreira.

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 8/3/2007

Às 14h49min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Antônio Lúcio da Silva, solicitando providências desta Comissão com relação à Instrução Normativa nº 2/2006, baixada pelo Detran-MG, que autoriza a empresa privada de comércio de veículos automotores a executar, desde janeiro de 2006, serviço público de trânsito de emplacamento, que é a selagem da placa traseira de veículo novo, fora do local específico de atendimento desse órgão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Eros Biondini (2) em que solicita sejam realizadas reuniões desta Comissão para discutir, em audiência pública, a questão da desigualdade social face a situação de pobreza e miséria de algumas regiões do Estado de Minas Gerais e o desperdício e consumo responsável no Estado. Registra-se a presença dos Deputados Carlin Moura e João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2007.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura - Gustavo Valadares.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 15/3/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, Carlin Moura e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2), em que solicita seja encaminhado à Deputada Federal Fátima Bezerra, Relatora da Medida Provisória nº 339/06, e aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado Federal, documento do Movimento de Luta Pró-Creches, contendo solicitação de inclusão das matrículas das creches conveniadas na distribuição dos recursos do Fundeb e seja realizada audiência pública para discutir a reivindicação contida no referido documento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de março de 2007.

André Quintão, Presidente - Gustavo Valadares.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 5ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 19/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 15/3/2007, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Davi Ribeiro Muniz, ocorrido em 13/3/2007, em Betim. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/3/2007, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando, a partir de 19/3/2007, Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando, a partir de 19/3/2007, Conceição Aparecida da Costa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando, a partir de 19/3/2007, Aluizio de Paula da Silva Junior do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Érica Valadares Lopes de Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Aluizio de Paula da Silva Junior para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

nomeando Ivania da Silva Vieira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Lúcia Maria Fujishima para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Daisy Daniela de Barros da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Eliana Marques da Costa Pantuzo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PFL;

nomeando Jose Dias de Assis Junior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Cofal. Objeto: viabilizar a averbação de consignação na folha de pagamento de servidores, ativos e inativos, eventuais pensionistas e ex-servidores ou seus sucessores legais, objetivando a tomada de empréstimos relacionados à antecipação do recebimento dos valores a que têm direito em função da conversão errônea de seus vencimentos ou proventos em Unidade Real de Valor - URV. Objeto do aditamento: exclusão do § 5º da cláusula quarta, do item 5 do Anexo I e de parte do item 6 do Anexo I. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches para servidores e prestadores de serviços terceirizados. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, contados do dia 28/3/2007. Licitação: Pregão Eletrônico nº 83/2006.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do inciso II do art. 39 da Lei nº 13.163, de 20/1/99, convoco os contribuintes do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg -, para reunião ordinária da Assembléia Geral, a realizar-se às 9 horas do dia 28/3/2007, quarta-feira, na sede do Iplemg, na Rua Dias Adorno, 367, 2º andar, para deliberar sobre as seguintes matérias:

I - Tomar conhecimento da situação do Instituto no exercício de 2006, examinar e aprovar as contas e o relatório da Diretoria (alínea "a", inciso I do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99).

II - Eleger os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e os membros da Diretoria (alínea "a", "b", "c", inciso II do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99).

III - Deliberar sobre assuntos gerais de interesse do Instituto (alínea "b", inciso I do art. 31 da Lei nº 13.163, de 20/1/99).

O registro das chapas para a eleição que se realizará, conforme item II deste Edital, deverá ser feito na sede do Iplemg, no endereço acima citado, perante o Secretário do Conselho Deliberativo, até 72 horas antes do pleito, com apoio de pelo menos 20% do Colégio Eleitoral, conforme art. 12 do Regimento Interno da Assembléia Geral deste Instituto.

Belo Horizonte, 16 de março de 2007.

Gerardo Renault, Presidente do Iplemg.

ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 106/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/3/2007, pág. 65, col. 1, nas assinaturas, onde se lê:

"Dalmo Ribeiro Silva, Presidente e relator", leia-se:

"Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues, relator".